

UNIOESTE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

A EDUCAÇÃO NO MST: Experiências Educativas no Centro de Formação do
Assentamento Antônio Companheiro Tavares-PR, 1998-2012

SIMONE TATIANA PEDRON

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2012

SIMONE TATIANA PEDRON

A EDUCAÇÃO NO MST: Experiências Educativas no Centro de Formação do
Assentamento Antônio Companheiro Tavares-PR, 1998-2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração, História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, sob a orientação do professor Dr. Davi Félix Schreiner.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2012

Ao amor da minha vida: Natan

*Eu vi um menino correndo,
eu vi o tempo brincando ao redor
do caminho daquele menino...*

Força estranha – Caetano Veloso

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi construída com a participação, o apoio e o incentivo de muitos, que durante a trajetória de realização contribuíram de diversas formas, tornando este, o fruto de um trabalho coletivo. Muitos amigos surgiram ao longo da caminhada, portanto, neste momento será um prazer relembrar e agradecer a:

- *Deus*, por saber que Ele está sempre ao meu lado, dando-me a oportunidade de existir, recomeçar e evoluir espiritualmente a cada instante.

- *Sônia e Arlindo Pedron*, pais queridos, que com muito amor ensinaram-me a lutar pelos bons ideias.

- Meu Orientador Prof. Dr. *Davi Félix Schreiner*, pela dedicação e compreensão. Sempre lendo tudo o que escrevia e nas entrelinhas. E fez isso de maneira atenta, crítica e responsável. Pelas conversas estimulantes e por compartilhar generosamente comigo suas ideias e recursos, lhe admiro muito e sou profundamente grata.

- Minha banca de qualificação, os professores Doutores, *Geni Rosa Duarte, Maria Celma Borges, Vagner José Moreira, Cezar Karpinski*, pelas valorosas contribuições no aprimoramento deste trabalho.

- Todos meus professores da graduação, que me ensinaram o ofício de historiador. A gratidão é imensurável.

- Meus professores do mestrado, que, com suas discussões acadêmicas incentivaram a construção desta pesquisa. Os professores Doutores: *Robson Laverdi, Méri Frotscher, Rinaldo José Varusa, Antônio de Paula Bosi e Gilberto Grassi Calil*.

- Minha idolatrada amiga Prof^a. Doutoranda *Carla Conradi*, responsável por me apoiar desde o início, incentivando-me nas leituras, corrigindo normas e dando valorosos conselhos. Mais do que tudo, minha irmã e companheira de longa caminhada.

- Minha amiga Prof^a Ms. *Selma Martins Duarte*, pelo incentivo e carinho de sempre.

- Meus colegas da turma de mestrado, por terem sido companheiros nas inúmeras horas de discussões dos textos, *Daniel Ivori de Matos, Marcos Vinicius da Costa Conceição, Lucas Patchiki, Isabel Grassioli, Cristiano Neri, Susane Pantolfi Tostes, Karen Capelesso, Ariele Souza Vargas e Jorge Nei Neves*. Em especial tenho que apontar com muito carinho, e até cumplicidade, *Senaide Wolfard, Emeson Tavares da Silva e Cátia Sanfelice*, pela amizade que construímos e que permanece.

- Minha doce amiga e irmã *Tatiana Marques Rodrigues*, mesmo longe, suas energias me deram força para prosseguir todos os dias.

- *Brida Krisley*, a “nossa menininha” que cresceu, hoje é uma educadora, que me enche de orgulho todos os dias. Por ser minha sobrinha amada com que divido sonhos e esperanças.

- Minha irmã *Sandra*, por estar ao meu lado sempre, como um porto seguro, cuidando de *Natan* para que eu pudesse escrever. Por apostar em mim, sabendo compreender que a dissertação não é um trabalho tranquilo. Seu apoio é sempre fundamental.

- *Tais Aparecida Arnaud de Oliveira*, minha irmã de coração e amiga de todas as horas, que com carinho me incentivou e apoiou nos cuidados com *Natan*. Jamais vou esquecer a sua frase motivadora: “Você é uma guerreira!”

- *Cláudia Regina* e *Cláucia Aline* que soube ouvir as angústias da dissertação, sempre amigas e companheiras.

- *Laisa dos Anjos Viana* e *Karla Muzzi*, de quem sinto muitas saudades, pela amizade e as palavras de confiança.

- *Paulo Mattos* e *Liége* por serem tão especiais na minha vida.

- Todos os trabalhadores rurais (educadores, educandos, assentados, acampados e lideranças), que me permitiram conhecer suas trajetórias de vida e experiências, compartilhando do alimento produzido na terra conquistada. Pelas conversas, a generosidade e a hospitalidade com que sempre fui recebida, sou imensamente grata.

RESUMO

Este trabalho versa sobre as experiências educativas vivenciadas por trabalhadores rurais no Centro de Formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, localizado no município de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, entre 1998 e 2012. A questão norteadora da pesquisa foi a de perceber como os trabalhadores (educandos, assentados e educadores) interpretam e atribuem significados à proposta de educação do MST e como as dimensões desta permeiam as relações sociais nos Assentamentos. Ao mesmo tempo, a Educação do Campo foi identificada enquanto um processo de educação política. Por meio dessa educação, centrada na práxis vivida, objetivava-se a continuidade da luta pela terra e pela reforma agrária no MST, uma vez que a escola e as múltiplas dimensões do cotidiano constituem espaços de formação dos sujeitos, que elaboram noções de direito e lutam coletivamente pelos mesmos. As entrevistas orais, fontes basilares da pesquisa, forneceram indícios significativos ao entendimento das práticas educativas dos trabalhadores, evidenciando um processo de re-significação das vivências destes sujeitos, que vão se constituindo na luta, e a multiplicação de um projeto de educação dos Sem Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Itapa; Assentados; MST.

ABSTRACT

Education in MST: the educational experiences at the Educational Center of the Antônio Companheiro Tavares Settlement – State of Paraná, 1998-2012

This study deals with the educational experiences of rural workers at the Educational Center for Landless Rural Workers (MST) of the Antônio Companheiro Tavares Settlement, located in the Municipality of São Miguel do Iguaçu, in the west of the State of Paraná, between 1998 and 2012. The focus of this research was to observe how workers (students, settlers and teachers) interpret and attribute meanings to the MST's educational proposal and how its dimensions permeate the social relations within the settlements. At the same time, Rural Education was identified as a process of political education. The objective of this education—focused on a praxis experienced—is the continuity of the MST's struggle for land and the agrarian reform, since school and the multiple dimensions of the daily life comprise spaces for education of these individuals that develop concepts of rights and struggle collectively for them. Oral interviews—basic sources of the research—provided significant signs for the understanding of workers' educational practices, highlighting a process of re-signification of the experiences of these subjects, who constitute themselves through struggle and the multiplication of a Landless' educational project.

Keywords: Education, Itepa, Settlers, MST.

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEB - Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
CEBEJA - Educação Básica para Jovens e Adultos
CFRs - Casas Familiares Rurais
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Educação
COANA - Cooperativa de Comércio e Reforma Agrária Avante Ltda.
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
ONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPERCAM - Cooperativa de Industrialização da Família Camponesa
CPP - Coordenação Política Pedagógica
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
ECRs - Escolas Comunitárias Rurais
EFAs - Escolas Famílias Agrícolas
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ELAA - Escola Latino-Americana de Agroecologia
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
FUNDECT - Fundação de Apoio ao Ensino, Ciências e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero
IFPR – Instituto Federal do Paraná
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITEPA - Instituto Técnico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC - Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB – Núcleo de Base
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPs – Políticas Públicas
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
TAC - Técnico em Administração de Cooperativas
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1:** Localização do município de São Miguel do Iguçu no Estado do Paraná.....12
- Figura 2:** Representação da mística simbolizando a luta do camponês pela vida e o trabalho com a terra. Imagem reproduzida por Simone Tatiana Pedron, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em 01 de abril de 2011.....76
- Figura 3:** Representação da mística em homenagem aos mortos de El Dourado de Carajás. Imagem reproduzida por Simone Tatiana Pedron, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em 01 de abril de 2011.....77
- Figura 4:** Representação de elementos místicos no refeitório do ITEPA. Imagem reproduzida por Simone Tatiana Pedron, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em 01 de abril de 2011.....77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – OCUPAÇÃO: da Terra e da Escola	26
1.1 – Por uma Educação do Campo	36
1.2 – MST: Dimensões da Concepção de Educação	44
1.3 – Espaços Educativos.....	48
1.4 – O ITEPA	53
CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO NO ITEPA: Sujeitos, Vivências e Práticas Educativas	63
2.1 – Sujeitos	63
2.1 – Vivências Educativas no ITEPA e nos Assentamentos	71
2.2 - Educadores, Educandos e Comunidade: Construindo uma Relação Diálogica	87
CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO E ASSENTAMENTO: das experiências educativas para além do ITEPA.....	102
3.1 - Espaço de Educação: Agroecologia e Política	102
3.2 – A Atuação nos Assentamentos.....	111
3.3 – O Diálogo de Saberes	125
CONSIDERAÇÕES.....	134
FONTES	138
Cadernos de Formação do MST	138
Entrevistas orais	138
Sites e artigos consultados na Internet	147
ANEXOS	150

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as experiências educativas vivenciadas por trabalhadores rurais no Centro de Formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, localizado no município de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, entre 1998 e 2011. Objetiva-se explicitar como os trabalhadores (estudantes, assentados e educadores) interpretam e atribuem significados a proposta de educação do MST e como as dimensões desta, permeiam as relações sociais no Assentamento.

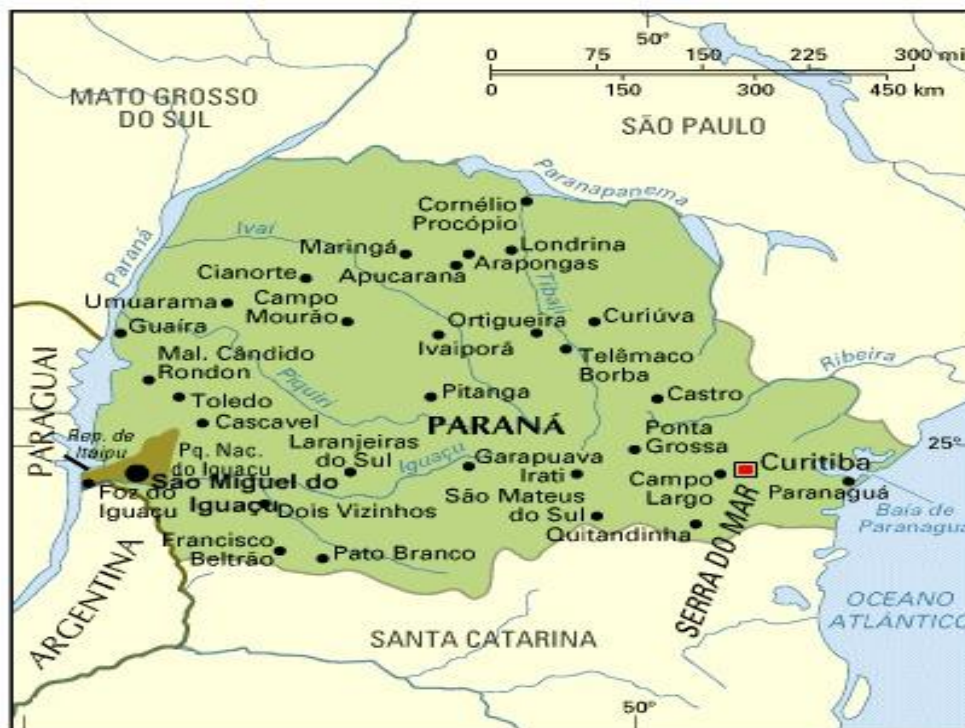
Esta problemática central implica em explicitar, a partir das narrativas dos próprios trabalhadores, a ocupação da Fazenda Mitacoré e a organização do Assentamento Antônio Companheiro Tavares pelos Sem Terra, dimensionadas pelo projeto de criação de um Centro de Formação. E, de modo relacionado a essa questão, analisar, a partir da *práxis*,¹ a proposta da Educação Básica do Campo² e a experiência educativa desenvolvida no referido Centro de Formação.

O Assentamento Antônio Companheiro Tavares está localizado em área contígua à BR 277, cerca de dez quilômetros da cidade de São Miguel do Iguaçu, próximo a Foz do Iguaçu e da fronteira com o Paraguai e a Argentina. Surgiu com a ocupação coletiva dos Sem Terra, que adentraram a Fazenda Mitacoré no dia 06 de agosto de 1997 e permaneceram acampados até 02 de setembro de 1998. Essa ação foi motivada, entre outros razões, porque a área possui excelentes características, como a localização estratégica e a fertilidade do solo (latossolo roxo).

¹ - A noção de *práxis* é utilizada neste trabalho como referencial do binômio educação-política. A política e a educação devem ter compromisso com a emancipação humana, no sentido empregado por Moacir Gadotti. Para o autor a educação popular tem fundamental importância no desenvolvimento crítico humano, ou seja, no aprofundamento da tomada de consciência dos sujeitos sociais, objetivando a *práxis* política, capaz de transformar a organização da sociedade a partir das ações de grupos ou classes sociais. Cf. GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

² - A noção de Educação Básica do Campo é empregada no sentido e dimensões elaboradas, durante as décadas de 1990 e 2000, por diversos movimentos sociais que lutam pela terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade brasileira. Sobre o assunto ver KOLLING, Edgar Jorge. (et. all.). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: UnB, 1999. p. 7-12.

Figura 1: Localização do município de São Miguel do Iguazu no Estado do Paraná



Fonte: Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres> Acesso 12 mar 2012.

A fazenda, com 1.098 hectares de terra, pertencia ao Grupo Bamerindus,³ presidido pelo ex-Senador da República pelo Paraná, entre os anos 1991 a 1999, e ex-ministro da Agricultura do Governo Fernando Henrique Cardoso, durante seu primeiro mandato, José Eduardo Andrade Vieira. Durante o período em que ficaram acampados, como veremos no primeiro capítulo, os trabalhadores enfrentaram a tentativa de retomada da terra pelo Banco e por um grupo de pessoas lideradas pelo professor universitário Jair Kotz, que pretendia criar na área um centro de pesquisas destinado à difusão de técnicas de produção, que se chamaria Universidade do Agricultor. Já o MST pretendia construir um Centro de Formação para os trabalhadores rurais sem-terra. A área já contava com infraestrutura como casas, galpões e alojamento, que poderiam ser usadas para tal propósito.

³ - Com sede localizada em Curitiba, no Paraná o Banco Bamerindus era de propriedade da família Andrade Vieira e foi constituído a partir da fusão de sete diferentes bancos (Banco Mercantil e Industrial do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, entre outros) e, a rigor, o Bamerindus era a soma de 60 instituições financeiras. O Banco tinha forte atuação no financiamento e captação de dinheiro no setor agropecuário. Em 1994, o Bamerindus foi o quarto maior banco privado do Brasil, entrando em crise em seguida, passou a integrar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Parte do Banco foi incorporada pelo HSBC e outra parte pelo Banco Central. Seu último presidente foi José Eduardo de Andrade Vieira. Tais informações podem ser encontradas em: <http://www.16.fgv.br/era/artigos/54.pdf> acesso 12 abr. 2010.

Vencidos estes conflitos, a posse da terra foi organizada na forma parcelaria, em lotes, onde hoje residem 80 (oitenta) famílias. E, cerca de um ano e meio depois da ocupação, em 2000, iniciaram os trâmites legais para a implantação de um Centro de Formação, com a criação do Instituto Tecnológico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA) e da Escola José Gomes da Silva, reconhecidos formalmente em 2003. A Escola foi denominada de Escola José Gomes da Silva, em homenagem ao fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).⁴

O ITEPA responde institucionalmente pelo funcionamento dos cursos, como órgão mantenedor dos convênios e projetos firmados com o Estado. Já a Escola José Gomes da Silva não é reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), nem pelo Conselho Estadual de Educação/Governo do Estado. É uma escola do Movimento que atenderia o Ensino Fundamental, mas como ainda não é reconhecida e, portanto não há recursos disponibilizados pelo orçamento estadual, não está em funcionamento. As crianças, assim, são deslocadas de ônibus pela Prefeitura Municipal até as escolas de São Miguel do Iguaçu, onde as aulas são ministradas por professores concursados pela Prefeitura Municipal. Em 2008 a Escola José Gomes da Silva formou uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O ITEPA conta com o Curso de Técnico em Agroecologia, de Ensino Médio, estando, atualmente, em andamento a formação da segunda turma, com 18 educandos. Estes são oriundos de assentamentos e acampamentos de diversas regiões do Paraná. A primeira turma formou-se em 2009 e contava com 25 estudantes, vindos de diversos Estados. Naquele mesmo período, de 2007 a 2009, ocorreu no ITEPA o Curso de Saúde Comunitária ou Plantas Medicinais, contando com 21 alunos que se formaram em 2009. Por decisão da executiva nacional do MST, o curso está ocorrendo apenas no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) em Veranópolis/RS. Devido a pouca demanda de educandos, optou-se por não realizar o curso em dois locais diferentes.

⁴ - José Gomes da Silva, agrônomo, foi um dos responsáveis por elaborar o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), foi Secretário da Agricultura e Abastecimento do Governo de Franco Montoro (1983 a 1987) em São Paulo. Durante a Nova República foi Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e em 1990 foi Coordenador da área de Agricultura e Reforma Agrária do “governo paralelo” do Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha como objetivo fiscalizar as políticas do Governo Fernando Collor de Mello propondo novas alternativas. Faleceu em 1996, deixando uma vasta contribuição sobre o debate da reforma agrária e importantes publicações sobre o tema, entre as quais: *Caindo por terra*. Crises da reforma agrária na Nova República. Rio de Janeiro: Busca Vida, 1987; *Buraco negro*. A reforma agrária na Constituinte de 1987/1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; *A reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. Em sua homenagem o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), recebeu o seu nome. Sobre o assunto consultar: <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/regina6.htm> acesso 23 jul. 2012.

Durante o período de 2007 a 2009, o Assentamento Antônio Companheiro Tavares contou com uma horta de plantas medicinais e com uma pequena farmácia de fitoterápicos, sob os cuidados de uma técnica em enfermagem. A opção pela medicina preventiva, para uso dos assentados, facilitou o acesso destes a este tipo de medicina, evitando o deslocamento até a sede do município de São Miguel do Iguaçu, caso necessitassem de um atendimento ágil. Os relatos orais dos moradores evidenciam que o curso possibilitou a construção de um trabalho coletivo, na área da saúde, entre a escola e os moradores do assentamento, por meio dos núcleos de famílias, em meio a dificuldades e conflitos, como veremos no terceiro capítulo.

Os núcleos de família são uma das formas organizativas do MST nos acampamentos e assentamentos rurais. Os núcleos são formados por famílias, tendo cada qual uma atribuição específica e, ao mesmo tempo, participam do conjunto das atividades. Nos acampamentos tem-se, assim, o núcleo da saúde, da segurança, da educação, alimentação, entre outros. Nos assentamentos, reúnem famílias para atividades associativas para a produção. Também são espaços de discussão e encaminhamentos para a continuidade da luta política pela reforma agrária e para viabilizar propostas do MST para os assentamentos, como a agroecologia.

No ITEPA, atualmente, está em andamento à formação da segunda turma do Curso de Técnico em Agroecologia, no sistema de alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade. Não obstante o ITEPA tenha sido reconhecido formalmente em 2003, às primeiras turmas de Técnico em Agroecologia e uma turma do curso de Saúde Comunitária iniciaram em 2006, concluindo as atividades em 2009.

O ITEPA possui em seu espaço físico a plenária de estudos, o refeitório, a secretaria, a administração e a biblioteca, infraestrutura existente na sede da antiga Fazenda Mitacoré, já o alojamento foi construído após a criação do ITEPA. A plenária é um antigo celeiro de grãos que foi reformado para o funcionamento das aulas do curso, além disso, é um espaço de discussão coletiva, onde a comunidade do assentamento e de outros assentamentos reúnem-se em encontros, palestras e cursos de formação de militantes do Movimento.

Ainda fazem parte do ITEPA, moradias onde residem os colaboradores, que contribuem com o processo educativo do referido Centro, o espaço da produção, com local destinado à ordenha e a criação de animais, além da horta e de uma área para desenvolvimento de atividades de campo. Para além da infraestrutura do ITEPA, nos lotes, as famílias possuem uma estrutura para a moradia e o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

A conquista e a organização de áreas em assentamentos de reforma agrária têm contribuído significativamente para o acesso a terra e a inclusão/reinclusão social e econômica de milhares de trabalhadores sem terra. Não é sem razão que o MST é considerado um dos mais importantes movimentos sociais do País e da América Latina, por sua luta pela reforma agrária e por transformações na sociedade brasileira, sendo a educação uma das dimensões necessárias nesse processo.

Neste sentido, o Movimento Sem Terra vem desenvolvendo um trabalho no âmbito da educação de crianças, jovens e adultos, com uma abordagem diferente de educação, articulada à formação política e a organização dos trabalhadores acampados e assentados. Para o MST, estudar estas práticas no seu processo de formação histórica como movimento social e debater sobre as experiências educativas em andamento, é fundamental para viabilizar os assentamentos rurais e à continuidade da luta pela reforma agrária. Nesta perspectiva, as experiências vêm sendo registradas por integrantes do Setor de Educação do MST. Também educadores e estudiosos das ciências humanas,⁵ principalmente na área de educação, tem analisado a proposta e experiências de educação nesse Movimento. No âmbito da História, entretanto, ainda são poucos os trabalhos realizados sobre a educação em programas de pós-graduação,⁶ mas há um número significativo de pesquisas realizadas sobre a luta coletiva do MST e as experiências de assentados rurais⁷.

No que se refere ao Assentamento estudado, na área de ciências sociais, Eliane Cardoso Brenneisen⁸ trata sobre a Fazenda Mitacoré e o processo de formação do assentamento, fazendo uma análise da organização social e produtiva com ênfase na

⁵ - Entre outros autores: CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Escola é mais do que escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. MARTINS, Fernando José. *Gestão democrática e ocupação da escola: O MST e a Educação*. Porto Alegre: EST, 2004. TARDIN, José Maria. *Diálogo de saberes no encontro de culturas: Sistematização nº 02*. Lapa: nov. 2006. Mimeo. CAMINI, Isabela. *Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Tais trabalhos foram de suma importância na discussão das questões desse estudo.

⁶ - Foram pesquisados na internet trabalhos no âmbito da História em nível de mestrado e doutorado, que enfocassem especificamente a questão da educação dentro do MST, nas bibliotecas das seguintes universidades: UNICAMP, UFPR, UFRGS, UFES e UNIOESTE. Não foi encontrada nenhuma pesquisa neste sentido.

⁷ - Entre outros estudos: SCHREINER, Davi Félix. *Entre a exclusão e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). São Paulo: USP, 2002. Tese; MOREIRA, Vagner José. *Memória e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis – SP, 1946-1964*. Uberlândia : UFU, 2009. Tese; BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. Assis, UNESP, 2004. Tese.

⁸ - BRENNEISEN, Eliane Cardoso. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

organização coletiva. No âmbito da História, Marcelo Hansen Schlachta,⁹ parte da diversidade de experiências vividas pelos sujeitos que lutam pela terra e pela reforma agrária para abordar questão da agroecologia enquanto prática política de enfrentamento coletivo contra o agronegócio e os transgênicos no interior do processo de formação do MST. Analisa, ainda, como a agroecologia insere-se na organização da produção agropecuária no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, articulada ao modo de ver o meio ambiente e a geração de renda.

Alguns estudiosos, entre os quais Roseli Salette Caldart, tem vínculos com o MST, atuaram ou atuam no Setor de Educação, sistematizando coletivamente as experiências em propostas do Movimento e, ao mesmo tempo, produzindo trabalhos a partir de pesquisas inovadoras.

Entre outras obras, destaco *Educação em Movimento*, no qual Roseli Salette Caldart aborda a formação de educadores e educadoras nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária do MST. Estuda as práticas formativas que podem levar à transformação da ação política e pedagógica dos trabalhadores, de modo que cheguem à condição de sujeitos. Em outro trabalho, *Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que Escola*, apresentado, em 1999, como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a autora analisa o processo de formação do sem terra no Brasil, a historicidade da constituição do sujeito sem terra e a educação na trajetória do Movimento.

Para Caldart, ser Sem Terra é bem mais do que ser um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou mesmo que luta por ela. Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como uma afirmação de uma condição social: sem-terra e, aos poucos, não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um “modo de vida”, que se constitui como “cultura” e que projeta transformações no jeito de ser das pessoas e da sociedade, cultivando valores radicalmente humanistas, que se contrapõem aos valores anti-humanos que sustentam a sociedade capitalista atual.¹⁰

⁹ - SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *O MST e a questão da agrária: Uma cultura política em Movimento*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2008. Dissertação.

¹⁰ - CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento...*, op. cit. p. 24.

Neste sentido, utilizo a expressão *sujeito social* a partir de Caldart,¹¹ para indicar uma coletividade que forma sua identidade no processo de organização e de luta ao garantir a existência social como trabalhadores da terra. Sujeito que se constrói e é constituído em um contexto social, ao viver nas e pelas relações sociais os conflitos e a luta de classes. Esta perspectiva é próxima do pensamento de Eric Hobsbawm, quando trata sobre alguns grupos da classe operária do século XIX que passam “a ter a convicção de que sua salvação social está em suas próprias mãos”.¹² Nessa direção, pode-se dizer que à medida que os Sem Terra conquistam um lugar significativo nos embates, incluindo suas questões, como da reforma agrária, na agenda política do País, configuram-se, ao mesmo tempo, como sujeitos políticos.

É neste processo de formação de sujeitos políticos que o presente estudo busca reconhecer a produção da educação dentro do Movimento Sem Terra, a partir de um sentido mais amplo. A escola e, para além dela, as diversas experiências de luta pela terra e permanência nela são considerados espaços que promovem a formação dos trabalhadores sem terra, no fazer-se¹³ de uma coletividade que busca a conquista de direitos, como o direito a terra e a educação. Ao mesmo tempo, a elaboração da proposta de educação e a própria escola do campo estão relacionadas a uma coletividade em luta, permeada por tensões e contradições.

Esta noção de coletivo permeia relações sociais mais amplas da comunidade,¹⁴ nos acampamentos e assentamentos, não apenas as relações escolares. A necessidade do trabalho coletivo para a organização perpassa a cooperação e o sentido humano do trabalho, culminando em um processo pedagógico.

¹¹ - Idem. Op. cit. p. 25.

¹² - HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 289.

¹³ - Neste trabalho, a noção “*fazer-se*” tem como referência a obra de THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Para esse historiador, as “classes” constituem-se em realidades históricas heterogêneas e complexas, em meio a antagonismos, devendo ser compreendidas enquanto processos não homogêneos, mas permeados por contradições inerentes as relações sociais vividas.

¹⁴ - Utilizo a expressão “comunidade” com base no estudo de SCHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia...*, op. cit. p. 49-50. O autor acrescenta a expressão de comunidade o termo “interesses”. Assim, a noção de *comunidade de interesses* afasta a ideia de homogeneidade que as relações comunitárias podem indicar. A noção, portanto, abarca tanto a ideia de espaço social onde os aspectos das relações de vizinhança, as práticas e as relações interpessoais cotidianas, o lazer, as vivências religiosas, as estratégias de produção das condições materiais da vida, as lutas e as resistências individuais e coletivas compartilhadas, permeadas e movidas por interesses diversos, nem sempre convergentes, e, sim, divergentes, sobrepostos e não harmônicos. Neste sentido, o autor adota a perspectiva de Raphael Samuel, ao atentar para os aspectos determinantes e os interesses contraditórios e conflitantes existentes na comunidade. In: SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. p. 219-243.

O Setor de Educação do Movimento, como o nome indica, é responsável pelas atividades relacionadas à educação, articulada a três objetivos básicos: a conquista da terra, da reforma agrária e de mudanças sociais.¹⁵

A proposta de educação do MST, organizada pelo Setor de Educação, parte de questões advindas da prática educativa do próprio movimento da luta pela terra e pela reforma agrária, como:

Que tipo de pessoa queremos formar para nossos quadros; que objetivos específicos tem a escola nesta formação; quais os princípios e orientações metodológicas para os professores de assentamento; que tipo de professor é necessário para este tipo de escola; como deve ser a relação escola com o conjunto do assentamento; como deve ser a relação com o Estado e com outras entidades; quais os principais desafios para realizar esta proposta em todas as escolas de assentamentos do MST?¹⁶

Dentre os materiais sobre educação produzidos pelo MST, destaco o *Caderno de Educação nº 8*, lançado em âmbito nacional em 1996, que expôs os princípios pedagógicos e filosóficos da educação para o MST, idealizando uma educação do povo, não apenas uma educação para assentamentos e acampamentos, ou para o campo, mas para as classes pobres no Brasil.

Da coletânea “Por uma Educação do Campo”, utilizo o caderno nº 4 de 2004, intitulado *Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas*, que aborda a proposta de ação para a educação do campo, com base na Conferência promovida a nível nacional pelo MST, CNBB, UNESCO, UnB e pelo UNICEF. Nesse evento foi reafirmada a luta por políticas públicas no campo e por um projeto educativo próprio para quem vive nele. A coletânea contém, também, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica¹⁷ nas escolas do

¹⁵ - O MST possui uma estrutura organizacional desde as bases até as instâncias nacionais, permeada pela divisão de tarefas entre os militantes, reunidos em setores de atividades. O Setor de Educação é um setor de atividades permanente do MST, que tem como função articular as experiências educacionais já existentes, além de impulsionar a organização do trabalho de formação em acampamentos e assentamentos. A instância máxima deste setor são os Coletivos Nacionais de Educação.

¹⁶ - MST. Setor de Educação, 1990. p. 3.

¹⁷ - A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB), no cumprimento do estabelecido na Lei nº 9131/95 e na Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), elaborou diretrizes curriculares para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio, a educação de jovens e adultos, a educação indígena, a educação especial, a educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal. A orientação estabelecida por essas diretrizes, no que refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica de direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nesta mesma linha, o Parecer nº 36/2001, aprovado em 04/12/2001, provocado pelo artigo 28 da LDB, propõe medidas de adequação da vida escolar da escola à vida do campo, através das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

campo, além de textos de autores, entre os quais os de Roseli Salette Caldart e de Mônica Castagna Molina, que tratam da educação no MST e os desafios para a formação de educadores e educadoras do campo.

Da mesma coletânea, o caderno de nº5, *Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo*, de 2004, que traz dentre os textos analisados o de Miguel Arroyo, abordando as políticas públicas para a educação do campo, e o de Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus, que trata de questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do e para o campo.

Observo que a análise dos conteúdos dos cadernos de educação foi importante para compreender como os trabalhadores e movimentos sociais foram construindo discussões acerca deste assunto nos coletivos nacionais, para, depois, tornar-se uma proposta de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Neste sentido, para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, as fontes históricas analisadas foram desde os cadernos de formação do MST¹⁸, sobretudo materiais do Setor de Educação do Movimento, e entrevistas feitas com os trabalhadores do Assentamento Antônio Companheiro Tavares.

Entretanto, entendo que a documentação escrita, embora rica, não é suficiente para explicitar como se teceu a discussão e implantação da proposta de educação no MST, como os trabalhadores interpretam essa proposta e resignificam em suas vivências. A maior parte das experiências não se encontra registrada em documentos do Movimento e em outras fontes escritas. Neste sentido, a memória oral de seus protagonistas, dos trabalhadores do Assentamento Antônio Companheiro Tavares e, ou que viveram experiências educativas no Centro de Formação do Instituto Técnico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), por meio de entrevistas orais, forneceu indícios fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Realizei 17 entrevistas. Antes de iniciá-las mantive contato com lideranças do assentamento e coordenação do ITEPA. O contato prévio serviu para apresentar os objetivos da pesquisa de forma que a minha presença e possíveis entrevistas fossem comunicadas nas dependências do ITEPA. As entrevistas foram realizadas mediante um roteiro, com questões

¹⁸ - Os Cadernos do MST, são textos produzidos e publicados pelo Movimento, sobre as experiências e a trajetória da educação e da escola pública nos acampamentos e assentamentos do MST.

que nem sempre foram seguidas de forma rígida, entretanto em todas elas, procurei iniciar conhecendo a trajetória de vida do entrevistado. Para a análise, transcrevi todas as entrevistas na íntegra.

Os educandos foram entrevistados na plenária de estudos do ITEPA e dois deles, que moram no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, foram entrevistados em duas oportunidades, ao me receberem em suas casas. Os educadores concederam entrevista nas dependências do Setor Pedagógico e na sede da administração onde fica situada a Cooperativa COOPERCAM. Os assentados que entrevistei receberam-me em suas residências. Convidaram-me para que, com suas famílias, partilhasse de conversas, antes e depois das entrevistas. Sempre ofereciam algum alimento, como a cuca¹⁹, na casa de Ivone Brizola da Silva e de Marli Fátima Marquesin Hartmann, demonstrando hospitalidade e alegria de me receber. No ITEPA sempre participei das refeições, com todos os educandos, educadores e famílias dos colaboradores que ali trabalham. Nestes momentos, descontraídos, foi possível conhecer um pouco mais das alegrias, perspectivas e desgostos daqueles trabalhadores.

Na análise das entrevistas procurei observar não apenas para o que é enfatizado, mas também para questões não tão explícitas ou realçadas pelo narrador. Carlo Ginzburg ensina que “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.²⁰ Nesse sentido, indaguei sobre como as práticas educativas permeiam as relações cotidianas no assentamento? Como os estudantes do ITEPA e as famílias do Assentamento atribuem sentidos e significados a essas práticas? Como interpretam as vivências passadas a partir do presente e o presente a partir da rememoração daquelas vivências? Como as práticas educativas, por meio de vivência, são multiplicadas para outros espaços para além da Escola José Gomes da Silva?

Estas questões estiveram presentes ao longo do processo de realização das entrevistas, onde cultivei profundo respeito em relação aos sujeitos com os quais dialoguei e que me receberam prontamente, dispostos a dividirem seus conhecimentos, experiências e histórias de vida. Por muitos momentos, a escuta, a observação e a compreensão das expressões do rosto, dos olhares, do semblante e dos silêncios ensinaram-me mais que muitas falas. Um

¹⁹ - De origem alemã, é um bolo-pão com cobertura doce, muito apreciado na Região Sul do Brasil, onde recebe a denominação de cuca (de *kuchen*). Comumente é consumida em festas com churrasco ou em casa, acompanhada de linguiça. É feita em diversos formatos e com diferentes recheios, como uva, groselha, creme de chocolate, coco, doce de leite, amendoim, frutas cristalizadas e também sem recheio, só com a farofa doce como cobertura. Geralmente, as receitas são transmitidas de mãe para filha.

²⁰ - GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. p. 177. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p. 143-179.

aprendizado, em cada uma das oportunidades, sobre a realidade vivida, o movimento dos educandos, educadores e moradores, que ali vivem, estudam e trabalham, contribuindo com a construção de uma escola do campo.

Cabe aqui salientar sobre o papel questionador do trabalho com a memória, como bem destacou Yara Aun Khoury, que me serviu de orientação na realização das entrevistas:

Tem significado compreender essas narrativas como expressões do enraizamento dos sujeitos no social, como expressões de suas carências, expectativas, lutas e acomodações na vida social. Nessa lida, temos buscado investigar como homens e mulheres, compartilhando experiências sociais, vivendo e transformando modos de vida, identidades, vão se apropriando de valores e tradições, nas lutas cotidianas, alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um lugar, a um grupo, a uma memória; como vão criando referências culturais próprias e se apropriando de outras, e como essas experiências se fazem em meio e contradições e ambiguidades. Essa postura tem implicado buscar apreender o trabalho da consciência e da memória de cada um no movimento da história; em buscar compreender, nesse movimento, como grupos específicos se constituem como sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, como estes dão contornos à história em meio a pressões e limites.²¹

Concordo com Alessandro Portelli que, ao entender a memória como social, afirma que a mesma, assim como a linguagem, se torna concreta quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas:

Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos eminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com que conversamos enriquecem nossa experiência [...] Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras.²²

Nesse sentido, em análise sobre a produção das fontes orais de trabalhadores rurais, Maria Celma Borges observa que existe “uma seleção da memória na exposição dos sujeitos, mas há ainda aquela que, involuntária, sem o controle preciso, faz emergir valores que a seletividade não consegue resguardar”, misturando razão e emoção no delinear da memória e da história de camponeses em meio ao processo de lutas. Nessa articulação entre história e

²¹ - KROURY, Yara Aun. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006, p. 28 – 29.

²² - PORTELLI Alessandro. Dayse. ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs). *Ética e história oral*. Revista do programa de *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre ética e história oral. In: PERELMUTTER Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História. São Paulo: Educ, 1997. p. 17.

memória, o trabalho de análise das falas possibilita tecer uma *colcha*, o que a autora faz com coesão, “tentando reconstruir os tecidos multifacetados e coloridos, oriundos da memória e história individual, mas inseridos e constituídos dentro de um contexto coletivo”²³.

Essas questões orientaram a realização do presente trabalho e a organização da sua estrutura interna. A dissertação está organizada em três capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo apresento o assentamento Antônio Companheiro Tavares, desde o surgimento com os enfrentamentos e lutas do período do acampamento, destacando como ocorreram as experiências educativas no início da sua formação e as motivações que levaram ao surgimento do ITEPA.

Trato da educação no MST, abordando as experiências educativas a nível nacional, a formação do Setor de Educação, a constituição dos princípios pedagógicos e filosóficos da educação, aspectos da educação formal e da educação não-formal, bem como a forma como foram sendo sistematizadas as experiências educativas no Movimento.

A intenção é entender a importância das experiências vividas pelos acampados e assentados na trajetória que possibilitou a construção das propostas educativas do MST na vida e no desenvolvimento dos sujeitos, não apenas do assentamento Antônio Companheiro Tavares, mas de outros assentamentos. Objetivo compreender, como os educandos, vindos de diversas regiões do Estado do Paraná, fazem, dos momentos de aprendizado obtidos na escola do ITEPA, um caminho de possibilidades que venha a favorecer a permanência e a construção de um projeto social justo e humano para as populações do campo e da cidade.

Na segunda parte, procuro dialogar com os sujeitos, destacando o ambiente da escola e as experiências educativas por eles ali vividas. O interesse é mostrar a importância do espaço social, pedagógico e político da escola que tem sua pedagogia dimensionada pela prática social e, ao mesmo tempo, objetiva, por meio do processo educativo, formar sujeitos para a prática política coletiva.

No terceiro capítulo, busco interpretar as práticas educativas na escola do ITEPA, compreendendo a relação entre os sujeitos do assentamento e a tarefa de pensar e colocar em prática um projeto de educação dos sem terra.

²³ - BORGES, Maria Celma. *As fontes orais e a terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema*. Revista Eletrônica dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas, v. 1 – nº 1 – ano 1, Novembro 2004, p. 38-39.

A pesquisa permite ver limites e contradições de um processo dinâmico, e por isso, em constante movimento, criando a necessidade de continuarmos a reflexão. Compreendo que o trabalho de campo não constituiu apenas uma forma de escrever sobre as experiências vividas pelos sujeitos deste assentamento, mas sim, de trocas partilhadas, onde, muitas vezes, buscando responder minhas interrogações estive tão próxima, que senti vontade de ficar como educadora daquela escola. Mas, tive que me conter, pelo menos naquele momento, para levar a pesquisa adiante.

Existe, ainda, a motivação que me impulsiona a estudar sobre a educação do campo, e que está enraizada na minha trajetória de vida e no amor pela terra. Como filha de pequenos agricultores, que mesmo assistindo muitos de seus vizinhos vendendo seu pedaço de terra para grandes produtores de soja e milho, optaram pela produção orgânica como forma de continuarem na terra, lavrando a terra e dela retirando seu sustento. Acredito que, mais do que sair do campo para estudar, é necessário estudar para viver no campo.

Alfredo Bosi diz que a expressão do latim, segundo ele, uma língua entranhadamente campesina trouxe a expressão *colerevitam*, que tem como significado lavar a vida e está relacionada com a palavra cultura de *colo, cultus e culturus*: “a vida não é mais que uma ação continuada, uma tarefa com que o lavrador enquanto labuta, se lava a si mesmo”.²⁴ Entendo que a educação, seguindo os passos de Caldart, também ocorre nesse processo,

Porque a *vida* nesta expressão pode ser entendida como o ser humano, e também como a própria terra. Em ambos há vida a ser *lavrada*. Assim como é possível lavar a terra, trabalhando-a para que se produza em vida, alimentos, beleza, também é possível lavar o ser humano, justamente para que se produza e reproduza na plenitude de sua humanidade, no seu fazer-se humano.²⁵

Na minha trajetória de criança nascida no campo, estudei em uma escola rural²⁶ até a 4ª série primária. Ainda que fosse uma escola diferente das escolas do MST, havia uma preocupação com assuntos do campo e da permanência nele. Plantávamos uma horta e cultivávamos plantas frutíferas no quintal da escola. Muitas vezes tive aulas na sombra das

²⁴ - BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 18-19.

²⁵ - CALDART, Roseli Saete. *Pedagogia do Movimento...*, op. cit. p. 221.

²⁶ - A Escola Rural Municipal Cristóvão Colombo, em que estudei, durante os anos de 1.982 a 1.985, estava ligada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, e contava com um esforço em se levar em conta o cotidiano do educando e das famílias do campo, que residiam na Linha Novo Rio do Sul, distrito de Mercedes. Hoje, esta escola, como tantas outras escolas do campo, não existe mais.

árvores, buscava argila no rio próximo para confeccionar objetos nas aulas, juntamente com meus colegas de turma. A professora nos levava para conversar com os camponeses sobre as plantações, as criações de animais ou sobre o trabalho destes que moravam próximos à escola. Porém, faltava muito para sermos contemplados, com um ensino voltado para nossas próprias potencialidades e realidades. Na época, não tínhamos consciência de que poderia haver outra educação possível.

A perspectiva de atuar como educadora levou-me a cursar o magistério. Sempre acreditei, como educadora, na construção de um país justo que olha para a sua população do campo como produtora de alimentos, mas também que produz cultura e educação. Penso que esta pesquisa me possibilitou vivências, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, que evidenciam a importância e a necessidade de lutar por uma educação libertadora.

Este trabalho constitui-se num retorno aos sem terra das suas ricas experiências, não apenas como registro escrito, mas como uma tentativa de fazer com que suas vivências possam instigar o debate e o repensar das práticas de outros educadores em outros espaços, como forma de entender outras realidades sobre a educação do Movimento e o movimento da educação.

CAPÍTULO I – OCUPAÇÃO: da Terra e da Escola

É necessário e possível de contrapor a lógica de que escola do campo é escola pobre, ignorada e marginalizada, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar, e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo!²⁷

Ao trafegar pela BR 277, antes do pedágio que liga o município de São Miguel do Iguaçu à Foz do Iguaçu, próximo do acesso ao Assentamento Antônio Companheiro Tavares, pode-se visualizar uma bandeira do MST, e, em letras muito amplas a inscrição: ITEPA. A bandeira evidencia a importância atribuída à conquista do assentamento pelo Movimento e que naquele espaço se encontra um sujeito coletivo organizado. A inscrição ITEPA refere-se à conquista de um Centro de Formação, institucionalizado, do MST. E também indica a importância da escola como um marco de conquista, de um processo de luta pela Reforma Agrária. O ITEPA, além de ocupar um lugar central na sede do assentamento onde está localizado, é um centro de referência para outros assentamentos.

No assentamento Antônio Companheiro Tavares vivem 80 famílias em 1.098 hectares de terra, com parte destinada a reserva legal, parte pertencente ao espaço do ITEPA e da Cooperativa de Industrialização da Família Camponesa (COOPERCAM), que é uma cooperativa dos assentamentos rurais de toda a região Oeste, abrangendo assentamentos localizados desde Cascavel a Foz do Iguaçu, mas cuja sede encontra-se na secretaria do ITEPA, onde as atividades da cooperativa e da escola acontecem, muitas vezes, de forma interligada.

O Assentamento Antônio Companheiro Tavares é resultado de uma ocupação coletiva realizada na madrugada do dia 06 de agosto de 1997, numa área que pertencia ao Grupo Bamerindus, presidido por José Eduardo Andrade Vieira. Aproximadamente 300 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocuparam a Fazenda Mitacoré, como forma de pressionar o governo para a desapropriação e destinação da área para a Reforma Agrária, após as

²⁷ - Cf. Seminário Nacional Por Uma Educação do Campo. Brasília, 26 a 29 de novembro de 2002.

denúncias de corrupção que pairavam sobre o ex-senador e do endividamento do Banco Bamerindus.

A área ocupada, situada em área contígua a BR 277, rodovia que leva a Foz do Iguaçu, possui localização privilegiada devido a fronteira com a Argentina e o Paraguai e está a 10 quilômetros da cidade de São Miguel do Iguaçu. Atualmente, conforme relatou Gilberto Britzke,²⁸ é denominado Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em homenagem a um trabalhador rural que foi morto em um conflito ocorrido no dia 02 de maio de 2000, quando trabalhadores assentados pretendiam entrar na cidade de Curitiba, onde seria realizada uma manifestação pública pelo fornecimento de crédito subsidiado para os assentamentos da reforma agrária.

As famílias adentraram a Fazenda Mitacoré e montaram acampamento na manhã seguinte à ocupação, organizando-se na terra ocupada de onde passaram a retirar seu sustento. Para a construção dos barracos, os trabalhadores utilizaram materiais encontrados nas proximidades da ocupação e ainda outros que trouxeram consigo. Permaneceram acampados até o dia 02 de setembro de 1998, quando o INCRA procedeu à imissão de posse definitiva da área. Neste momento, as famílias já contavam com uma infraestrutura e plantações que forneciam o necessário para a subsistência.

O acampamento, conta Gilberto Britzke, que participou, a convite de seu irmão, desde os primeiros dias da ocupação,

... surgiu nas margens da BR 277, ali perto do córrego Rio Bonito, e foi ali que ficaram por um período as famílias acampadas, reivindicando terras. O acampamento em 40 e poucos dias que estava aberto para receber famílias, chegou a quase 400 famílias, só que teve muita gente que desistiu, porque a proposta era uma área de Banco e, então o período para a conquista poderia ser longo. Como a proposta era pra ser coletivo e muitas famílias queriam individual, então foram surgindo várias questões e apareceram outras ocupações e as famílias foram se dispersando para outras áreas.²⁹

Segundo Britzke o período de acampamento foi um momento de muitos enfrentamentos, tanto com os fazendeiros e setores da população local (de São Miguel do Iguaçu) e Foz do Iguaçu, que contrataram até jagunços para expulsar os acampados, quanto com um professor universitário que queria a área de terra para criação de um centro de

²⁸ - BRITZKE, Gilberto. Entrevista citada.

²⁹ - Idem.

pesquisas destinado à difusão de técnicas de produção, que se chamaria Universidade do Agricultor.

Embora o relato acima mencionado e as pesquisas realizadas em sites³⁰ apontem para a participação de um grupo de fazendeiros, professores universitários e políticos da região oeste, que estariam interessados neste projeto, não foi possível encontrar nomes das pessoas envolvidas. Existem registros apenas do nome do professor Jair Kotz, na época diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, como organizador do grupo que levantou a proposta da Universidade do Agricultor. No entanto, não foram encontrados registros de reunião sobre este assunto nos conselhos superiores (Conselho Universitário – COU, Conselho de Administração – CAD, e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE) e documentos da referida instituição sobre o assunto.

Nas declarações que Jair Kotz deu à imprensa, o projeto da Universidade do Agricultor previa a criação de um centro de pesquisas e difusão de novas técnicas de produção que ocuparia toda a área da Fazenda Mitacoré. Para ele, “Enquanto foi do grupo Bamerindus, a fazenda manteve cooperação com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) e com produtores rurais que contribuiu para a modernização da agricultura da região”.³¹

Nesta direção, a Universidade do Agricultor concentraria, segundo ele, suas atividades no ensino e pesquisa, estabelecendo parcerias com outras instituições e com os agricultores. O que propunha era um centro de formação e pesquisas destinado à produção de tecnologias e técnicas aplicadas a agricultura convencional, centrada na mecanização da produção, utilização de insumos, agrotóxicos e maquinários agrícolas, em geral, produzidos pelas grandes empresas multinacionais. Esse projeto contrapõe-se, como se verá nas páginas que se seguem nesta dissertação, ao que o MST objetivava para a área: a ocupação da terra por famílias sem terra, a criação de um centro de formação dos trabalhadores e a implantação da agroecologia como alternativa de produção no campo.

A contraposição de interesses contraditórios se manifesta também na postura do referido professor em relação ao MST. Segundo ele, "A localização e a infraestrutura

³⁰ - Cf. http://www.direito2.com/cjf/2004/abr/16/justica_federal_do_pr_indefere_pedido_de_prioridade_e_http://epoca.globo.com/edic/19991101/brasil9.htm acesso 16 jul. 2012. O assunto também foi abordado por outros jornais: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/79752/?noticia:> <http://documentoreservado.com.br/blog/grupo-denuncia-%E2%80%9Carmacao%E2%80%9D-do-mst-na-antiga-fazenda-mitacore/>; http://www.folhawe.com.br/?id_folha=2-1--586-19980903.

³¹ - Idem.

privilegiadas da fazenda favorecem recrutamentos para novas invasões", dizendo-se "preocupado" com a "onda de invasões no extremo oeste do Paraná". Cita, neste sentido, o repatriamento de brasiguaios, brasileiros que se transferiram para o Paraguai durante as décadas de 1970 e 1980, como um dos motivos para novas "invasões". "O MST e setores da Igreja Católica organizam a volta de brasiguaios para engrossar as invasões de terra", argumenta ele, como uma ameaça à propriedade privada e ao que considera modelo de produção para o campo.³²

Os interesses, que levaram o professor Jair Kotz a promover a mobilização para tomar a terra ocupada pelo MST, visavam manter a terra ligada ao agronegócio, por meio de pesquisas voltadas para este fim. Neste projeto, não havia interesse pela reforma agrária, mas ao contrário, pois, como destacou em sua fala, a ocupação daquela terra pelos trabalhadores do MST era "invasão". Defendia a propriedade da terra dos grandes proprietários.

Gilberto Britzke relata ainda que houve enfrentamento com o Governo Estadual, devido à construção do pedágio da antiga Rodovia das Cataratas, hoje chamada Eco Cataratas. Situações vividas neste período provocaram, por vezes, a divisão dentro do acampamento e na ocupação no interior da área, atualmente assentamento, mas que foi superada com muita luta e organização:

Um período bem difícil do acampamento foi quando a questão do pedágio e o desvio queria passar aqui e provocou uma divisão interna, um racha no acampamento, sobre esse racha é uma forma de articulação de fora, do pessoal oportunista e dividiu o acampamento. Mas, isso foi superado com o tempo. Na verdade a luta de classe ela existe. Ao longo do tempo as famílias perceberam que sozinhas não iriam conseguir nada, então a organização do MST foi fazendo a luta nesse sentido para as famílias serem assentadas. Justamente, a origem daquela desarticulação era o fato da gente estar na margem da BR, onde tinha a sede da fazenda, que hoje é o ITEPA, e tinha uma especulação dos fazendeiros de fora, da reitoria da UNIOESTE, que em conjunto com empresas que é a LAR e o Moinho Iguaçu, desenvolveram um projeto para tentar distorcer a luta das famílias aqui e usufruir da questão da infraestrutura da fazenda.³³

O período citado no relato se refere ao Governo Estadual de Jaime Lerner, que, segundo falas dos entrevistados, pretendia fazer nas terras da Fazenda Mitacoré uma Vila Rural. O local além de oferecer um espaço de localização estratégica, não despertava

³² - Ibidem.

³³ - BRITZKE, Gilberto. Entrevista citada.

interesse político em fazer a Reforma Agrária, além do interesse dos cerealistas da região, em não abrir concorrência na produção de grãos, como destacou Britzke.

Então foi onde desenvolveram um projeto pra tentar fazer aqui uma vila rural para as famílias que iam se destacar e mandar embora o restante, daí ficaria coordenada por esse grupo, não só o pessoal da Universidade mas com o apoio dos cerealistas da região, que não queriam mais um concorrente nessa área de grãos. Nós não tínhamos esse objetivo. A política do Movimento Sem Terra é da auto-sistematização, de plantar comida e o excedente vender, não tem essa linha da monocultura que domina essa região.³⁴

O assentado Gilberto Britzke, revela que, durante o período que pertenceu ao Banco Bamerindus, a Fazenda Mitacoré realizava pesquisas agropecuárias e sediava encontros entre produtores, passando uma imagem de fazenda “modelo”. Na prática, a fazenda era usada para sediar encontros entre os produtores e fazendeiros da região e de outros estados, estimulando o agronegócio e o uso indiscriminado de venenos.

Marcelo Hansen Schlachta, em sua dissertação de mestrado, aponta para o fato de que a imagem, produzida pela imprensa e disseminada na sociedade regional acerca da área ocupada, era de uma fazenda modelo. A partir da ocupação pelos trabalhadores do MST, se seguiu de um período de muita luta e enfrentamento, não apenas em relação ao destino que se daria a área, mas também devido a uma cobrança externa acerca das instalações e do grande capital investido na sede da fazenda. A ocupação passou, então, a ser vista de forma negativa entre a população local, de São Miguel do Iguçu, e pela mídia, tratando a ocupação como uma “invasão”.³⁵ Atualmente, como destacou Britzke, no município de São Miguel do Iguçu muitos ainda desconhecem o espaço do Assentamento, outros ainda não aceitam os trabalhadores sem terra, taxando-os de “invasores”.

Durante o tempo de acampamento na área, nas instalações da antiga Fazenda Mitacoré, ocorreram encontros, oficinas, troca de experiências e cursos de formação política, inclusive para o público de acampamentos e assentamentos de outras regiões. Desse modo, na prática ia se constituído um espaço de práticas educativas. Como relata Ademir Castro:

Desde o momento em que as famílias ocuparam esse espaço, já se tinha a ideia de um centro de formação. Já ocorriam no acampamento cursos

³⁴ - Idem.

³⁵ - SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *O MST e a questão da reforma agrária*. Op. cit. p. 74-75.

informais, com o público adulto dos camponeses, agricultores, assentados e acampados. Também camponeses de outros países da América Latina. Então, aqui, foi espaço, já, de realização de cursos de formação política para o público camponês do Paraguai, da Argentina e do Brasil.³⁶

Um dos assuntos discutidos entre os trabalhadores durante o acampamento foi a forma de organização da terra e do trabalho no futuro assentamento. Davi Félix Schreiner, ao discutir sobre os Movimentos Sociais no Oeste do Paraná, afirma que “esta perspectiva materializa-se nas práticas do cooperativismo, sobretudo de coletivismo, vistas como instrumentos que podem viabilizar economicamente os assentamentos e, por conseguinte, de legitimar e de tecer a luta pela reforma agrária”.³⁷ É importante ressaltar, entretanto, que, para além da discussão acerca da organização da área para a produção, também se discutiu a construção de uma escola que atendesse as demandas internas do assentamento.

Sobre a escola, atualmente denominada Escola de Ensino Fundamental José Gomes da Silva, Gilberto Britzke, aponta que elaboram um projeto e pleitearam recursos de emenda parlamentar. “Ai veio esse recurso e a prefeitura deslocou pra outra linha [...]. Acaba, então, as crianças ter que, todo dia, ir pela BR com transporte escolar, que é um risco, para poder estudar na Cacic³⁸, ou na cidade de São Miguel”.³⁹ No mesmo período, no entanto,

... internamente, nós tivemos condições de fundar o ITEPA, no período de 2000 e 2001. O ITEPA não é uma escola tradicional, mas é um Centro de Formação. Foram deslocados vários cursos para cá, muitos cursos que nos ajudaram muito na linha da produção, até na área da saúde. Neste longo período de dez anos do ITEPA, muitos cursos, muita gente já passou por aqui, muitos encontros do MST já aconteceram nas estruturas que temos aí. Os cursos que vem se desenvolvendo são de formação e tem convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sem dúvida o ITEPA é importante, pois se fosse para dividir as estruturas que ali estavam, por família, o valor seria inviável para uma família ser assentada. O surgimento do ITEPA abarcou essas estruturas em forma de comodato.⁴⁰

A discussão sobre a criação de um Centro de Formação tem relação com o alto valor monetário das instalações existentes na sede da fazenda. Além disso, porque não haveria

³⁶ - CASTRO, Ademir. Entrevista realizada em 01 de junho de 2011, por Simone Tatiana Pedron no assentamento Antônio Companheiro Tavares no município de São Miguel do Iguçu/Pr. Ademir é tecnólogo em agroecologia e educador do ITEPA em Produção Animal, veio para o assentamento Antônio Companheiro Tavares durante o período do Tempo Comunidade, ao cursar Tecnólogo em Agroecologia, de 2005 a 2009, na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), instalada no Assentamento Contestado, no município da Lapa/PR.

³⁷ - SCHREINER, Davi Félix. *Entre a exclusão e a utopia*. Op.cit. p. 308.

³⁸ - A Escola Municipal Raineri de Mattia, está localizada na Linha Cacic próxima à cidade de São Miguel do Iguçu.

³⁹ - BRITZKE, Gilberto. Entrevista citada.

⁴⁰ - Idem.

condições de serem divididas entre as famílias. Desse modo, segundo Gilberto Britzke, surgiu “a ideia de montar um centro de formação de todos, e todas as famílias poderiam estar usando como uma forma de educação em parceria”.⁴¹ A escola de ensino fundamental, entretanto, idealizada dentro do assentamento, mesmo com diversos encaminhamentos e reivindicações, ainda continua na pauta de luta. Até o momento, as crianças são transportadas pelo ônibus da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu para estudar em escolas da cidade.

No que concerne ao ITEPA, este foi implantado no início do ano de 2003. Têm como objetivo a capacitação e a formação humana de profissionais para atuarem como técnicos em agroecologia, em especial, nos assentamentos vinculados ao MST. Ao falar sobre o surgimento do ITEPA, Ademir Castro explica que a partir de 2003, iniciaram-se “...os convênios com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR)”⁴², que segundo ele, garantiram o amparo legal, para que fossem realizados os cursos e emitidos os certificados de conclusão. Entretanto, como a Escola Técnica se institucionalizou e não faz mais parte da UFPR, hoje o Instituto Federal do Paraná (IFPR), é o responsável pela certificação do curso.

O surgimento do ITEPA demonstra a preocupação do MST e dos próprios trabalhadores com a educação, que se fez na luta, desde o período de acampamento, através de momentos informais como formais. Um dos objetivos do Instituto é a promoção da formação de jovens, preparando-os para o trabalho e a vida no campo. O Curso em Agroecologia, desenvolvido pelo ITEPA, centra-se nessa perspectiva.

O Curso, na verdade beneficia criar e buscar conhecimento, formar os jovens para que possam permanecer no campo. Então sempre houve o êxodo rural por parte da juventude, o campo está ficando um espaço de pessoas de mais idade. O jovem, ele não tem uma expectativa boa para permanecer no campo. Os cursos do ITEPA, dando formação para o jovem, ele vai permanecer no campo, vai valorizar a vida de camponês e começa a enxergar a formação humana, não simplesmente para o mercado de trabalho. É formar para a vida e valorizar aquilo que o campo pode oferecer de bom e ajudar a construir um modelo diferente de viver no campo, um modelo sustentável e não só produzir mercadoria. O campo não é um espaço só de produção, mas um espaço de vida. O objetivo é formar cidadãos conscientes que possam contribuir na sustentabilidade da cultura camponesa.⁴³

⁴¹ - Ibidem.

⁴² - Castro, Ademir. Entrevista citada.

⁴³ - Idem.

A menção à cultura camponesa, no fragmento, indica a concepção de um modo de vida camponês. A utilização da expressão pelo entrevistado faz refletir sobre a cultura como todo um modo de vida, nos termos propostos por Raymond Williams, que inclui valores, significados e relações sociais.⁴⁴ Essa noção possibilita entender o sentido de recriação de um modo de vida camponês empregado pelo entrevistado. Para ele, a “sustentabilidade da cultura camponesa” abrange uma série de valores que não foram cooptados pelo mercado, que valoriza as diversas dimensões do humano e significa a terra, como lugar de onde se tira o sustento familiar, mas também como lugar onde o camponês se identifica para viver e estar em contato com a natureza.

Neste contexto, cabe um parênteses a respeito das falas dos entrevistados, pois a expressão camponês aparece, porém não é, geralmente, a forma mais empregada pelos os assentados. “As pessoas se enxergam como agricultores, como produtores, como assentados, nunca como camponeses. A gente considera camponês pela história, pela luta, mas não é uma visão do povo”, observa Delvânia Gonçalves da Silva, quando indagada sobre o assunto.⁴⁵

A educanda conta que no curso de Técnico em Agroecologia o termo camponês é usado pelos docentes, sendo incorporados pelos alunos nos trabalhos escritos e para se referir aos trabalhadores do campo. Possivelmente, o uso deste termo se deve às leituras marxistas⁴⁶ realizadas pelos docentes e educandos e por ser a forma utilizada pela militância do movimento no sentido de dar unidade de luta as diferentes categorias sociais que formam a base do MST (arrendatários, meeiros, posseiros, proprietários familiares com até cinco hectares de terra, entre outros).

Sendo assim, a educação deve propiciar a estes trabalhadores a formação de valores, a aplicação de técnicas e conhecimentos capazes de respeitar os recursos oferecidos numa

⁴⁴ - WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

⁴⁵ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevistas realizadas por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, e por Carla Conradi, Davi Félix Schreiner e Simone Tatiana Pedron em 25 de agosto de 2012 no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu. As duas entrevistas realizadas com a educanda ocorreram em períodos diferentes, sendo que na segunda houve a participação de dois professores da Unioeste, conforme já citados. As duas entrevistas estão referenciadas na mesma nota por entender que ambas fazem parte do mesmo processo de análise e se complementam.

⁴⁶ - Cf. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 22 – 23. O conceito de *camponês* passa a ser utilizado no Brasil trazido da literatura externa ao País. Foi introduzido pelas esquerdas que procuravam dar conta das lutas dos trabalhadores do campo, atribuindo-lhes sentido de unidade, de classe, durante os anos de 1950. Como observa Martins, “*Um trabalho parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região*”. Tanto *camponês* quanto *latifundiário* são palavras políticas, utilizadas para expressar a unidade da situação de classe e da expressividade da luta camponesa, numa concepção da história das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais.

interação que é ao mesmo tempo racional e sentimental, sem a necessidade de transformar o campo em mercadoria, ou seja, num lugar para explorar e garantir lucro. Ao mesmo tempo, na visão do educador, o que se propõe é uma cultura camponesa, voltada para a alimentação saudável e o cultivo sustentável, capaz de utilizar os recursos naturais de forma ambientalmente adequada. Nesta cultura, a agricultura familiar estaria se movimentando para além da lógica do mercado, para poder existir, livre da situação de submissão imposta pelos monopólios e multinacionais, inclusive no que se refere a produção de insumos.

Nesta direção, para Mariana C. Mendes,⁴⁷ o modelo atual da economia crescente, trouxe sérios desequilíbrios, existindo, por um lado, tanta riqueza e fartura no mundo, por outro, a miséria, a poluição e a degradação ambiental em descontrole. A sustentabilidade busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental aliada ao fim da pobreza no mundo. A agricultura sustentável busca, pois, a maior produtividade possível com menor dano ao meio ambiente, preservando a água, o solo e o ar entre os ciclos produtivos. Abandona-se a monocultura e a aplicação de inseticidas, e passa-se para a rotação de culturas, ao plantio direto, para evitar a erosão e para diminuir custos da produção.⁴⁸

Neste sentido, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, desde 2004 existe uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o MST, com o objetivo de desenvolver trabalhos na área de agroecologia e a instrução de agricultores para produção de alimentos sem agrotóxicos, opondo-se aos grandes monopólios de sementes, fertilizantes e produtos tóxicos. Abre-se, assim, espaço para a agricultura ecológica e orgânica através do cultivo de sementes crioulas sem agressões à natureza, sem poluição da água.

Esta parceria, na prática, ocorre de forma precária. Durante o primeiro curso de Técnicos em Agroecologia, a UFPR participou e apoiou, porém, no Curso, atualmente em andamento, a participação se restringe apenas no fato de ser a Instituição responsável pela emissão da certificação dos educandos. Há, entretanto, conforme conta Adriana de Andrade, do Setor Pedagógico e representante legal do ITEPA, uma parceria financeira com o governo federal através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).⁴⁹ O

⁴⁷ - Cf. MENDES, Mariana Ceccato. *Desenvolvimento sustentável*. Disponível em: http://www.educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html acesso 04 mar. 2012.

⁴⁸ - Idem.

⁴⁹ - O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) objetiva a ampliação dos níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, apoiando projetos de educação voltados para o desenvolvimento de acampamentos e assentamentos. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica,

ITEPA recebe, anualmente, recursos financeiros para despesas com diárias e alimentação do Curso Técnico em Agroecologia. Os recursos financeiros necessários para a manutenção da infraestrutura e demais despesas são oriundas da renda gerada com a produção.

A parceria com o IFPR deveria, em princípio, acontecer também no âmbito financeiro, com recursos públicos, pois a Escola José Gomes da Silva não pode atender esta modalidade de ensino por não ter vínculo legal com o Ministério da Educação (MEC), o qual seria responsável pelo Curso técnico.

Para isso a Escola José Gomes da Silva, através de seu mantenedor o ITEPA, receberia do IFPR os valores necessários para a manutenção do curso em questão que deveria garantir e custear as despesas com diárias, alimentação e hospedagem dos educandos no período das etapas, além do material didático e pedagógico. No entanto, é apenas através do PRONERA que chegam alguns recursos, com menos agilidade do que se faz necessário. Ao IFPR deveria também a liberar profissionais para ministrarem as disciplinas, fato este que não ocorre, pois os educadores que ministram as aulas são voluntários.

Deste modo, o convênio com o IFPR tem deixado lacunas para os envolvidos com a escola resolverem, pois enquanto os valores não forem liberados, a escola assume esta responsabilidade financeira para não prejudicar o andamento do Curso. Este é um problema não só enfrentado pelo ITEPA, e sim por outras escolas do MST,⁵⁰ que desenvolvem este mesmo convênio em diversas regiões do Paraná. Diante do problema, como afirma Adriana de Andrade, integrante da Coordenação Político Pedagógica (CPP) no ITEPA, “Sobrevivemos da nossa produção”.⁵¹

técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Pronera capacita educadores para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Entre 2003 e 2010, mais de 360 mil jovens e adultos foram beneficiados com as ações do Programa. Em 2008, o programa passou por dificuldades, o Tribunal de Contas da União (TCU) desautorizou o convênio por parte do INCRA com as secretarias estaduais e municipais de educação e entidades privadas. Mais de 40 projetos aprovados não puderam ser executados pelo Programa, em sua maioria cursos de alfabetização e escolarização básica de jovens e adultos. A autorização final só veio em dezembro de 2010 e a estimativa do INCRA é que pelo menos cinco mil pessoas em todo o país sejam atendidas com a autorização de convênio. Cf. <http://www.claudiocarvalhoes.com/pt-br/uncategorized-pt-br/pronera-os-desafios-e-avancos-para-a-educacao-do-campo/> acesso 12 jun. 2011.

⁵⁰ - Escola Milton Santos em Maringá; Escola Latina de Agroecologia na Lapa; Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) em Rio Bonito do Iguaçu; Escola José Gomes da Silva (EJGS) São Miguel do Iguaçu.

⁵¹ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista realizada em 13 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu. Esta entrevista foi concedida pela coordenadora do ITEPA nas dependências do Setor Pedagógico, porém, tive a oportunidade de hospedar-me em sua casa, onde recebi pouso e alimento, sendo possível conversarmos sobre os mais variados assuntos.

1.1 – Por uma Educação do Campo

A luta pela educação como direito dos trabalhadores rurais, desdobrando-se na proposição e reivindicação de uma educação no e para o campo, se fez no próprio processo de luta pela terra e reforma agrária. A expulsão do homem do campo e a expropriação de terras, as condições de trabalho, bem como a conjuntura econômica e política do País, durante a segunda metade da década de 1970 e início dos anos de 1980, eram temas discutidos pelos trabalhadores rurais em encontros e reuniões promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O debate e a necessidade de uma articulação mais ampla levaram trabalhadores de dezesseis estados, de categorias e trajetórias de vida diversas, a articularem um Encontro, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel no Paraná. Neste Encontro surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A organização do Movimento objetivava intensificar a luta pela terra e pela reforma agrária, por meio de acampamentos e ocupações de terras ociosas e, ou, griladas. A partir dessas formas de luta o MST se contrapôs ao regime militar e às propostas de colonização. Além das marchas e ocupações como forma de pressionar o estado a destinar novas áreas para a reforma agrária, o MST, passou a desenvolver uma luta pelo acesso a educação pública, gratuita e de qualidade para crianças, jovens e adultos, para a população do campo.

O surgimento da questão da educação no MST relaciona-se à necessidade de proteção e promoção da infância. As crianças estão presentes nos acampamentos e ocupações, e, muitas vezes, em grande número. Assim, como no conjunto das lutas, as ações pelo surgimento das primeiras escolas se deram pela iniciativa e sensibilidade de algumas mães e professoras, mais do que por determinação coletiva dos sem-terra.

Segundo Caldart,⁵² as primeiras iniciativas educacionais em acampamentos e ocupações surgiram no começo da década de 1980, no centro-sul do Brasil. As primeiras atividades de que se tem registro aconteceram no final de 1980, no acampamento de Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul. Tais experiências possibilitaram à realização do 1º Encontro Nacional de Professores de Assentamentos, ocorrido em julho de 1987, no município de São Mateus no Espírito Santo. A realização deste encontro se deu através de uma articulação nacional desenvolvida pelo então criado Setor de Educação.

⁵² - CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento...*, op. cit. p. 33- 34.

Organizado pelo MST, o Encontro teve como pauta de discussão a articulação nacional do trabalho que já vinha se desenvolvendo nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Houve, então, a discussão e a elaboração de uma proposta de educação para os assentamentos, com base nas experiências que estavam sendo desenvolvidas de maneira desarticulada, a partir da qual o movimento pretendia reduzir o analfabetismo e o baixo índice de escolaridade entre acampados e assentados.

O primeiro material escrito do Setor de Educação, após vários encontros e reuniões de coletivos, foi o texto *Nossa luta é nossa escola*, produzido no início de 1990, a partir de registros de práticas pedagógicas em escolas de assentamentos do MST. Na sequência, um capítulo foi destinado à educação no *Documento Básico do MST*, divulgado em fevereiro de 1991, onde aparecem às linhas políticas e as orientações que se pretendia seguir no campo da educação para os assentamentos. Depois destes, vieram outros materiais e cadernos⁵³, elaborados sempre de forma coletiva, o que possibilitou aos educadores e educadoras o contato com diversas práticas de formação sistematizadas pelo MST para as escolas de assentamentos.

Os cursos de alfabetização de jovens e adultos e a educação infantil começaram a ser desenvolvidos em maior quantidade nos acampamentos e assentamentos, a partir de 1990. Foi em janeiro de 1990 que teve início a primeira turma do magistério do MST, no município de Braga, no Estado do Rio Grande do Sul. Sua efetivação se deu em parceria com a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro (FUNDEP), criada pelos movimentos populares.

Conforme Caldart,⁵⁴ as práticas educativas de professoras, que começaram a trabalhar vindo de fora dos acampamentos e assentamentos, desconsiderando toda a história das famílias, fazendo muitas vezes um trabalho ideológico contra a Reforma Agrária, fez sentir a necessidade de formação de um quadro de professores das escolas do MST.

Talvez este conflito tenha sido uma das origens da discussão sobre o que seria chamado depois de uma “escola diferente” e a luta por uma educação básica do campo,

⁵³ - Os principais documentos e cadernos de educação foram reunidos na coletânea: MST. *Dossiê MST Escola*. Documentos e Estudos 1990-2001. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

⁵⁴ - CALDART, Roseli Salette. *Educação em movimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

fazendo-se necessário a organização da formação de educadoras e educadores, bem como a elaboração de uma proposta pedagógica focada para as concepções e práticas do e no MST.

Junto com a primeira turma do magistério, formada no Estado do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1990, iniciou-se o processo de elaboração de uma proposta de educação para os assentamentos, baseada na reflexão teórica sobre as experiências que vinham sendo desenvolvidas no MST, respondendo questões que apareceram no primeiro Encontro Nacional do Setor de Educação. A formação de educadores a partir de uma prática concreta e coletiva se fez necessária, pois os processos educativos nas escolas do MST objetivam processos libertadores de ensino para os trabalhadores.

Como instância máxima de decisões do Setor de Educação, o Coletivo Nacional de Educação, formado por representantes dos estados onde o MST estava organizado, pretendia reunir os representantes de cada Estado, havendo assim uma organização em nível estadual para se chegar até as equipes de cada assentamento e acampamento, realizando trocas de experiências, reflexões e demandas.

Na prática, contudo, nunca chegou a acontecer uma reunião onde todos os participantes de todos os estados estivessem presentes. A dificuldade de sincronia gerou outras iniciativas, como afirma Caldart⁵⁵, onde em alguns casos, o Estado enviou pessoas que eram apenas cogitadas para assumir o trabalho de educação, na visão de que se vivenciassem o clima ou a mística do coletivo, estando em contato com discussões mais avançadas e com pessoas mais experientes, sua atuação ganharia outros contornos, pautada na concepção e diretrizes educacionais do Movimento.

Em 1997, ocorreu o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em Brasília, campus da UnB, onde participaram aproximadamente 700 professores de assentamentos e acampamentos de 19 Estados e do Distrito Federal e professores de universidades estaduais e federais e foi responsável pelo surgimento da Proposta do PRONERA, implantada pelo INCRA, em 1998, através de parcerias com universidades e o MST.

Em maio de 1998, aconteceu em Recife, o I Encontro de Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos. No mesmo ano ainda em Luziânia, no estado de Goiás, realizou-se a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo. Este evento marcou a criação de

⁵⁵ - CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento...*, op. cit. p. 163.

uma coleção de cadernos para socialização de experiências e, contou com o apoio de entidades como a CNBB, a UnB, a UNESCO e a UNICEF, que possuem ações voltadas para a educação e a promoção da criança. Ao final do evento entidades e MST assumiram compromissos, para continuar o movimento pela transformação da precária situação da educação rural.

Em seu estudo sobre educação de crianças e trabalhadores do MST, no Estado do Paraná, durante a década de 1990, Schreiner⁵⁶ aborda que, tanto o texto-base elaborado para a *I Conferência Nacional Por uma Educação no Campo*, bem como, as atividades desenvolvidas neste evento, enfatizaram a necessidade de afirmação de uma concepção que valoriza-se o campo a partir daqueles que vivem no campo e do campo, do seu contexto, em termos da cultura, na amplitude do olhar, na organização e na maneira de se relacionar com o tempo, a terra e o território.

O texto *Conclusões da I Conferência Nacional Por uma Educação no Campo* trata sobre os desafios no preparo de crianças e jovens para a vida no campo, propondo ações através de coletivos de jovens e discussões sobre a participação destes, na construção do novo projeto, que venha a garantir o acesso à educação, não apenas para alguns, mas para todo o povo brasileiro.

Aliado a isto, nos primeiros anos de sua existência, uma das principais preocupações do Setor de Educação estava relacionada à implantação e legalização de escolas de 1ª a 4ª séries nos acampamentos e nos assentamentos. No processo, outras bandeiras de luta passaram a ser defendidas pelos sem-terra como condição para a reprodução social e à cidadania.

A partir do envolvimento de diversas organizações e movimentos sociais, teve início uma discussão acerca da educação do campo como política pública, ficando mais evidente com o processo de regulamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),⁵⁷ de uma educação específica para as populações do campo. Com a constituição de

⁵⁶ - SCHREINER, Davi Félix. Tecendo cidadania. A educação de crianças e trabalhadores no fazer-se do MST (Paraná, década de 1990). In: _____. et. al. Org. *Infâncias brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 249.

⁵⁷ - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

1988, a educação passa a ser entendida “como direito de todos e dever do Estado” e é assegurada com a aprovação da LDB em 1996.

Os artigos 23, 26 e 28 da LDB garantem uma escola específica às peculiaridades do campo, com “conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e aos interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação a natureza do trabalho na zona rural”.

A partir de três leis que estabeleceram o marco legal da educação no campo - a Constituição, a LDB e Diretrizes Operacionais – garantiu-se a política da Educação do Campo, em 2002, passou-se a ter uma legislação específica com a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (resolução CNE/CEB n.1 de 3 de abril de 2002).

De 1997 a 2004, ocorreu uma espacialização da Educação do Campo com vários movimentos e organizações. Foram criados novos cursos, divulgaram-se referenciais teóricos, gerando experiências transformadas em reflexões, pesquisas e estudos. Neste contexto, apareceram outros movimentos camponeses que foram se envolvendo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Desta forma, surgiram, a partir de vários movimentos sociais, em vários estados brasileiros, no ano 2000, as chamadas Articulações e os Comitês pela Educação do Campo,⁵⁸ propondo política pública para a Educação do Campo. Neste contexto, as Articulações e Comitês em cada Estado brasileiro, compreendem que a Educação do Campo está em fase de transição, sendo necessário criar referências para que a mesma não ficasse limitada à política de um governo.

Para o MST, a educação básica, segundo Schreiner, não se resume à escolarização, como está contida nos artigos 21; 37 e 39 da Lei de Diretrizes Básicas:

⁵⁸ - O Comitê Estadual de Educação do Campo é uma organização formada por entidades civis que tratam da Educação do Campo e representantes dos poderes públicos, em um espaço permanente de articulação, deliberação e construção coletiva, entre os movimentos sociais, entidades civis e os poderes públicos para o fortalecimento da Educação do Campo. Ver mais: <http://www.forumeja.org.br/es/?q=node/205> acesso 05 agos. 2011.

Na LDB, ela compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Também inclui a educação de jovens e de adultos que não tiveram acesso ou que não completaram o ensino fundamental e médio, bem como a educação profissional, integrada, mas não necessariamente vinculada aos diversos níveis de escolarização. A escolarização é imprescindível, e a concepção de educação do MST a inclui. Para o movimento a educação é, porém, um processo mais amplo de formação humana e, portanto se dá em espaços educativos para além da escola e é direito de todos. Trata-se, pois, para o MST, de construir uma escola pública de qualidade nos acampamentos e nos assentamentos, bem como pedagogia, metodologias e práticas educativas adequadas à realidade do meio rural.⁵⁹

Seguindo os passos de Fernando José Martins,⁶⁰ faz-se necessário destacar que, de 1990 até os dias atuais, vive-se um período marcado pela formalização do Movimento, com a instituição e o fortalecimento de setores internos, como a do Setor de Educação. Neste ínterim, se fortaleceu a discussão da educação, articulada a luta mais ampla do MST pela Reforma Agrária e contra o modelo agropecuário do agronegócio, como se pode observar nas diretrizes do MST, que resultaram do debate no IV Congresso Nacional do MST, que ocorreu em Brasília, em agosto de 2000, sobre o tema “Reforma Agrária, Brasil sem latifúndio!”:

2. Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e uso dos agrotóxicos. [...] 9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.⁶¹

Neste sentido, líderes do movimento criticaram a política governamental para a agricultura em 2000. Afirmaram que esta era inadequada a qualquer modelo de desenvolvimento sustentável que tivesse a agricultura familiar camponesa como sujeito de seu processo. De acordo com João Pedro Stédile,⁶² as políticas governamentais do Governo de Fernando Henrique Cardoso, estimulariam à implantação de grandes fazendas de grãos principalmente na região Centro-Oeste, objetivando, assim, a exportação e a formação de oligopólios, o controle do mercado interno agrícola por grandes empresas agroindustriais, na maioria, multinacionais.

Além disso, segundo Stédile⁶³, levariam ao desaparecimento da agricultura de subsistência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, ao desmantelamento do chamado setor público agrícola, representado pela atuação do Estado na assistência técnica,

⁵⁹ - SCHREINER, Davi Félix. *Tecendo cidadania. A educação de crianças...* op. cit. p. 247.

⁶⁰ - MARTINS, Fernando José. *Gestão democrática e ocupação da escola*: op. cit. 55.

⁶¹ - Cf. MST: 16 anos de lutas e conquistas. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2000.

⁶² - STÉDILE, João Pedro. *O modelo agrícola do governo inviabiliza a verdadeira reforma agrária*. In: *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*. (Brasília) IV Congresso Nacional MST, 2000.p. 17.

⁶³ - Idem.

na pesquisa agropecuária, no destino de recursos públicos para o crédito rural e no controle dos estoques. Também houve a redução do emprego agrícola em aproximadamente 5% ao ano, o controle da biotecnologia passou para os grupos multinacionais e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi sucateada.

Desta forma, a crítica do dirigente do MST à política governamental para a agricultura no Brasil vai ao encontro de propostas direcionadas à sustentabilidade, concebida a partir de um quadro multidimensional, preponderando, no entanto, ainda, o econômico. O que se observa também nas diretrizes do IV Congresso Nacional do MST. Mas, a dimensão ambiental (na questão dos valores) e a cultural (revolução cultural) também está contida no documento final do referido Congresso como frentes de atuação e luta política do MST.

Ademar Bogo⁶⁴, nesse sentido, afirma que é preciso buscar na própria realidade vivida os valores que necessitam ser desenvolvidos com mais urgência, como o plantio de árvores, a preservação dos rios, o processo de recolhimento de lixo, o embelezamento através do plantio de flores e árvores frutíferas, iniciando, assim, as mudanças a partir do meio em que se vive. Bogo reitera ainda que, no socialismo pretendido pelo MST, haverá respeito ao ser humano e à democracia, aos bichos, às florestas, ao cuidado com a vida e o corpo, a fraternidade na convivência e no empenho ao trabalho cooperado, ao estudo e tudo que for coletivo.

Neste sentido, a agroecologia passou a ser, desde então, defendida como matriz tecnológica assumida pelas famílias de assentados e como forma de luta contra o agronegócio, modelo agropecuário vinculado a atuação de grandes empresas multinacionais de implementos, maquinários e insumos.

Como bem observa Osvaldo Coggiola,⁶⁵ na batalha pela preservação do meio ambiente, encontra-se a mesma luta de enfrentamento entre as distintas classes sociais que existe em qualquer outro movimento. A luta se dá entre aqueles que necessitam do sistema para viver e os que buscam superá-lo, através erradicação da exploração do homem pelo homem e da natureza que fazemos parte. Ou seja, as contradições da atividade humana estão contidas no conflito entre o capital e o trabalho. As discussões acerca do meio ambiente na atualidade revelam interesses de grupos e classes sociais. Neste campo é possível encontrar desde os “ecologistas profissionais”, que converteram a ecologia em uma fonte de pré-vendas

⁶⁴ - BOGO, Ademar. Desafios permanentes do MST. In: *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. (Brasília) 4º Congresso Nacional MST, 2000. p. 40-41.

⁶⁵ - COGGIOLA, Osvaldo. *Crise ecológica, biotecnologia e imperialismo*. Instituto Rosa Luxemburgo, 2006. p. 30. Disponível em: <http://www.insrolux.org/textos2006/coggiolaecologia.pdf> acesso 20 jan. 2012.

e privilégios, até os setores que entendem que a defesa da vida humana e demais espécies do planeta dependem da luta revolucionária pela superação do capitalismo, da rentabilidade e privilégio de poucos, implantando assim, uma economia planificada ao serviço das necessidades de toda a sociedade.⁶⁶

Desta forma, pode-se ver o papel da agroecologia em duas dimensões. A primeira, na forma de resistência, que se manifesta no enfrentamento contra o modelo de agricultura convencional, nas ocupações de terras e na autonomia frente a grandes empresas transnacionais. E, por conseguinte, encontra-se na adoção da policultura pelas famílias assentadas como forma de satisfazer as necessidades alimentares, bem como a experiência com a agroecologia e a comercialização através de feiras, programas públicos e outros canais alternativos. Já a segunda dimensão é de superação, que valoriza o ser humano e todas as formas de vida, buscando construir um novo modelo para o campo⁶⁷.

A partir do IV Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília – DF, nos dias 7 a 11 de agosto de 2000, a agroecologia é assumida pelo MST como uma relação das pessoas com o mundo natural, não mercantil, objetivando construir uma sociedade que atenda as necessidades dos seres humanos sem degradar os recursos naturais. Essa discussão da agroecologia está aliada a movimentação pela Educação do Campo.

Assim, o MST, no Estado do Paraná, formaliza parcerias com instituições de pesquisa, oferecendo Cursos Técnicos e Cursos Superiores de Agroecologia, para jovens assentados e filhos de assentados. São ofertados cursos de nível médio (de Técnico em Agroecologia, de Técnico Agrícola com ênfase em Agroecologia) na Escola Milton Santos, em Maringá, na Escola José Gomes da Silva, em São Miguel do Iguçu e no (CEAGRO), em Cantagalo e em sua nova subsede em Rio Bonito do Iguçu, também o Curso Superior de Tecnólogo em Agroecologia, oferecido na Escola Latino-Americana de Agroecologia no município da Lapa.

Vimos, nas páginas que se seguiram até aqui, que a luta pela educação, o que inclui a escola, como direito de todos, está ligada a noção e a luta por uma educação básica para o campo. Mas vai além, pois a educação, que é reivindicada pelo MST, ultrapassa a concepção

⁶⁶ - Idem.

⁶⁷ - Ver mais sobre este assunto in: VALADÃO, Adriano da Costa. *Agroecologia e assentamentos rurais do Estado do Paraná: colonização e autonomia*. Disponível em: www.redesrurais.org.br acesso 10 set. 2011.

da “educação básica”⁶⁸, prevista nas Diretrizes Curriculares do País⁶⁹. Ela não inclui apenas a alfabetização formal, mas a alfabetização de crianças, jovens e de pessoas da terceira idade. A educação básica para o campo, busca articular, as dimensões do vivido pelos trabalhadores e propostas alternativas de produção e de relação com o meio ambiente, a agroecologia.

Trata-se, pois, de uma educação *no* e *do* Campo. A expressão *no* campo, quer dizer que o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive e *do* campo, que o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a participação ligada a sua cultura, as suas necessidades humanas e sociais, preocupando-se também com o jeito de educar, formando pessoas como sujeitos de direitos, que se articulem, se organizem, assumindo a condição de sujeitos *no* e *do* seu próprio fazer-se.⁷⁰

1.2 – MST: Dimensões da Concepção de Educação

A proposta de Educação do MST centra-se em “dois eixos complementares, às vezes tensionados entre si: a luta pelo direito a educação e a construção de uma nova pedagogia”,⁷¹ e tem como substrato a premissa da educação política na práxis para a continuidade da luta pela terra e pela Reforma Agrária do MST.

A construção desta pedagogia está presente tanto nos princípios filosóficos e pedagógicos, quanto nas práticas educacionais dos processos de vivência, de produção, pela e na cooperação, na busca pela consolidação de valores humanistas e coletivos, bem como quanto na prática da autogestão escolar. Segundo o *Caderno de Educação nº 8*, os princípios filosóficos são:

⁶⁸ - A educação básica é um conceito definido no Art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 93941/96, como um nível da educação nacional e que congrega três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

⁶⁹ - São normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União "estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum". Ver: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=96> acesso 11 jun. 2011.

⁷⁰ - CALDART, Roseli Salete. *Por uma educação no campo: traços de uma identidade em construção*. In: ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli Salete e MOLINA. (Orgs), *Por uma educação básica no campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 149-150.

⁷¹ - CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento*. Op.cit. p. 39.

1) Educação para a transformação social; 2) Educação para o trabalho e cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com e para valores humanistas e socialistas; 5) Educação como um processo permanente de formação/transformação humana.⁷²

Os cinco princípios filosóficos estão ligados entre si e os demais derivam do primeiro, segundo os quais a educação é definida como um processo político, que ocorre dentro do movimento social, de massa, de classe, aberto ao povo, ao mundo e ao trabalho coletivo. Como nos remete a fala de Gilberto Britzke, ao relatar sobre o período de acampamento como um momento educativo, coletivo e massivo. Nas suas palavras “É um período quase de faculdade. A questão do acampamento, a lona preta. Não digo uma cultura, mas dizer que quem passa pelo acampamento com a lona preta, passa por uma faculdade.”. Ao lembrar da vida se fazendo no acampamento, visualiza se educando. “A pessoa”, conta ele, “vai vivenciando e vai se transformando, independente da religião ou da cor, ela está aberta a todo mundo”.⁷³

A fala de Britzke aponta, pois, para os diversos saberes se constituindo no Movimento, onde a faculdade “da lona preta” agrega valores e experiências capazes de produzir um tipo de conhecimento tão necessário quanto o científico. O entrevistado entende por educação não apenas a escolarização disciplinar, mas aquela que vai para além da escola, na “experiência humana”, utilizando-me da noção empregada por Thompson⁷⁴, das necessidades da luta pela terra e na resistência para manutenção dela e nela.

Em assim sendo, a formação para a cooperação busca de forma estratégica educar para a construção de novas relações sociais. Para o MST, o aprendizado se dá na organização, na luta pela terra e na construção de uma nova mentalidade em relação à organização da vida no campo e, assim, espera que as questões do cotidiano do acampamento e do assentamento criem novas formas de cooperação. As práticas educativas devem possibilitar a organização, sejam dentro ou fora da escola.

⁷² - Cf. MST. Caderno de Educação Nº 08. Princípios da educação no MST, 1996.

⁷³ - BRITZKE. Gilberto. Entrevista citada.

⁷⁴ - De acordo com Thompson, os sujeitos se constituem nas e pelas experiências, ao vivenciarem “suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 189).

Desta forma, os princípios filosóficos da proposta de educação do MST encontram sentido na experiência. O princípio de *Educar para o trabalho e a cooperação* é diferente de educar para o mercado de trabalho. Ou seja, a cooperação auxilia a entender o sentido humano do trabalho, que se transforma no processo pedagógico na necessidade do trabalho coletivo. O trabalho e a cooperação devem entremear relações sociais mais amplas da comunidade, para além das relações escolares.⁷⁵

Neste sentido, a concepção do MST sobre educação, encontra-se fundamentada no teórico russo socialista Lenin, em alguns pensadores e pedagogos como Krupskaya e José Martí, citados nas bibliografias dos materiais editados pelo MST, e em pensadores que trabalham com a concepção da pedagogia do coletivo, entre os quais: Anton Makarenko e Moisey Pistrak, no que diz respeito à autogestão da escola. Além destes, o educador Paulo Freire, no que se refere à educação como prática de liberdade. Tendo como premissa central a educação a partir e pelo trabalho cooperativo em todo o processo educacional. Esta pedagogia contrapõe-se frontalmente a toda e qualquer tendência mercadológica de organização escolar, que não leva em conta o caráter educativo e transformador da escola.

Esta forma de fazer o processo educativo fundamenta-se nos princípios pedagógicos do MST.

Os princípios pedagógicos são: 1) Relação entre teoria e prática; 2) Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos/das estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/as; 12) Atitudes e habilidades de pesquisa; 13) Combinação entre processos coletivos e individuais (MST, 1999).⁷⁶

Os princípios pedagógicos quando relacionados aos princípios filosóficos, demonstram que a Proposta de Educação do Movimento estabelece relação entre prática e teoria, na formação de crianças, jovens e adultos. São dimensões relacionadas: o trabalho, a cooperação, os valores humanistas e socialistas, a educação e a cultura, e estas articuladas à

⁷⁵ - Cf. MST. Caderno de Educação Nº 08. op. cit. p. 8.

⁷⁶ - Idem.

formação política de homens e mulheres e às ações para a transformação das desigualdades sociais, com a participação de todos neste processo.⁷⁷ Como afirma João Pedro Stédile:

Nossa experiência de formação, formal ou informal, com nossas crianças, jovens e adultos, certamente já está contribuindo para a construção do homem novo, da mulher nova, construtores de uma sociedade mais justa, fraterna e socialista, e libertos de todas as formas de opressão e exploração.⁷⁸

Os princípios foram elaborados a partir das vivências em acampamentos e assentamentos, nos debates entre os trabalhadores e as lideranças do Movimento, nas leituras e discussões, que foram expandindo-se num conceito de Educação do campo, expressando o direito de pensar o mundo a partir do seu próprio lugar. A LDB reconhece a diversidade sociocultural, o direito plural e a possibilidade e necessidade da elaboração de diferentes diretrizes operacionais. A LDB apenas reconhece, mas na prática isto muito distante de se efetivar. Para o MST, a luta pela educação inclui a reivindicação de políticas públicas que garantam o direito à educação, no e do campo.

Em outros termos, os princípios são pontos de partida de várias ações e são ao mesmo tempo resultado das práticas. Os princípios filosóficos e os princípios pedagógicos estão interligados, a distinção se faz para entender as questões específicas envolvidas com o trabalho de educação. Os princípios filosóficos, segundo Martins, relacionam-se a visão de mundo, as concepções gerais sobre a pessoa humana, à sociedade e a compreensão do que é educação, ligados as estratégias do trabalho educativo no MST.⁷⁹ Já os princípios pedagógicos tratam do jeito de fazer e pensar a educação, na concretização dos próprios princípios filosóficos. Os princípios são os mesmos para o ensino infantil e cursos de segundo grau, porém, com práticas pedagógicas diferentes.

Todo processo de vivência dentro do movimento é educativo e permeia as atividades cotidianas do processo educacional que ocorre na sala de aula. Essa educação, dentro ou fora das atividades educacionais propriamente ditas, está pautada nos Princípios Filosóficos da Educação do MST, no, “sentido real da categoria práxis, e estabelece que seus princípios não encontrariam sentido na ausência de sua vivência”.⁸⁰

⁷⁷ - Cf. MST, 1999.

⁷⁸ - STÉDILE, João Pedro.; In: CALDART, Roseli. Salete. *Educação em movimento*. op.cit. p. 11.

⁷⁹ - MARTINS, Fernando José. *Gestão democrática e ocupação da escola*. op. cit. p. 57-58.

⁸⁰ - Idem. op. cit. p. 58.

Neste contexto, ao situar a escola no horizonte dos direitos, reitero que estes direitos movidos por sujeitos são capazes de realizar mudanças. Entendo que a educação básica do MST propõe ver pessoas, como sujeitos, que constroem e participam de um projeto social. Por isso que a escola tem de levar em conta a história de cada educando e as lutas do campo, pois estes sujeitos de direito (mulheres, homens, crianças, jovens e idosos) reafirmam que a educação se dá no coletivo. Como nos ensina Miguel Arroyo, a educação básica se faz, “como síntese orgânica entre as experiências na vida familiar, produtiva, da rua, do campo, do trabalho e de projetos educativos”.⁸¹

Estas questões apontam para uma prática voltada ao princípio do coletivo e à gestão democrática da escola, onde os fundamentos do trabalho conjunto, a participação de cada um deve ocorrer em todo o processo educacional. Mas, essa participação não está imune às contradições e dificuldades. Há divergências, por exemplo, na construção do planejamento, há dificuldades evidenciadas na rotatividade dos colaboradores, pela falta de pessoas para dar continuidade aos projetos iniciados pela turma anterior do Curso ou pelo alto índice de desistência dos educandos, temas dos quais tratarei mais adiante. Porém, segundo Martins, isso não se constitui num obstáculo, haja vista, que qualquer trabalho coletivo encontra dificuldades de ordem prática dentro da totalidade social capitalista.⁸²

1.3 – Espaços Educativos

O direito à escola nos assentamentos do MST é uma das bandeiras fundamentais da reforma agrária e uma das primeiras reivindicações dos trabalhadores ainda no período de acampamento, sendo uma das demandas mais evocadas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).⁸³ Tão importante quanto a conquista da terra, a luta pela escola não é apenas para evitar que as crianças e jovens enfrentem longas jornadas de ônibus escolar até a cidade, mas toda uma necessidade por educação que não se limita à escolarização, mas que

⁸¹ - ARROYO, Miguel González. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salette e MOLINA, Mônica. (Orgs). *Por uma educação básica no campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 77.

⁸² - MARTINS, Fernando J. *Gestão democrática e ocupação da escola*. Op. cit. p. 83-84. Martins é docente do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu. Doutor em Educação pela UFRGS. Também é educador no ITEPA e, como voluntário, ministra a Disciplina de Economia Política.

⁸³ - O PDA é um Plano de Ação realizado coletivamente no início da formação do assentamento com as estratégias de ação para o desenvolvimento das diversas características do assentamento - como o estudo de produção e viabilidade - traçando metas e rumos que serão seguidos dentro da formação do assentamento. Depois de documentado no INCRA, uma cópia do PDA fica com alguma das famílias, no assentamento, já que é de todos e todos podem ter acesso.

diz respeito a dar um novo significado ao espaço que conquistaram, na organização da vida e do fazer-se dos trabalhadores na terra e no movimento social.

Conforme afirma o sociólogo e pesquisador da Fundação de Apoio ao Ensino, Ciências e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (FUNDECT), Walter Marschner, “com a terra conquistada e a escola no assentamento, a educação do campo foca o campo e seu contexto como espaço pedagógico”.⁸⁴ Para além disto, o MST entende a escola como um espaço social que contribui na formação de novos militantes, promovendo o exercício da mística pela luta popular, onde se elabora e se vive uma nova ética, como destacou Schreiner:

Ou seja, trata-se de construir uma escola com um espaço de socialização e de produção de saber, de estímulo às práticas de solidariedade e de cooperação, com vistas ao enfrentamento concreto dos desafios nos campos da produção, da educação, da saúde, da habitação, nos assentamentos rurais, e à inserção na sociedade moderna urbana e rural. Educação não se limita, portanto, ao âmbito escolar. Ela em suas diferentes dimensões (educação escolar, de adultos, política e técnica), está para além do espaço da escola, espraiando-se pelo tecido das relações de trabalho, no convívio social, nos assentamentos. Cada reunião na escola ou na igreja, conversa ao abrigo do sol na sombra das árvores, a organização e a participação nas comissões, nos cursos de formação e nas assembleias, a realização de atividades agrícolas conjuntas, os trabalhos comunitários, todos esses momentos exigem dos assentados exporem suas ideias, pensarem soluções. E neste processo, estão se auto fazendo, educando na luta.⁸⁵

Dados do movimento⁸⁶ mostram que, desde a sua criação até 2010, foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, destas, 1.800 são até a 4ª série e 400 até o Ensino Médio. No total são 300 mil trabalhadoras e trabalhadores rurais, que estudaram em 120 mil escolas públicas, que se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e técnico, 350 mil integrantes do MST. Entre crianças, jovens e adultos mais de 100 mil sem-terra foram alfabetizados. Por ano há aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Nos acampamentos, as 32 escolas itinerantes estão em permanente processo educativo, contando com 277 educadores e 2.984 educandos.

⁸⁴ - MARCHNER, Walter Roberto. *A licenciatura em ciências sociais*. PRONERA-UFGD na perspectiva da Educação do Campo. In: MENEGAT, Alzira Salete; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba; MARSCHNER, Walter Roberto. (Orgs.) *Saberes em construção: experiências coletivas de sem terra e a Universidade Federal da Grande Dourados*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.p. 70.

⁸⁵ - SCHREINER, Davi Félix. *Tecendo cidadania*. Op. cit. p. 251-252.

⁸⁶ - Cf. MST. Setor de Educação. Disponível em: www.mst.org.br acesso em 09 mar. 2011.

Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos em instituições de ensino. Por meio de parcerias com universidades públicas, são desenvolvidos os cursos técnicos de nível médio como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia, e ainda os Cursos Superiores e especializações nas áreas de Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História.

Entre as atividades educativas do MST, estão cursos e encontros do Movimento, que ocorrem em nível regional e nacional, que capacitam trabalhadores para o retorno aos acampamentos e assentamentos como educadores. Entre os cursos realizados está o Curso de Economia para a Agricultura,⁸⁷ ocorrido em 2006 e 2007, o Curso de Tecnólogo em Agroecologia, em quatro etapas, que capacitou sua primeira turma com 51 educandos em 2008.⁸⁸ O Encontro Nacional sobre Meio Ambiente, que qualificou 330 trabalhadores em 2006 e 2007. E, além disso, encontram-se estudando em Cuba 80 Sem Terra e 46 já se formaram médicos. Na Venezuela são 30 estudantes, realizando curso de capacitação em Agroecologia.⁸⁹

Em 1997, com o aumento do número de alunos vindo de várias partes do país, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), sentiram a necessidade da criação do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), localizado no município de Veranópolis no norte do Estado do Rio Grande do Sul, onde passou a funcionar a Escola Josué de Castro no regime de co-gestão entre alunos e equipe escolar.

Durante os dois anos de curso, além dos educandos obter formação técnica, também são responsáveis pela produção de alimentos que contribui na prática educativa e na manutenção da escola. Participam da co-gestão - os professores, os alunos e a equipe de funcionários - representando um salto na formação dos educandos, com a possibilidade de

⁸⁷ - Este curso aconteceu na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que funciona desde 2005 no município de Guararema/SP, como um espaço de formação superior pluralista em diversas áreas do conhecimento, para militantes do MST e de outros movimentos sociais rurais e urbanos, do Brasil e outros países da América Latina.

⁸⁸ - O Curso de Tecnólogo em Agroecologia acontece na Escola Latino-Americana situada no Assentamento Contestado no município da Lapa no Estado do Paraná. Recebe educandos ligados ao movimento camponês de diversas regiões do Brasil e de países da América Latina, com a pedagogia de alternância: tempo escola e tempo comunidade.

⁸⁹ - Cf. <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf> acesso 11 jun. 2011.

aprender com as experiências de outras turmas que já se formaram, com turmas de outras etapas e com as turmas dos outros cursos.

No ITERRA, de Veranópolis/RS, funcionam vários cursos em parceria com Universidades: Técnico de Enfermagem, Técnico em Agropecuária, Técnico em Comunicação, Magistério, Pedagogia da Terra e Supletivo do 1º e 2º Graus. Além disso, na escola funciona ainda, uma padaria, agroindústria de doces e conservas, horta e roça.

Já o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), foi criado em meados de 1999, em Braga, no estado do Rio Grande do Sul, através do Setor de Educação e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), juntamente com o MST, em parceria com o Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP), criada em 1989, por entidades privadas, onde um coletivo formado por pessoas do Movimento Sindical, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entre outros movimentos populares da região, formavam a gestão do Departamento de Educação Rural.

Na proposta pedagógica dos cursos técnicos do MST, conforme destaca em seu trabalho José Benedito Leandro, estão, “formação de quadros utilizando-se do vínculo educação e cooperação; incentivo à relação educação e trabalho; um sistema de alternância entre aulas presenciais (Tempo Escola) e (Tempo Comunidade) nas áreas de origem dos educandos”.⁹⁰

No ITEPA, as práticas educativas no curso de Técnico em Agroecologia ocorrem em regime de alternância, onde os educandos vivenciam 60 dias em Tempo Escola, desenvolvendo as atividades pedagógicas em regime presencial e de internato, onde estudam textos, colaboram com a administração do curso e da co-gestão da escola como um todo, além de participar das aulas, das práticas agroecológicas e de cursos. Nos outros 60 dias, retornam aos seus “coletivos” de origem para a realização do Tempo Comunidade, levando tarefas de pesquisa e de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no Tempo Escola. Esta alternância ocorre durante 3 anos e meio, o tempo de duração do curso.

Os tempos de escola e de comunidade são importantes para que os educandos coletivizem e apliquem os conhecimentos adquiridos, pois, para além da educação formal, na

⁹⁰ - LEANDRO, José Benedito. *Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no Assentamento da Fazenda Reunidas de Promissão - SP*. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 96. Dissertação.

escola, existe um processo educativo dentro do movimento, que se faz no vivido, nas experiências, na luta e nas reivindicações pela Reforma Agrária e pela permanência na terra conquistada.

Nesta organicidade,⁹¹ os tempos de alternância estão fundamentados na própria organização dos camponeses que ao resistir ao avanço do capitalismo no campo, organizam-se em acampamentos, nas terras ocupadas às margens das rodovias, montando desde o início, nestes espaços, as escolas itinerantes. Como o nome já diz, sem tempo ou lugar específico, estas escolas acompanham o itinerário do acampamento quando, em uma situação de conflito, se torna necessário o deslocamento para outro local.⁹²

As escolas itinerantes legalmente aprovadas e reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação dos Estados do RS, SC, PR, GO, AL, PE e PI, estão sujeitas a todo tipo de inconstância que ocorre em um acampamento. As condições precárias destas escolas comprometem o trabalho dos educandos e educadores, devido à vulnerabilidade e a falta de materiais adequados.⁹³

Para além da escola itinerante, o Setor de Frente de Massa, organiza no acampamento um trabalho de conscientização. As famílias organizam-se em setores, comissões ou em grupos onde discutem sobre o cotidiano da luta e programam o trabalho conjunto. Os grupos se reúnem nos barracos ou à sombra das árvores para estudar, traçar metas, apreciar e projetar ações. Os setores variam de acordo com cada acampamento, entre os quais geralmente estão os de limpeza, segurança, saúde, alimentação e educação. Cada setor possui um coordenador, que faz parte da coordenação geral do acampamento.

Nestes espaços são discutidas pelo grupo, as questões cotidianas do assentamento, além da realização do planejamento de atividades, e, após, levadas através dos coordenadores para a coordenação central. A assembléia é um espaço de tomada de decisões, onde

⁹¹ - Organicidade é um termo adotado pelo MST para expressar sua forma de organização interna. Termo que virou conceito para referir-se à estrutura organizativa do Movimento, à organicidade do Movimento, do acampamento, do assentamento e da escola. No caso da escola a organicidade refere-se à organização das crianças e adolescentes nas turmas, grupos de estudo e trabalho, na forma de participar das mobilizações e nos tempos educativos. Ver mais em: FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996. STEDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁹² - BAHNIUK, Carline. *Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes nos acampamentos do MST*. Florianópolis, 2008. p. 55. Dissertação.

⁹³ - Cf. MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br> acesso 4 jul. 2011. Sobre as Escolas Itinerantes ver mais In: CAMINI, Isabela. *Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2009; MST. *Dossiê MST Escola*. Documentos e Estudos 1990-2001. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2005. p. 185-198.

participam todos (homens, mulheres e crianças), sendo convocada a partir do momento que não se chega a um consenso.

Trata-se de um processo educativo que ocorre nas experiências vividas, na luta pela terra e pela permanência nela, nas quais se tecem espaços dos saberes. Como relatou em entrevista o assentado Gilberto Britzke, “desde o período em que viemos acampar, começamos a ajudar em todas as linhas, fizemos muitos cursos de formação. Não tínhamos nenhuma noção do que era o Movimento Sem Terra”.⁹⁴

Assim, o acampamento se recria num processo constante de aprendizagem, como reitera o assentado, todos contribuem e dividem experiências, até mesmo os que não possuem “nenhuma noção” do movimento, mas se inserem, na dinâmica da luta pela terra num movimento social. Como pontua Britzke,

Tem Cursos bem básicos, para a pessoa colocar em prática: como vai coordenar e como vai atuar. Cursos sobre os princípios, os objetivos do movimento, o que é bom e o que é ruim para os acampados e assentados, a questão da cooperação em várias áreas, é uma questão de cada pessoa aprender, ela não é obrigada. Naquele período tínhamos muita vontade de aprender, muitas coisas aprendemos no dia a dia, na prática.⁹⁵

Desta forma, a educação nos acampamentos está presente em diversos momentos: em reuniões, cursos de formação política, oficinas, discussões coletivas, entre outras atividades engendradas no fazer-se das experiências dos trabalhadores, “base” para a continuidade do processo educativo após a conquista da terra.

1.4 – O ITEPA

O Centro de Formação do ITEPA, conforme mencionado em páginas anteriores, é formado por uma estrutura física que inclui uma secretaria administrativa – dividindo espaço com a sede da Cooperativa de Industrialização da Família Camponesa (COOPERCAM) - uma biblioteca, uma secretaria pedagógica, um refeitório, uma plenária de estudos e alojamentos. Ainda no espaço pertencente à escola, existe a Ciranda Infantil, para crianças de seis meses a

⁹⁴ - BRITZKE, Gilberto. Entrevista citada.

⁹⁵ - Idem.

seis anos de idade, além das casas onde residem os colaboradores⁹⁶ que trabalham pela escola, mas que não são pessoas assentadas.

Desde o início da ocupação da antiga fazenda pelos trabalhadores ligados ao MST, já estava em pauta projetos que visavam à organização da área, sendo que um deles era a construção de uma escola que atendesse as demandas internas do assentamento em relação ao Ensino Fundamental. Esta meta ainda não foi concluída, apesar das constantes reivindicações neste sentido. As crianças do Ensino Fundamental necessitam deslocarem-se de ônibus para escolas da cidade de São Miguel do Iguçu, que fica a aproximadamente 10 quilômetros do assentamento.

Em 2007 e 2008, o educador Everaldo Matias Lopes⁹⁷ estudou na Escola José Gomes da Silva cursando Educação de Jovens e Adultos (EJA), que funcionava como uma “APED”,⁹⁸ um programa do próprio CEBEJA,⁹⁹ em forma de extensão do Colégio Estadual de São Miguel do Iguçu. Segundo ele, embora haja número suficiente de crianças, o funcionamento de uma escola de Ensino Fundamental esbarra em burocracias, apesar de contar com a estrutura física necessária no assentamento:

Calculo que tem umas oitenta a cem crianças. Na verdade, na demanda do movimento, eles brigam pra esse espaço dessa escola, não no espaço como é na cidade. A gente resgata a cultura, a identidade das pessoas, quando está tendo curso técnico ou aula de gente adulta. É mais fácil trazer esse povo do que fazer uma escola de 1ª a 4ª série [...] nesse estudo é uma parte mais burocrática, o movimento tem dificuldade na parte burocrática do espaço, daí não conseguiu ainda.¹⁰⁰

No entanto, no assentamento existe a Ciranda Infantil, que segue os princípios e objetivos da Educação Infantil do MST, recebendo crianças de seis meses a seis anos de idade (em alguns casos até oito anos), e conta com seis educadores do próprio assentamento. A

⁹⁶ - São trabalhadores, militantes do MST cadastrados em outros acampamentos e que, estando à espera do lote, trabalham em prol da educação no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, residindo nas casas destinadas a este fim.

⁹⁷ - Everaldo Matias Lopes é militante do MST, registrado como acampado, reside no assentamento Antônio Companheiro Tavares e desenvolve trabalho como educador da Ciranda Infantil neste assentamento. Atualmente, está cursando Pedagogia do Campo, na UNIOESTE, campus de Cascavel/PR.

⁹⁸ - Ações Pedagógicas Descentralizadas (APEDs) são turmas de Ensino Fundamental e Médio descentralizadas, dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos. São autorizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR).

⁹⁹ - CEBEJA (Educação Básica para Jovens e Adultos).

¹⁰⁰ - LOPES, Everaldo Matias. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 01 de abril de 2011 no assentamento Antônio Companheiro Tavares no município de São Miguel do Iguçu/PR.

Ciranda Infantil “é um momento de trabalhar com as crianças a realidade do assentamento, a vivência através de atividades lúdicas e práticas”.¹⁰¹

Durante um período do dia, os educandos que já tem idade para ir até a escola da cidade, deslocam-se de ônibus, retornando para o assentamento onde no período contrário estudam na Ciranda Infantil. Como relata o educador:

Eu mesmo trabalho com os mais grandinhos, daí o período que eles não estão na escola, eles estudam à tarde, meio período eu trabalho com eles. Eu estou trabalhando com duas crianças que nem no pré não foram, eu trabalho com desenho, coordenação motora, brincadeiras culturais, músicas, vários projetinhos e a forma de educar. Já com a pré-escola trabalho dando reforço para ir mais além que na escola. A professora da 1ª série trabalha com o A, eu trabalho com o B, indo mais a frente, a formação de palavras, números de 1 a 10, leituras, conto historinhas, musiquinhas, vídeo infantil. Na 2ª série trabalho com texto, com leitura, com números [...] vamos ao pátio conhecer o espaço, ao parquinho, à biblioteca, computador [...] ir à horta conhecer uma planta, conhecer a semente.¹⁰²

A Ciranda Infantil é importante tanto para os filhos dos assentados nos lotes quanto dos colaboradores, que trabalham em sistema de cooperação e necessitam deixar as crianças em um local seguro, enquanto desempenham suas funções no ITEPA. Os colaboradores, através de equipes de trabalho, que atuam na organização do espaço e no funcionamento do curso, cuidam da limpeza, da organização das refeições, do alojamento, das plantações e criações de animais, em conjunto com educandos, equipe pedagógica e educadores. Neste sistema de cooperação,

Cada grupo ou família cuida de uma unidade ou setor. Tem família de assentados que cuidam da parte dos suínos, outras das aves, outras da pecuária, outras da parte pedagógica, da biblioteca, da secretaria, da produção, cada unidade tem um grupo ou família diferente. Ainda aqui no espaço da escola, tem famílias de acampados, que moram aqui no espaço mesmo, as famílias que vivem fazem suas refeições no refeitório da escola, pois muitos estão aqui por um período que vai assentar para um lote. Ai volta outra pessoa nova, tem pessoa que fica um ano ou dois, como contribuição, como forma de organizar a escola [...] Eles fazem essa atividade na escola como acampado em forma de construção da escola, para não deixar a escola parar.¹⁰³

Atualmente são treze famílias que cuidam do ITEPA, e dentre estas, algumas são de assentados, porém, a maior parte são famílias acampadas, cadastradas em diversos municípios do Estado do Paraná. Enquanto aguardam o lote, trabalham pela organização da educação

¹⁰¹ - Idem.

¹⁰² - Ibidem.

¹⁰³ - Ibidem.

dentro do movimento, residindo nas moradias localizadas próximas do ITEPA, existentes desde o período da Fazenda Mitacoré.

Cada trabalhador recebe os gastos com alimentação, luz elétrica, material de higiene pessoal e medicamentos quando necessário. Para quem tem crianças em idade escolar recebe os subsídios para manter a criança na escola e aos adultos que estudam o auxílio também é oferecido. Já a organização do trabalho no ITEPA se faz através de setores específicos que buscam atuar no funcionamento e na manutenção do espaço.

No Setor de produção existe a criação e o manejo com a pecuária leiteira, gado de corte, aves de postura e de corte, suínos, olericultura, lavoura para a produção de cereais, fruticultura e agrofloresta. A produção serve para abastecer o consumo interno e o excedente é comercializado, principalmente o leite. A renda gerada serve para a manutenção do ITEPA.

O setor administrativo é formado pela secretaria e recepção, contabilidade e prestação de contas, projetos e comercialização dos produtos dos assentados e do ITEPA, através da COOPERCAM, que também funciona neste espaço. Já o setor de moradia abrange o refeitório, a padaria, a limpeza e organização dos espaços como: alojamentos, plenárias, almoxarifados, lavanderia, limpeza externa e embelezamento dos arredores do ITEPA. Enquanto o Setor de infraestrutura é formado pelas instalações hidráulicas, elétrica, marcenaria e carpintaria, com a função de manter o espaço em funcionamento e a conservação do patrimônio.

O Setor pedagógico é formado pelo espaço da Ciranda Infantil e o espaço da biblioteca. Existe ainda a questão da cultura, o acompanhamento aos cursos formais e informais, a sistematização e a escolarização, onde o setor pedagógico atua através da Coordenação Político-Pedagógica (CPP). A CPP é um coletivo de trabalho que objetiva o acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem. Formada por assentados e militantes do movimento ou a ele vinculados, em geral da área de educação, debatem desde o planejamento até a avaliação. Adriana de Andrade conta:

Toda terça-feira de manhã, a gente senta e vê o calendário, a questão de avaliação, se é necessário chamar o educando, se for o caso. Ler os trabalhos, corrigir. [...] a gente tem essa CPP, que são seis pessoas que sentam toda semana para avaliar o que está dando certo, se tem algo que não está dando certo deve mudar a pedagogia.¹⁰⁴

¹⁰⁴ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

Neste sentido, Luciane Aparecida Gresco, que reside no pré-assentamento “24 de maio” em Renascença no Paraná, conta que sempre teve vontade de fazer o curso de Agroecologia, já na primeira turma do ITEPA e o dirigente da brigada incentivou-a na realização do seu propósito. A educanda afirma que “o setor pedagógico é a parte chave do curso, eles acompanham nas aulas, estão direto conversando com os educandos, estão participando, na formação, nos informes, nos encaminhamentos, é um vínculo que incentiva a convivência”.¹⁰⁵

Como dissemos anteriormente, os setores são a forma de organização para o trabalho cooperado e para a administração dos recursos recebidos do INCRA e PRONERA. Tais recursos não são suficientes para manter o funcionamento da escola, assim utilizam a produção da horta e das plantações para complementação de recursos. A luta pela manutenção do Curso Técnico em Agroecologia tem sido uma constante, como evidencia a fala de Adriana de Andrade:

Para nós mantermos um curso deste, para manter os moradores que estão aqui, nós temos que ralar, nós temos que brigar, nós temos que correr atrás. A primeira etapa do curso foi lá em abril e o que eles comeram em abril que tivemos que comprar, nós estamos devendo ainda. Daí não é o Curso, não é a escola, é o ITEPA que deve.¹⁰⁶

O relato aponta as dificuldades de ordem financeira que o ITEPA encontra para se manter em funcionamento, onde todos trabalham em prol da permanência do espaço, aplicando recursos da própria produção para que consigam dar conta de efetuar o pagamento dos gastos com material de expediente e didático, material de higiene, com a alimentação, a estadia e outras necessidades indispensáveis do ITEPA. Para Adriana, esse é um dos limites enfrentados pelo ITEPA e pelas demais escolas do Movimento:

Que parceria que é essa que não aparece. Aparece só na hora da formatura de entregar o certificado. Mas não é só isso que nós queremos. Então acho que é isso também. É um gargalo que a gente olha e não consegue avançar para isso. Se tivesse disponibilidade de contratação dos professores, por exemplo, nós poderíamos trazer professores com doutorado para trabalhar com os meninos, mas daí a gente não tem. Tem que ir com quem tem boa vontade.

¹⁰⁵ - GRESKO, Luciane Aparecida. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu.

¹⁰⁶ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

O material didático, o que compramos é com o dinheiro dos pés de alface da horta. Ao invés de investir na horta que é um projeto que tem que ampliar, você tem que tirar e por aqui para os meninos, pois precisa da caneta, de material para fazer protocolo. Então é complicado. Mas, por um lado, você percebe que o que você consegue fazer é valoroso.¹⁰⁷

Desta forma, mesmo com fatores limitantes, o curso busca a formação de uma nova mentalidade, através de atividades educativas e projetos ligados a produção agroecológica, baseados no trabalho e na cooperação, desenvolvidos pelos diversos setores que colaboram com a construção do ITEPA. O curso propõe e incentiva, enfatiza Adriana, “... um modelo de produção agroecológico, com a diversidade de produção de alimento para o consumo interno das famílias”. No seu entender, esse “é o caminho da sustentabilidade que vai viabilizar as famílias, para que conquistem a terra e permaneçam no lote, e para isso precisa ter essa diversidade de alimentos”.¹⁰⁸

A efetivação do plantio de cada lote, antes de tudo é uma opção de cada família. Porém, como destaca em sua fala Gilberto Britzke,¹⁰⁹ “é um processo longo e educativo, que mexe com a própria formação cultural e de sobrevivência das famílias no momento em que se lança um olhar sobre a questão econômica”.

No período em que nós viemos pra cá, foram divididos os espaços para cada um plantar o que queria. Na linha dos venenos a única rejeição foi que não usassem o precedente 2-4D que teria consequência de resíduos para as frutas e tudo mais. É um veneno mais prejudicial ainda que os demais. Discute-se já o plantio orgânico. No período, chegou a 12 famílias mexendo com fumo. Hoje, não tem mais nenhuma. Então já é um ganho. Outra questão é a monocultura (soja e milho), também as famílias eram de 80% a 100% que mexiam com a monocultura, caso um ou outro que realizavam o plantio de comidas, nesse período todo. Hoje, quase inverteu o processo, se tiver 20% a 30% no máximo das famílias que mexem com monocultura, como o milho. Soja, já tem uma decadência bem maior pelo próprio sistema que impõe ao pequeno agricultor estar plantando monocultura para viver.¹¹⁰

Neste sentido, pode-se afirmar que desde o início da formação do assentamento até hoje, houve conquista na opção pela produção agroecológica. Muitas famílias que não tinham conhecimento dessa forma de plantio deixaram de usar venenos e de praticar a monocultura, a fim de levar uma vida mais saudável, passaram a produzir alimentos, como, “coisa picada, coisas pequenas, melancia, mandioca, milho, pepino e aqui nesse assentamento, é bem forte

¹⁰⁷ - Idem.

¹⁰⁸ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

¹⁰⁹ - BRITZKE, Gilberto. Entrevista citada.

¹¹⁰ - Idem.

no leite. Como é um assentamento pequeno com 4 alqueires pra cada um, a produção é bastante forte no leite.”¹¹¹

A forte produção de leite retomou a ideia de formação de um laticínio, que já vinha sendo discutido desde o período de acampamento. A ideia cogitada através do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), atualmente vem sendo colocada em prática através dos trabalhos da COOPERCAM, que é uma cooperativa dos assentamentos rurais de toda a região Oeste, abrangendo assentamentos localizados desde Cascavel a Foz do Iguaçu, mas cuja a sede encontra-se na secretaria do ITEPA, onde as atividades da cooperativa e da escola acontecem, muitas vezes, de forma interligada.

A cooperativa surgiu em 2010 com a necessidade de poder inserir os produtos dos assentamentos no mercado, uma vez que as associações não davam condições jurídicas para que as famílias realizassem todo o processo de comercialização, como no programa institucional de governo, que é o caso da venda direta em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Neste processo, acontece a valorização da produção do assentamento, onde muitos participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹¹² e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),¹¹³ da CONAB, em que parte da alimentação do ITEPA vem com a venda direta, onde as famílias do assentamento podem comercializar seus produtos diretamente.

¹¹¹ - LOPES, Everaldo Matias. Entrevista citada.

¹¹² - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem por objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar. Instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008, o PAA tem como finalidade precípua o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. A compra é feita diretamente pela Conab, por preço compensador, respeitando os hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html acesso 25 jul. 2011.

¹¹³ - O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Ver mais: <http://www.acaofozero.org.br/> acesso 10 jan. 2012.

Desta forma, o assentamento fornece alimentos para a merenda escolar nos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e outros da região através da venda direta, sendo a cooperativa uma instituição jurídica que fornece o suporte legal, organizando a comercialização da matéria-prima produzida pelos assentados. A cooperativa vem pleiteando recursos para a construção de uma agroindústria de laticínios, como a exemplo da Cooperativa de Comércio e Reforma Agrária Avante Ltda (COANA), no município de Querência do Norte no Paraná.

Para tanto é importante que as práticas realizadas no curso de Agroecologia do ITEPA possibilitem aos assentados a melhoria na produção da matéria prima, através de formas alternativas e de baixo custo que viabilizem um produto mais saudável e conseqüentemente gere melhoria na renda do camponês.

Nessas linhas de produção a gente busca sistemas alternativos de controle de parasitas e doenças. Propiciando esses sistemas do ponto de vista da agroecologia, mais corretos, enquanto propicia um bem estar para os animais. São técnicas agroecológicas de produção orgânica que servem de exemplo para os educandos, que no tempo de prática trabalham para a escola e ao voltar implementam na comunidade deles e com a melhor qualidade que possibilita ter uma força de trabalho permanente.¹¹⁴

Neste sentido, os educandos realizam a prática de campo com o objetivo de desenvolvimento dos conteúdos teorizados na plenária de estudos, onde, através de um sistema de cooperação e trabalho, colocam em funcionamento juntamente com os colaboradores do ITEPA, propostas que serão exploradas no Tempo Comunidade. Como reitera Castro, “temos propostas e iniciativas que começaram na primeira turma, o sistema alternativo de produção do leite a pasto, piqueteamento, criação de suínos ao ar livre e de aves em sistema semiaberto, controle de doenças e parasitas e a agrofloresta”.¹¹⁵

Entretanto, devido à rotatividade dos envolvidos na manutenção do ITEPA, os trabalhos no campo, sofrem limitações de ordem prática, como a continuidade das atividades já realizadas, a manutenção e a melhoria das técnicas de produção.

A intensidade de trabalho varia de acordo com as condições. Em alguns momentos, as famílias participam, são trabalhadores voluntários, então, tem a rotatividade de pessoal, muito grande. A gente inicia um trabalho e de repente tem uma falta de força de trabalho que vai acarretar uma deficiência

¹¹⁴ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

¹¹⁵ - CASTRO, Ademir de. Entrevista citada.

daquele trabalho depois de certos momentos [...]. Aqui tínhamos mais pessoas, mas o número está bem reduzido.¹¹⁶

Contudo, apesar da falta de mão-de-obra para a continuidade das práticas produtivas desenvolvidas durante o curso, o que pude observar, como se verá nos próximos capítulos, são mudanças de atitudes para além do ITEPA. Os formados na turma de 2009 e que permanecem trabalhando em assentamentos da região Oeste do Paraná, tem realizado avanços no trabalho com a terra. Para Ademir Castro, objetiva-se que as práticas realizadas no Tempo Escola sejam levadas pelos educandos aos seus assentamentos durante o Tempo Comunidade e multiplicadas, melhorando a qualidade das técnicas utilizadas, da produção e da força de trabalho.

Procuramos olhar para os princípios na construção de um indivíduo que vai fazer diferença na sociedade, para que faça diferença no sistema hegemônico da sociedade, na competitividade e do lucro, é onde os valores humanos vão se perdendo. Assim, com os princípios busca-se formar sujeitos da vida, que não sejam apenas vendedores da força de trabalho. Pontuo assim: 1- Direção coletiva nas tomadas de decisão [...] por isso temos as instâncias organizativas, como núcleos de base, grupos de famílias, coordenadores [...] a mulher tem um papel igual ao do homem, um jeito novo de criar sujeitos novos no campo; 2- Estudo, planejamento, disciplina, profissionalismo e igualdade de gênero. A cada etapa mudam os coordenadores dentro da turma no curso, para que todos educandos possam desenvolver o jeito de se expressar e de se comunicar, realizando assim a auto-gestão, tomam decisões, sentam com os educadores, com o setor pedagógico e os demais setores da escola.¹¹⁷

Na narrativa de Ademir observam-se elementos que pautam sentidos educativos no Curso de Técnico em Agroecologia: a organização, o planejamento e a gestão coletiva, a igualdade de gênero, a disciplina (respeito e exercício das normas e decisões coletivas, bem como a vivência dos valores do MST). Essas dimensões, apontadas por Ademir, e as diretrizes nos documentos do MST, em especial do Setor de Educação, norteiam a formação de técnicos em agroecologia. Estes profissionais devem “... trabalhar o desenvolvimento sustentável através da agroecologia das unidades de produção camponesa ou agroecossistemas, em específico a região sul do Brasil”. Ao mesmo tempo, o conhecimento produzido pelos educadores e educandos, durante a realização dos cursos em agroecologia, deve fundamentar-se “... no entendimento técnico científico alternativo sustentável e também humanista socialista, tendo como principal ação a apropriação desse conhecimento para intervir na realidade.”¹¹⁸

¹¹⁶ - Idem.

¹¹⁷ - Ibidem.

¹¹⁸ - MST. 6ª Jornada de Agroecologia. *Terra livre de transgênicos e agrotóxicos*. Cascavel: 2007. p. 28-29.

Neste sentido, o curso do ITEPA desenvolve suas atividades educativas voltadas para o desenvolvimento humano e o trabalho coletivo, onde pude observar na presença do coletivo pedagógico, a busca por uma educação omnilateral, priorizando o ser humano em seus diversos aspectos com base nos princípios pedagógicos e filosóficos e na proposta de educação do MST.

De acordo com o *Caderno de Formação nº8* do MST,¹¹⁹ o homem omnilateral é aquele valorizado em suas diversas esferas, que outrora foram desvalorizadas pelo sistema capitalista, porém a educação tem a possibilidade de trabalhar a valorização das várias dimensões: afetiva, ética, lúdica, religiosa, estética, política, entre outras.

Durante a pesquisa de campo encontrei o setor pedagógico realizando a avaliação de trabalhos produzidos pelos educandos, e ao mesmo tempo em que avaliavam o desempenho com o conteúdo, debatiam sobre a individualidade de cada um, sobre o seu crescimento dentro do curso e os saberes abordados a cerca de questões culturais, filosóficas e humanas. O tempo trabalho foi visto como um importante momento pedagógico, onde a CPP teve a tarefa de observar, registrar e analisar a auto-organização, os diálogos entre os educandos e a forma como se deu a construção e o desempenho dos grupos nas tarefas propostas.

Como vem sendo registrado até o momento, a formação de Técnicos em Agroecologia é realizada num processo contínuo de construção do conhecimento: pesquisa, observação, leituras, debates, registros, ações práticas, entre outras, proporcionando aos educandos condições para aperfeiçoarem sua concepção de agroecologia e avançando enquanto seres humanos, tornando-se agentes transformadores da realidade em que vivem e sabedores de que o conhecimento deve ser ferramenta desta transformação e não mercadoria que pode ser comercializada.¹²⁰

No próximo capítulo, destacarei os sujeitos e suas vivências no ITEPA e as práticas educativas no Curso de Técnico em Agroecologia. O objetivo é explicitar o espaço social, as práticas pedagógicas e políticas no referido Instituto.

¹¹⁹ - MST. Caderno de Educação Nº 08. op. cit. p. 8.

¹²⁰ - MST. 6ª Jornada de Agroecologia. *Terra livre de transgênicos...* op.cit. p. 29.

CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO NO ITEPA: Sujeitos, Vivências e Práticas Educativas

2.1 – Sujeitos ...

“... não adianta dizer que eu sou Adriana, porque não sou Adriana sem um sujeito.”

A afirmação é de Adriana Andrade, militante do MST, assentada em Ramilândia/PR, no assentamento “16 de Maio”, faz parte do Setor pedagógico do ITEPA, sendo, também, a representante legal deste. Desde 1.985, faz parte do Movimento, quando aos oito anos de idade, acompanhando os pais, entrou para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Estado de Santa Catarina. Atualmente, faz Licenciatura em Educação do Campo pela UNIOESTE, campus de Cascavel e, durante o Tempo Comunidade, participa da coordenação pedagógica do Curso Técnico em Agroecologia no ITEPA.

A expressão é indicativa de que não é o nome próprio que define o sujeito. A condição de sujeito se faz num processo de transformação vivido nas experiências, como as de organização e luta pela terra e nas formas de educação. Nesta perspectiva são desenvolvidas as atividades no ITEPA, entre as quais, com os educandos do Curso de Técnico em Agroecologia.

O curso de Técnico em Agroecologia tem uma carga horária de 3400 horas/ aulas, cumpridas em regime de alternância com um período de atividades no ITEPA e um período de atividades nas comunidades de origem dos educandos, e distribuídas por cinco áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Agrárias; Ensino Prática Profissional e Tempo Comunidade¹²¹.

¹²¹ - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: disciplinas de Literatura, Comunicação e Expressão; Comunicação Rural; Língua Estrangeira; Artes e Cultura, Educação Física e Cultura Brasileira. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias: disciplinas de Física, Química, Matemática, Biologia, Ecologia e Ecosistemas, Meteorologia e Climatologia. Ciências Humanas e suas Tecnologias: Filosofia, Ética, História, Geografia, Sociologia, Psicologia Social, Economia Política, Direito e Legislação. Ciências Agrárias: Introdução a Agroecologia, Agricultura Geral, Dimensão Biológica da Agricultura, Planejamento e Gestão de Sistemas Agrários, Uso e Manejo de solo, Manejo dos Recursos Naturais e Conservação da Biodiversidade, Grandes Culturas Regionais, Olericultura e Plantas Medicinais, Fruticultura, Produção Animal, Produção e Manejo Florestal, Engenharia Agrícola, Cooperação Agrícola e Processamento da Produção, Administração Rural e Métodos e Técnicas de Pesquisa. Ensino Prática Profissional - Tempo

Os educandos são oriundos de assentamentos, inclusive do Antônio Companheiro Tavares, ou de pré-assentamentos de diversas regiões do Paraná. Durante o Tempo Escola, vivido nesse espaço, os adolescentes ficam instalados no alojamento, enquanto as adolescentes ficam nas moradias com as famílias.

A turma do Curso, atualmente em andamento e que funciona em tempo integral, encontra-se na etapa final. A turma é formada por jovens entre 16 e 17 anos, vindos das regiões Norte, Oeste e Centro-oeste do Paraná. A maioria da turma iniciou o Curso com 14 anos e está realizando a primeira experiência de sair de perto dos pais. No início eram 40 jovens, mas hoje conta com apenas 18 educandos. Entre os fatores que levaram à desistência estão questões como a carga horária diária elevada e a saída da família do MST. Delvânia Gonçalves da Silva observa que se formarão poucos:

... alguns é por causa pessoal mesmo, chegam no fim do curso e não aguentam mais, não aguentam o tranco. Porque ali, é puxado, você acorda cedo, dorme tarde, tem muito estudo. Outros porque vinham desde o começo, não é quem gosta de estar ali na luta, não gosta de estudo, veio pensando em fazer bagunça. Ai chega na fase final ou você estuda ou não aguenta e desiste. Outras pessoas por causa de família. Alguns mudaram de acampamento, outros saíram do Movimento. Teve caso de um menino, nessa última etapa, o Jonatan, que a família saiu do Movimento. Aí foi o caso de um mês, dois, durante a etapa que ele não fez os trabalhos, daí ele não veio, a família se arrependeu, voltou. E ele veio conversar com a gente que estava morrendo de arrependimento. Imagina faltando uma etapa só para a formatura.¹²²

Muitos destes jovens abandonaram o Curso já na etapa final, por não dar conta do cumprimento dos trabalhos das disciplinas, acham o Curso “puxado”, tanto pelo desenvolvimento das aulas, quanto pela dificuldade na sistematização do Diálogo de Saberes, que é realizado durante o Tempo Comunidade, sobre o qual abordarei mais adiante. Além disto, destacam-se outras questões:

O que dificulta bastante é que a gente fica dois a três meses, a questão financeira também, como as pessoas vem de longe, a gente tem gasto, tem alimentação e tem moradia, pra gente se divertir fim de semana precisa comprar pipoca. A gente organiza ali entre a turma, junta um e outro e vamos comprar pipoca. Acho que a questão maior que atinge a turma ali é a questão financeira, porque pra doenças coisas assim o colégio se responsabiliza. Mas como a gente viaja bastante, não tem

Comunidade: Práticas de Campo, Leitura e Elaboração de Resenhas de Quatro Livros, Elaboração de Relatórios, Elaboração de Projetos e Desenvolvimento da Comunicação Rural.

¹²² - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

como tu parar pra jantar. A gente viaja pra Curitiba, São Paulo, a gente tá direto viajando. O ITEPA supre as necessidades básicas: café, almoço, janta e transporte (...) tem gente de acampamento também e os pais não tem condições, precisa de roupa e disso e daquilo, teve bastante gente que desistiu por causa disso também.¹²³

O relato de Delvânia Gonçalves da Silva chama a atenção para as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias, seja com pequenos gastos do fim de semana, seja com vestimenta ou o auxílio durante a participação em eventos organizados pelo Movimento. Estas questões podem parecer simples, mas não são para quem não tem condições materiais suficientes para sua manutenção. Além disso, muitas vezes esse filho(a) que está fora de casa é quem ajuda os pais no trabalho do lote, cuidando das plantações e dos animais, ficando muito difícil mantê-lo até o final do Curso.

Quando estes jovens chegam para o Curso trazem consigo um diagnóstico do assentamento onde moram. Este diagnóstico, realizado em cada brigada,¹²⁴ serve para destacar as necessidades que a comunidade tem em relação à produção agrícola, aos aspectos culturais e a própria vida nos assentamentos, norteando, assim, os conhecimentos que serão trabalhados, com vistas a sanar os problemas e melhorar a qualidade de vida destas comunidades. Adriana de Andrade conta que:

Cada um que vem pra cá, vem de um assentamento, ele vem com a sua necessidade lá, ele traz através da conversa e diálogo com os professores e das ementas que nós temos, para que um dos primeiros trabalhos que a gente pede pra trazer é o diagnóstico da realidade, então, neste diagnóstico, é que vai perpassar toda a vida escolar que tiverem aqui dentro, desde a educação, a produção, o manejo [...] tem a necessidade de discutir solo, vai pegar esse diagnóstico e ver qual é a realidade do solo de onde estão as regiões, que no nosso caso é Norte, Centro-oeste e Oeste. Vai fazer essa parceria, conjugar com isso pra trabalhar.¹²⁵

¹²³ - Idem.

¹²⁴ - Brigada é a soma de partes de uma organização para desenvolver atividades diferentes tendo um mesmo objetivo. Assim, no MST, as Brigadas são uma forma de organização de acampados e assentados para a realização de diversas atividades, objetivando a conquista da terra, a permanência nela e a continuidade da luta pela reforma agrária. As brigadas são formadas por núcleos de base (NBs). Os núcleos são formados por aproximadamente 10 famílias. São escolhidos uma mulher e um homem como coordenadores, devendo haver uma pessoa para secretariar todas as reuniões, registrando as decisões, além de duas pessoas responsáveis pelas finanças. A brigada também é estruturada por setores responsáveis pela organização de coletivos, grupos de famílias que discutem, planejam e encaminham questões relacionadas aos problemas do assentamento ou do acampamento. Os setores são Frente de Massa, Educação, Formação, Saúde, Gênero, Formação e Cultura, Equipes de finanças, secretaria, disciplina e direitos humanos. Cada setor é composto por um coletivo com um representante, de no mínimo, três núcleos de famílias. Sobre o assunto ver: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=9120&cat=Ensaio&vinda=S> acesso 17 fev. 2012.

¹²⁵ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

A partir de discussões realizadas na comunidade, as famílias que compõem os Núcleos de Base (NB)¹²⁶ nos assentamentos e acampamentos, escolhem os educandos que farão os cursos no ITEPA. São jovens do campo, que possuem vínculos com a terra e com os movimentos sociais. Além da formação técnica, a realização do Curso Técnico em Agroecologia visa formar multiplicadores, irradiadores dos conhecimentos na relação teoria e prática.

Os objetivos e sentidos projetados para o Curso Técnico em Agroecologia podem ser avaliados a partir da leitura que os educadores e militantes do MST tecem sobre as atividades desenvolvidas. Neste sentido, é importante retomar aqui a narrativa de Adriana de Andrade, citada na abertura deste capítulo:

Primeiro nós temos que transformar o que está dentro de nós, não adianta dizer que eu sou Adriana, porque não sou Adriana sem um sujeito. Antes de ser Adriana eu era um ser, hoje eu posso até ser um ser, um ser chamado Adriana que participa de um processo histórico e esse processo histórico é a organização que nós estamos vivendo e essa organização que nós estamos vivendo é um projeto maior para uma sociedade, que é o socialismo. Tem que começar por aí a forma em que o curso pode ajudar nesta transformação. É enxergar-se enquanto ser, e de fato mudar o que lhe incomoda e ajudar a transformar o meio em que vive. Porque se ele não conseguir fazer isso, ele não vai conseguir fazer nada [...] Se nós quisermos o socialismo, uma transformação, nós temos que partir desde a transformação da cultura, da mídia, partidária, desde a transformação do sujeito do campo, da vida do campo, uma educação diferente. Porque quando a gente fala educação do campo, a gente não está só falando do campo e no campo, a gente está falando de uma educação do campo, mas vinculada a uma educação da cidade. Não tem como descolar, você estará separando classes e se você separar classe social você não vai transformar. Se você não conseguir organizar classe não vai fazer nenhum progresso de transformação, se você não conseguir organizar sua comunidade não vai conseguir lutar por mudança [...], e se nós enquanto espaço, enquanto escola, olhar e dizer que a responsabilidade da transformação social está nas mãos de 23 jovens, nós não vamos fazer isso, estaremos incoerentes com o que pensamos sobre sociedade. O que eles podem fazer é ajudar a transformar a sociedade, ou o meio social em que estão inseridos. Muitos deles talvez não vão servir de assistência técnica, não vão dar um bom técnico. Muito bem! Não seja um bom técnico, mas consiga no mínimo vivenciar os valores de uma organização, no mínimo defenda o movimento, vivencie a mística e a utopia todos os dias, no mínimo estude, ajude, estenda a mão, levante alguém e eu acho que tem que começar por aí. Primeiro nós temos que transformar o que está dentro de nós.¹²⁷

¹²⁶ - Ver nota 103.

¹²⁷ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

O relato centra-se na percepção que é necessário iniciar a transformação social a partir do sujeito e da sua atuação no meio em que vive, promovendo mudanças neste lugar. A transformação é individual, mas se faz no e pelo coletivo: numa organização e movimento social. A fala evidencia o modo de pensar das lideranças do Movimento, que buscam através da educação uma formação omnilateral, preparando o militante, sujeito atuante na comunidade, tanto no campo, quanto na cidade, já que os dois espaços estabelecem relações de dependência.

Neste sentido, Adriana articula o objetivo e a importância do Curso aos objetivos da luta coletiva pela transformação social e aos princípios filosófico-políticos do MST. O processo educativo deve possibilitar a formação da pessoa humana, não como um indivíduo isolado, mas nas relações sociais, capaz de transformar a si mesmo a partir de valores humanistas e socialistas. E, por isso, a formação de técnicos está indissociável da noção de promover a criação de sujeitos, protagonistas de sua história, que atuem coletivamente no Movimento e pelo Movimento.

Nesta direção, embora se compreenda que a educação no MST se faz objetivando a formação de técnicos militantes e sujeitos transformadores da sociedade, com base nos princípios filosóficos e pedagógicos, cabe destacar que é possível perceber as exigências das lideranças em se reproduzir ideias defendidas pelo Movimento através da homogeneização do discurso destes sujeitos, disfarçando as diferenças individuais do modo de pensar.

A educanda Delvânia Gonçalves da Silva, moradora do Assentamento Antônio Companheiro Tavares desde o início da formação do ITEPA em 2003, conta sobre sua opção pelo Curso de Agroecologia:

Eu convivi junto com a primeira turma de Agroecologia, eu era criança, mas eu lembro tanto das partes boas quanto das dificuldades. Eu estava encerrando a 8ª série quando surgiu essa ideia de fazer o curso de Agroecologia. Foram alguns companheiros lá em casa conversar comigo: “Olha Vânia, é assim!” Naquela época eu não tinha interesse em fazer agroecologia, não tinha parado para pensar ainda. Convivi com o pessoal, também do curso de Saúde que se formou aqui. Ai o pessoal falou: “Olha, você faz o curso e se você gostar continua, se não gostar pode fazer um curso de Pedagogia [...], comecei a me interessar, fizemos uma reunião de família [...], me deram todo o apoio, me identifiquei com o Curso (Grifos meus).¹²⁸

¹²⁸ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

A escolha pelo curso foi motivada pela conversa com o Núcleo de Base do assentamento, além de ter contato com a primeira turma, convivendo com os educandos e os vários setores do ITEPA. Para outros educandos, o interesse em fazer o Curso se deve ao incentivo dado por jovens já formados técnicos em agroecologia. O educando Lucas Nogueira Carvalho, residente no assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas no Paraná, tem na participação da sua família no MST um dos elementos que contribuíram pela opção pelo Curso:

Quando da proposta do Curso eu tinha 15 anos, vim para o Curso porque tinha um irmão que estudou agroecologia na Milton Santos. A família toda está inserida nas atividades do Movimento dentro do assentamento, então condicionou vir para cá. Hoje significa uma visão diferente, quando eu vim era ser um técnico e a agroecologia técnica, agora a gente vê outra dimensão, além de ser técnico, dominar técnicas e passá-las para o produtor, é uma opção política. Pois não envolve apenas o domínio da técnica. Para mim é opção política mesmo. Não é apenas profissão.¹²⁹

Durante o processo de ensino- aprendizagem, Lucas, a exemplo do que ocorreu com outros educandos entrevistados, passou a atribuir novo significado a sua formação: para além da dimensão técnica a formação e atuação políticas. Trata-se de educandos pertencentes a uma geração que nasceu e foi criada no Movimento, vivenciando valores e princípios do MST, constituindo trajetórias de militância.

Nascido em São Carlos no Estado de São Paulo, o educando Edelvan Carvalho, conta que o pai fazia parte da direção do Movimento, assentado em Recanto Bonito próximo a Palmas/PR. Após nove anos de assentamento, a família voltou para o acampamento devido a necessidade de militar, pois “o pai se viu sozinho na luta”. Devolveram o lote para o INCRA e foram para o acampamento “Che Guevara” em Ortigueira/PR. Então, iniciou no grupo de jovens, trabalhando na rádio que funcionava dentro do acampamento, participando de reuniões e encontros. Em 2009 foram para o pré-assentamento “Eli vive hoje!” em Londrina/PR, quando passou a estudar na cidade.

A relação era totalmente diferente, não era boa, os professores eram contra o MST no debate dentro da sala. Ai decidiu-se que tinha que lutar por uma escola dentro do assentamento. Hoje, eu contribuo com a escola itinerante dentro do pré-assentamento, lá me dão as tarefas do setor de produção. Queremos uma educação diferente, que transforme a pessoa. Vim para o

¹²⁹ - CARVALHO, Lucas Nogueira. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguazu.

ITEPA e avançamos. Eu fui um dos que contribuiu para o avanço ideológico da turma [...] pois, já tinha uma visão mais clara da realidade.¹³⁰

Nesta narrativa evidencia-se a necessidade de uma educação voltada para os interesses do campo e da continuidade da luta pela reforma agrária. Os jovens que fazem o Curso de Técnico em Agroecologia trazem suas experiências de vida e de luta, atribuindo sentido às experiências educativas que tiveram em escolas fora do Movimento.

Para Edelvan Carvalho, a escola fora do Movimento não contemplou seus interesses. Naquele espaço não se sentia a vontade para contribuir com as ideias trazidas da sua própria experiência de vida, sendo por vezes, incompreendido, até mesmo passando por dificuldades de relacionamento com professores e colegas que não compartilhavam da sua maneira de pensar sobre o MST. Para ele, o melhor foi deixar a escola “convencional”¹³¹ e buscar um local em que pudesse expressar-se e ser compreendido.

No ITEPA, Edelvan sente-se como um formador de opiniões devido a sua trajetória dentro de acampamentos. Seguindo os passos do seu pai, acredita que tem muito a ensinar aos colegas que não tiveram as mesmas experiências. Para o educando, é mais fácil falar com aqueles que já conhecem a realidade da luta pela reforma agrária.

Nesse espaço, vivencia a experiência de um Curso pós-médio. Ele, como os demais colegas, deve seguir o regulamento interno. As normas dizem respeito à organização do espaço, do tempo e dos próprios educandos. Adriana de Andrade conta que a organização da escola se faz no coletivo, sendo que o regulamento interno é uma forma de auxiliar na organização do espaço e na convivência de todos:

Eles devem fazer o que vão comer, lavar o que sujam, tem que fazer o pão e picar a lenha. Porém a escola na sua organização, ela exige que o educando faça e que cumpra o regimento que a escola tem, mas que muitas vezes deixa lacunas. Mas é ele que norteia, tem que ter o tempo de dormir, para levantar, o horário de silêncio, não pode ingerir bebida alcoólica, então o educando tem que fazer o máximo de esforço para que aconteça, ele não pode agredir o colega, o companheiro. Se fizer uma agressão física pode ser expulso da escola. E isso não vale só para os educandos, vale também para os moradores. Não é algo assim tão separado, é a realidade da escola, o regimento vale tanto para os moradores quanto para os educandos.¹³²

¹³⁰ - CARVALHO, Edelvan. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

¹³¹ - Escolas que não pertencem ao MST.

¹³² - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

Nessa contextura os educandos são desafiados a se auto-organizar nos espaços e no uso da infraestrutura. A disciplina é um dos valores centrais neste processo de formação de técnicos militantes. As normas visam manter a disciplina e o controle do tempo, num ambiente de convivência durante a vida escolar na e pela organização em um Movimento, que envolve tanto educandos quanto as famílias assentadas.

A narrativa de Delvânia Gonçalves da Silva, filha de assentados, explicita esta e outras relações, que não são lineares e se constituem de diversas maneiras, a partir de sua trajetória de vida.

Eu tinha sete anos quando chegamos aqui no ITEPA, formamos um coletivo e comecei a estudar na cidade na 1º série. Era início da construção aqui do ITEPA, em 2002 [...] as famílias tinham que “pedalar” muito para dar conta. A minha mãe trabalhava na pecuária, ajudava na cozinha e tinha bastante gente no ITEPA, não havia a constituição ainda do assentamento. Quando chegamos aqui fomos morar em uma das casas das moradias. Fui aprendendo neste processo, eu comecei a participar dos Sem Terrinha, desde criança participando do movimento, e é uma coisa que eu gosto. Eu hoje fico pouco tempo sem ter uma mobilização do MST, parece que falta alguma coisa [...] nunca morei na cidade. Estudei da 1ª a 8ª série na cidade, ia de ônibus. Moramos três anos e meio aqui no ITEPA, ai fomos para o lote. Quando a gente veio pra cá a gente trouxe 20 cabeças de gado de criação, lá de Querência do Norte/PR. Era meu pai e meu tio sempre trabalhando junto, sempre coletivo. As criações que mantinham o ITEPA, a gente largou nossas vacas na pecuária para manter o leite para o pessoal daqui, o pouco que vendia o ITEPA utilizava para comprar comida. A gente não tomava conta do leite, o único era o que a gente bebia. Carne e tudo, era para o ITEPA [...] na verdade, no ITEPA, todo mundo faz tudo, um pouco na horta, na lavoura, nos mutirões, se tinha que arrancar mandioca na roça todo mundo ia, mas o setor mais fixo que eu me lembro, minha mãe trabalhava, na cozinha. Naquela época tinha encontros muito grandes de formação, prolongado. No primeiro Curso de Agroecologia eu já morava aqui, a gente convivia com o pessoal, sempre muita gente, eu participava da Ciranda Infantil, era regra do colégio, depois passei a ajudar na Ciranda, organizava as místicas (Grifos meus).¹³³

Nascida em um acampamento do MST em Querência do Norte/PR, no qual mãe e pai estavam acampados, filha de pai que iniciou no movimento aos 14 anos de idade, Delvânia tem uma trajetória de vida que se fez na luta. É neste caminho que vem se constituindo como sujeito. Começou “a participar dos Sem Terrinha, desde criança participando do Movimento”, com o qual se identifica e participa. A participação já faz parte de um jeito de ser, de gostar, evidenciada na história da família, na construção da escola do ITEPA, na articulação dos diversos setores, entre eles o setor de produção e no trabalho coletivo.

¹³³ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

Como a família de Delvânia, diversas outras assentadas no Antônio Companheiro Tavares trabalharam coletivamente na organização do ITEPA. Com o passar do tempo o funcionamento desse Centro de Formação foi organizado de maneira que os educandos do Curso Técnico em Agroecologia pudessem permanecer estudando em tempo integral, morando no alojamento e fazendo os cursos técnicos em regime de alternância em Tempo Escola e Tempo Comunidade.

2.1 – Vivências Educativas no ITEPA e nos Assentamentos

A organicidade das atividades do Curso de Técnico em Agroecologia não se restringe ao Tempo Escola e ao Tempo Comunidade. As experiências educativas ocorrem mediante a organização de atividades denominadas de “tempos”, não organizados de forma linear, rígida, mas sim, de maneira dinâmica e relacionada. Trata-se de uma multiplicidade de atividades realizadas pelos educadores e educandos, vistas como necessárias à formação técnica e militante. A recorrência a ideia do “tempo”, a nosso ver, objetiva chamar atenção para a importância da atividade e demarca-la como elemento imprescindível para a formação. Assim, surgem a partir das necessidades práticas das disciplinas, do planejamento da CPP ou são decididos pelo conjunto da comunidade escolar.

Trabalhamos com tempos educativos na escola e no Curso. Desde as seis horas da manhã tem atividades até as dez da noite. Uma atividade coletiva é desde fazer o café da manhã, o despertar, o tempo leitura, tempo aula, tempo formatura, tempo intervalo, tudo é determinado por tempos. É uma rotina que tem dentro da escola e dentro destes tempos é discutida a funcionalidade e a centralidade daquilo que está acontecendo. (...) Tem as disciplinas normais porque são integradas, as exatas com professores da Unioeste, que vem para cá e também as áreas técnicas, com os técnicos formados, tem a prática, o tempo trabalho e outros tempos. Temos o primeiro momento do dia que é o tempo leitura, onde são realizadas leituras dirigidas, os próprios educadores indicam leituras, depois vem o momento místico, que representa a cultura camponesa, que representa o sonho de construção da sociedade futura para o campo e para a nação como um todo, momento de expressar a cultura e a criatividade dos educandos. Depois tem as aulas normais a partir das oito e quinze horas da manhã, com as disciplinas. O Curso é em alternância em tempo escola e tempo comunidade, que é o momento que

possibilita o educando realizar experiência prática daquilo que ele vem realizando na aula.¹³⁴

Desta forma, conforme o relato de Ademir Castro, a organização das disciplinas remete à formação aliada aos tempos educativos, onde os conteúdos das disciplinas são articulados às atividades práticas, realizadas não somente na sala de aula. Nestes termos, as disciplinas seguem o princípio filosófico do MST da “*Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana,*”¹³⁵ ou seja, “trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer”.¹³⁶

Atualmente, as diversas atividades do Curso são realizadas no Tempo Aula, Tempo Leitura, Tempos Oficina e Seminário, Tempo Mística, Tempo Mutirão, Tempo Esporte e Lazer, Tempo Formatura, Tempo Notícia, Tempo Pesquisa, Tempo de Estudo Complementar, Tempo Núcleo de Base, Tempo Escrita e o Tempo Comunidade. Além destes, outros tempos podem ser criados de acordo com as necessidades.

No seu conjunto, as experiências, a serem vividas pelos educandos nos chamados tempos educativos, pautam-se pelos princípios da pedagogia do Movimento Sem Terra, devendo a escola ser “lugar de formação humana, e por isso, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhados pedagogicamente”.¹³⁷

Desse modo, as atividades do Tempo Escola e do Tempo Comunidade são trabalhadas pelos educadores como indissociáveis, considerando-os necessários para uma prática pedagógica assentada na gestão de interesses, prioridades e responsabilidades individuais e coletivas. O Tempo Comunidade é um momento de colocar em prática junto da família e da comunidade, o aprendizado adquirido nas etapas do curso, assumindo uma tarefa orgânica junto à brigada que o indicou. As tarefas realizadas são registradas, trazidas para o coletivo, debatidas no Tempo Aula e avaliadas.

O Tempo Escola/Assentamento (TE) é formado por diferentes tempos que acontecem durante o período em que os educandos ficam no ITEPA, já o Tempo Comunidade (TC) é quando acontece o retorno dos educandos para os assentamentos de origem. A alternância ocorre a cada sessenta dias, durante o período de três anos e meio, como informa o documento

¹³⁴ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

¹³⁵ - Ver Caderno de Educação Nº 08. Princípios da educação no MST, 1996. p. 8.

¹³⁶ - Cf. MST. Coletivo Nacional do Setor de Educação. op.cit. p. 8.

¹³⁷ - PPP. Escola José Gomes da Silva. São Miguel do Iguaçu, 2007.

A Escola José Gomes da Silva: Um espaço em construção, elaborado pelos membros da CPP.¹³⁸

Este documento e as observações no trabalho de campo apontam que no Tempo Aula são trabalhados didaticamente os conteúdos das disciplinas da grade curricular. Já o Tempo Leitura destina-se a leitura e estudos dirigidos, individuais ou coletivos, orientados pelos educadores ou pela coordenação do curso e da turma. Os educandos dispõem de uma biblioteca e materiais de informática, onde podem realizar leituras técnicas, políticas, didáticas, literaturas e outras leituras afins.

O Tempo Trabalho, como o nome sugere se faz no e pelo trabalho, visto pelo MST como um dos princípios educativos fundamentais. Educandos e educadores participam da realização de diversas tarefas, que estão ligadas ao funcionamento do Curso e manutenção das estruturas da escola. No trabalho e pelo trabalho pretende-se o aprendizado de conteúdos de economia e a capacitação técnica, bem como a formação de valores coletivos, de como organizar-se e cooperar no processo produtivo. Nesta direção, Adriana de Andrade esclarece:

Nós trabalhamos na questão de que o trabalho é um princípio educativo, por isso o trabalho não pode ser meramente braçal. Qualquer atividade que se faz é um trabalho e tem uma intencionalidade, tem que ter um planejamento e uma ação. E o trabalho perpassa isso, tanto o trabalho pedagógico quanto o trabalho prático. As atividades metodológicas que acontecem dentro do ITEPA são calculadas, pensadas, organizadas, e este talvez seja um trabalho mais de pensar, mas também precisa o trabalho braçal, precisa a mão-de-obra, precisa suar, correr atrás, o ITEPA se mantém deste trabalho braçal. Então estas duas concepções estão de acordo com o que nós do movimento pensamos sobre o trabalho. O trabalho que se realize de uma forma planejada e tenha uma ação concreta. Ele tem que ter uma intenção clara.¹³⁹

Nesta abordagem, o trabalho se faz a partir e pelo estudo, planejamento e ação como meios para mudanças de atitude, de autotransformação (pessoal e coletiva), e de atuação na realidade social e política. Como bem observa Fernando Martins,

Reconhecer o princípio educativo do trabalho é reconhecer que a organização escolar, desde as pequenas atividades do cotidiano da escola, necessita sistematizar-se a partir do princípio de que o trabalho, desde o manual e simples, é princípio para a educação. [...] O que irá determinar esse caráter educativo não é o grau de complexidade da atividade, mas a sua

¹³⁸ - ANDRADE, Adriana de; SILVA, Mariano da; SCHARDOSIM, Mariano M. G. *A Escola José Gomes da Silva: Um espaço em construção*. 2010. Mimeo.

¹³⁹ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

relação no interior do processo educativo com seus objetivos e esses últimos são determinantes para a categoria trabalho.¹⁴⁰

Durante a pesquisa de campo, encontrei os educandos num momento de divisão de tarefas para o Tempo Trabalho. Depois da distribuição das tarefas pela coordenadora de um dos Núcleos de Base (NBs) dos educandos, estes se dividiram para a execução das mesmas. Enquanto um grupo, utilizando o trator, realizava uma tarefa de limpeza, outro grupo selecionava sementes que seriam plantadas em outro momento. Alguns estavam desmanchando um antigo mercadinho para reutilizar as madeiras na construção de um banheiro ecológico. Logo chega a hora do lanche da tarde e todos se reúnem no refeitório, onde alguns são responsáveis por auxiliar a “Cida” (como é chamada por todos). É servido café com leite, pão e doces de frutas. Em volta das mesas, é momento de descontrair, os educandos, enquanto descansam, conversam sobre diversos assuntos.

É um tempo onde o trabalho coletivo potencializa-se. São os educandos que se organizam dentro das atividades práticas do ITEPA, frente às necessidades que vão aparecendo, propondo mudanças e discutindo aquilo que foi proveitoso e onde precisa melhorar. E assim acontece nos demais tempos, onde o trabalho está sempre presente e sem ele, não existe movimento, e sem movimento não existe a prática.

Agregam-se, também neste sentido, os Tempos Oficina e Seminário, propostos durante o Tempo Aula, que permitem ao educando dominar novas habilidades, objetivando a qualificação do trabalho nas unidades de produção. E, para contribuir com o cuidado e asseio da escola e com a valorização das pequenas tarefas, o Tempo Mutirão, abrange atividades que vão desde o embelezamento do espaço coletivo às demandas emergenciais das unidades de produção. Conta com a participação tanto dos educandos quanto dos trabalhadores, sendo planejados pela coordenação da escola juntamente com a coordenação do Curso.

Os educandos praticam, também, atividades diversas no Tempo Esporte e Lazer, como jogos de futebol, sessões de vídeos, entre outros. São atividades planejadas coletivamente, buscando integrar o lúdico, a arte e a música.

No Tempo Formatura, onde participam os educandos e trabalhadores da escola, são feitas discussões e informes do dia, tanto do ITEPA como da turma. Existe, também, o Tempo Notícia, que é destinado ao acompanhamento dos noticiários da televisão, de jornais, de

¹⁴⁰ - MARTINS, Fernando José. *Ocupação da escola: uma categoria em construção*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011, p. 100.

revistas, de documentários, vídeos e outros meios de informação. A partir dos dados obtidos estimula-se o debate e a reflexão sobre os fatos e acontecimentos da atualidade.

A partir de debates e da realização de tarefas que são encaminhadas pelos educadores, no Tempo de Estudo Complementar, os educandos buscam de forma individual e, ou coletiva, sanar as dificuldades em relação aos conteúdos trabalhados. E, no Tempo Pesquisa, os alunos desenvolvem pesquisas nas diferentes unidades de produção do ITEPA, considerando fatores limitantes como a falta de estrutura e de recursos financeiros.

Já no Tempo Escrita os educandos diariamente exercitam a reflexão, objetivando olhar criticamente para a realidade do ITEPA, do curso e da turma, através de reflexões das vivências individuais e coletivas. As anotações são realizadas em um caderno separado das demais disciplinas, havendo um acompanhamento pedagógico através de leitura, anotações e observações.

A valorização da identidade Sem Terra, da luta e conquista coletiva do assentamento e da escola, da cooperação, de personagens da história, que lutaram por liberdade, justiça, terra e igualdade, como lideranças dos trabalhadores, são lembrados, por meio de diversas atividades, durante o Tempo Mística. A mística é um momento ímpar desta formação que valoriza e amplia o processo educativo. É realizada durante o período da manhã, logo após o tempo leitura. Porém, por ser uma prática coletiva, o tempo pode variar de acordo com as decisões da turma. Os educandos se organizam coletivamente, buscando representar a cultura camponesa e “o sonho de construção da sociedade futura para o campo e para a nação como um todo”.¹⁴¹ Em outros momentos a mística ocorre ao iniciar um conteúdo, ou para marcar o término de um assunto em estudo, sempre buscando exaltar temas significativos para o aprendizado dos educandos.

A mística no interior do MST é uma prática que foi se desenvolvendo e consolidando através do tempo, deixando de ser algo abstrato para transformar-se em prática que carrega consigo muitas intencionalidades, entre elas, a de criar e fortalecer a identidade coletiva e de mobilizar os sujeitos na luta. Uma experiência que impulsiona os sujeitos à realização de objetivos, procurando sintonizar o presente com as perspectivas de futuro.

¹⁴¹ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

A partir dos materiais publicados pelo MST é possível fazer algumas reflexões de como a mística é concebida.¹⁴² Desde 1980 existem trabalhos escritos sobre a prática da mística no Movimento. Nas publicações a mística aparece como elemento fundamental que move a luta do movimento contra a dominação, objetivando construir uma sociedade socialista: “a mística deve nos inspirar e para alcançarmos o mais rápido possível este objetivo”.¹⁴³

Marcos Hartmann, educando e morador do assentamento Antônio Companheiro Tavares, conta que quando do seu nascimento, os pais já eram assentados em Lindoeste/PR, e devido a problemas relacionados ao lote mudaram-se para outro assentamento em São Pedro do Iguaçu/PR. Lá permaneceu, com seus familiares, até os seus dez anos de idade, quando passou a residir no atual assentamento. Aos catorze anos, seguindo os passos do irmão que se formou Técnico em Agroecologia em 2009, pelo ITEPA, optou pelo referido Curso. Para ele, a mística é um momento de reflexão e de construção de si próprio como sujeito.

É um momento bom. Você coloca suas ideias e expressa de um jeito diferente, fala nada, mas expressa com o corpo, percebe, vê, o que está sendo representado. Algo novo, não para o MST, mas para quem vê de fora. Representa lá um problema que se vê na sociedade, reflete, não precisa contar, tem que prestar atenção. É um momento nosso.¹⁴⁴

Convém observar, que a mística perpassa todos os tempos educativos, pois se faz inserida na luta e na trajetória do Movimento. As diversas formas de expressão utilizadas são pensadas sempre coletivamente, através de teatros, apresentações, declamações de poesias, caminhadas, cantos que expressem os sentimentos de uma coletividade.

Os momentos de mística chamam a atenção por refletir a vida e a forma de pensar destes sujeitos do campo, porém, cada pessoa que está olhando de fora vai ter sua própria compreensão daquilo que está sendo representado.

¹⁴² - Sobre a mística ver mais In: HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. *Da cruz à bandeira: A construção do imaginário do Movimento Sem Terra/ RS, 1985-1991*. Porto alegre: UFGRS, 2002. Tese; MST. Coleção Saber e Fazer nº 2. *A questão da mística no MST*. 1991. Outros materiais disponíveis em: http://www.ufgd.edu.br/tesesimplificado/tde_arquivos/4/TDE-2011-01-12T070830Z-119/Publico/FabianoCoelho-3.pdf acesso 09 fev. 2012.

¹⁴³ - Cf. MST. Coleção Saber e Fazer nº 2. *A questão da mística no MST*, 1991. p. 4.

¹⁴⁴ - HARTMANN, Marcos. Entrevistas realizadas por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011 e em 25 de agosto de 2012 no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu. Marcos foi entrevistado em duas oportunidades, assim as duas entrevistas estão referenciadas na mesma nota por entender que ambas fazem parte do mesmo processo de análise e se complementam.

Tem que olhar e desvendar. Às vezes tem poesia. Para cada pessoa que está ali olhando, cada um tem uma concepção diferente da mística. Na hora de pensar, cada um joga uma ideia no NB e nenhuma ideia é descartada. A gente junta as ideias e faz a mística”.¹⁴⁵

A simbologia utilizada varia de acordo com aquilo que se busca representar. Entre os símbolos estão sementes, a terra, a bandeira e o hino do MST, os instrumentos de trabalho do camponês (enxada, foice e facão) e a cruz. Cada símbolo possui um significado específico, de acordo com a mensagem que se busca transmitir.

No espaço do entorno do ITEPA encontram-se algumas representações de mística, como, a cruz com os pregos e as estacas, simbolizando a luta do camponês pela vida e o trabalho com a terra. (Figura 2: Representação da mística simbolizando a luta do camponês pela vida e o trabalho com a terra).



Fonte: Imagem reproduzida por Simone Tatiana Pedron, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em 01 de abril de 2011.

Assim como, a imagem a seguir representa a mística realizada em homenagem aos mortos de El Dourado de Carajás. (Figura 3: Representação da mística em homenagem aos mortos de El Dourado de Carajás.).

¹⁴⁵ - BARBOZA, Andréia Constante. Entrevista citada.



Fonte: Imagem reproduzida por Simone Tatiana Pedron, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em 01 de abril de 2011.

No interior da escola também estão presentes elementos místicos. No refeitório é possível ver na parede a figura de José Martí, personificando os ensinamentos deixados por este líder, bem como na plenária de estudos encontra-se grafadas frases e fotos de Che Guevara (Figura 4: Representação de elementos místicos no refeitório do ITEPA).



Fonte: Imagem reproduzida por Simone Tatiana Pedron, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em 01 de abril de 2011.

A partir das imagens e falas dos educandos, percebe-se a mística como algo que representa a maneira de ser de cada sujeito, possibilitando reconhecer-se a si mesmo, conhecer a realidade, a luta pela terra e comprometer-se com ela. Leonardo Boff e Frei Beto tratando sobre a mística no MST, delineiam esta questão da seguinte forma:

A mística é, pois, o motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas na monotonia das tarefas cotidianas e, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos faz antes aceitar uma derrota com honra que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição e dos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras.¹⁴⁶

Durante a pesquisa de campo, tive a oportunidade de ver algumas místicas realizadas no ITEPA, que deram outro sentido a análise e a escrita do trabalho. A ideia que eu tinha era da mística enquanto uma encenação, representação de algum tema proposto. Mas, além de ser uma representação, trata-se da elaboração de conteúdos, sentidos e significados de e para sujeitos individuais e coletivos. A mística estimula a recriação de um sentimento profundo, vivido pelo coletivo. É difícil descrever a energia manifesta pelos sujeitos envolvidos durante a mística, sendo possível apenas sentir que este é um momento único de expressão das experiências vividas. Acredito que a mística faz parte da vida e do movimento destes sujeitos, servindo como impulso e como reflexão, e através dela, seja possível reunir-se em torno de um princípio e manterem-se unidos, mesmo enfrentando inúmeros contratemplos e dificuldades. Na fala do Educador Ademir Castro, a mística retrata valores esquecidos:

Na verdade o misticismo é uma coisa que tem haver com a espiritualidade, não tem haver com a religiosidade, mas uma espiritualidade que o educado tem reflexão e resgate de valores. É uma política do MST e nas escolas do movimento tem na dinâmica a representação mística.¹⁴⁷

A narrativa representa a mística como uma forma de expressar sentimentos, ligada a própria espiritualidade, que pode ser definida, em certo sentido, como reminiscência, recriação e vivência de valores. Para o educando Edelvan Carvalho, a mística é definida como uma totalidade que representa a reflexão do processo educativo, daquilo que se construiu ou que se busca construir, em termos de conhecimento:

¹⁴⁶ - BOFF, Leonardo; BETO, Frei. *Mística e espiritualidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 25.

¹⁴⁷ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

Quando estamos na escola nós vivemos um período místico, que é um período que todos estão no clima de aprender, místico, é gostoso, pois toda hora estamos falando em transformação social, em agricultura, falamos de camponês e de cooperação, de união [...] É momento que tem a apresentação, refletindo, momento de compreender porque estamos aqui e o que queremos com isso, então todo momento é místico. Nós temos louça para lavar que é a convivência da turma e que não foge do tempo místico, sabemos que tem o tempo leitura, o tempo lazer, o tempo trabalho. Vai quantificando, no final vai ficando exausto, aí organizamos o espaço místico, te dá uma aula, estimula, embeleza. Tem prazer em estar aí.¹⁴⁸

Partindo dos relatos apresentados, a mística é uma ação prazerosa que proporciona além da reflexão a vontade de estar na luta e de seguir adiante. O educando Marcos Hartmann, ao receber-me em casa, juntamente com seus familiares, onde, entre uma cuia de chimarrão e outra, acompanhada de um pedaço de cuca, contou-me que a desistência dos educandos do Curso causa desânimo e dificulta a realização de uma boa mística. Hoje a mística ocorre em dois dias da semana apenas, pois “não dá o ânimo, com pouca gente, diminuiu. Eu acho importante todo dia, pois em dez minutos, representa coisas de longa história. É uma coisa que vai desanimando”.¹⁴⁹

A visão do educando indica a importância que atribuí à mística como elemento para a formação do sujeito, pois se trata de uma expressão coletiva de troca de experiências e aprendizado. É a mística o ponto de partida de muitas discussões, mas também a forma de expor uma ideia, de expressar um sentimento e de questionar a realidade. Estas questões, segundo a pesquisadora Isabela Camini, “são indícios de uma escola que não se separa da vida, porque a intenção é fazer uma educação diferente, voltada a realidade”.¹⁵⁰ Como caracteriza o educador popular Ranulfo Peloso:

A mística é uma realidade que mais se vive do que se fala sobre ela. É a alma do combatente. É o sabor que junta o pensamento a ação e a emoção. É uma crença no valor da vida, na dignidade das pessoas, na força do trabalho, na necessidade da liberdade e na construção da solidariedade universal.¹⁵¹

Partindo da pedagogia do MST, a mística faz parte deste processo de educação voltada aos interesses dos trabalhadores. Numa forma concreta de expressar a realidade através de momentos místicos e repletos de significados, onde os gestos, as músicas, as apresentações

¹⁴⁸ - CARVALHO, Edelvan. Entrevista citada.

¹⁴⁹ - HARTMANN, Marcos. Entrevista citada.

¹⁵⁰ - CAMINI, Isabela. *Escola itinerante: na fronteira de...* op.cit. p. 203.

¹⁵¹ - PELOSO, Ranulfo. *A força que anima os militantes*. São Paulo: MST, 1994. p.3.

abordam assuntos voltados à prática social e ao cuidado com a terra. O Tempo Mística como os demais tempos, mencionados em páginas anteriores, ocorrem durante o Tempo Escola.

Durante a semana os educandos dedicam-se ao estudo, mas nos finais de semana buscam formas de diversão, como narra a educanda Delvânia:

Quando a gente tá no Curso, a gente pouco sai do espaço do ITEPA (...). No sábado a gente organiza jornada socialista, noite cultural, entre a turma e com os moradores do ITEPA. A gente se diverte lá mesmo. No meio de semana a gente estuda das seis e meia da manhã ao meio dia, ai pega as duas e vai cinco e meia, ai janta às sete horas, ai pega às oito e vai até às dez e meia e nos espaços vagos a gente faz a limpeza do espaço. A gente tem alojamento, lava o alojamento, o refeitório, não tem tempo. Mas no fim de semana a gente se diverte lá mesmo, manda comprar um vinho, faz um quentão, estoura pipoca.¹⁵²

Mesmo com a diversidade de atividades e horários, existem momentos de diversão e cultura que são pensadas coletivamente pelos próprios educandos. O tempo regado e o controle não remetem a negação da liberdade para realização de outras atividades para além do tempo aula, como a diversão do fim de semana. E a mística é buscada como elemento para quebrar o cansaço advindo da jornada de estudo. Como diz Delvânia “Se a gente não tá muito animado pra pensar, a gente prepara a mística, tem um grupo pra programar o fim de semana.”¹⁵³.

De forma alternada, os educandos voltam para seus assentamentos, para a realização de diversos trabalhos e pesquisas, orientados pelos educadores e pela coordenação do curso. Trata-se do Tempo Comunidade, que é tão importante quanto o Tempo Aula e possui uma carga horária estabelecida dentro da grade curricular.

Para que os educandos aprofundem os debates acerca de temas de estudo e de auto-organização, para além do Curso Técnico, existe o Tempo Núcleo de Base. É o tempo que cada Núcleo, cada qual com um coordenador e uma coordenadora, um redator ou redatora, escolhidos pelos seus membros (educandos), desenvolve discussões e organiza a divisão de tarefas (trabalho, mística, lazer, entre outras). A gestão do ITEPA é feita pela Coordenação Político-Pedagógica, com envolvimento dos educandos.

A representante da escola ficaria comigo, mais a pessoa que está coordenando a produção, mais quem está lá no administrativo, mais alguém

¹⁵² - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

¹⁵³ - Idem.

do pedagógico. A gente senta e discute o problema, reúne todas as famílias, conversa, dialoga, aceita a proposta e daí encaminha para o coletivo. Na turma da mesma forma, são mais de vinte pessoas e dá para fazer três grupos. São feitos três grupos, em torno de sete a oito educandos, eles sentam e discutem o que é do coletivo, o que é individual, o que perpassa a turma, o que fica na turma, o que tem que ir pra Coordenação Político-Pedagógica (CPP), o que é tarefa da escola discutir, eles tem esse processo de organicidade que é da turma.¹⁵⁴

Os núcleos de base são uma das formas de organização pedagógica dos educandos no Curso de Técnico em Agroecologia. Os NBs visam à participação ativa e orgânica dos educandos. O que se pretende é que os educandos aprendam na prática como se organizar e trabalhar de forma cooperada. São, portanto, vistos pelas lideranças do MST como importantes instrumentos no processo de discussão, em grande medida, horizontal, ao contrário do que ocorre nas escolas “convencionais”. Nestas escolas as discussões são feitas na verticalidade a partir de uma direção, responsável pela tomada de decisões e rotina administrativa escolar. Como destaca Adriana de Andrade:

Se você discute para tirar uma pedra do lugar, você tem que discutir na mesma espécie por que a pedra não foi tirada. Ou porque era muito pesada ou não teve estrutura para levantá-la. A mesma coisa na escola você tem a estrutura desta organicidade para dar sustentação para isso. Ela senta, discute, planeja, deu certo, deu. Não deu certo? Por que não aconteceu? De fato é um espaço de planejamento das atividades que acontece.¹⁵⁵

Os momentos de avaliação após a realização das tarefas são também momentos de planejamento, evidenciando o princípio educativo do trabalho e da gestão participativa. Procura-se olhar para o processo educativo como um todo, conforme a fala de Ademir Castro:

Uma forma de autogestão, as atividades que os educandos estão inseridos, os coordenadores cobram dos educandos. Eles sentam com o setor pedagógico. Se os educandos tem atividade doméstica: limpeza do refeitório, eles realizam todas essas demandas, das atividades práticas de manutenção da escola. Para isso estão inseridos em grupos em rotatória, para que uns não trabalhem mais e outros menos. Alternando para não ficar o mesmo, o setor pedagógico procura participar para não ficar por afinidade. Para que o educando consiga construir formas de convívio sem discriminação ou distinção, na etapa seguinte será inserido em outro grupo.¹⁵⁶

O setor pedagógico participa na formação e seleção dos grupos, para que não ocorram situações de escolhas por afinidade ou que sempre os mesmos sujeitos desempenhem as

¹⁵⁴ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

¹⁵⁵ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

¹⁵⁶ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

mesmas tarefas nos mesmos grupos. Através desse processo pretende-se a autogestão do ITEPA. Observa-se, no entanto, que, embora exista todo esse processo de discussão coletiva, a CPP ainda exerce a função de coordenação geral. Ou seja, a autogestão não é plena, é induzida e orientada. Portanto, embora se busque a autogestão no Curso, penso ser mais pertinente falar em gestão participativa.

Neste sentido, cabe a reflexão sobre a função que a CPP desempenha no processo educativo do ITEPA, pois, embora não seja o único coletivo responsável pelas decisões tomadas, ela exerce função organizativa, com diretrizes e ações voltadas para o planejamento das aulas e das avaliações. Neste processo, detém a manutenção de regras pré-estabelecidas a serem seguidas pelos educandos e educadores, fazendo com que a gestão passe pelo controle e pela disciplina, mediante regras a essa gestão participativa. O educando Marcos Hartmann avalia a CPP como coordenação do processo educativo, não como direção:

Quem organiza os tempos é a CPP. Mas também a coordenação da turma organiza. Todos gostam da organização, participando das reuniões, até agora ninguém reclamou, ficam até dez horas. Sempre que tem gente que discorda, (...) reclamações tem que levar para o núcleo, um diálogo, discute-se em mais gente. A CPP é acompanhante, quem vai vir pra aulas. Mas encaminhamentos é a coordenação. Não é uma direção, ela acompanha a turma (...) na verdade ninguém comanda, a turma tá focada, todo mundo já cresceu, todo mundo já sabe o caminho, não precisa segurar na mão. Mas quem coordena a turma são os coordenadores. (...) Eles ficam durante a etapa inteira e são escolhidos pela turma, e a CPP avalia, se cresceu, decaiu, tem que ser avaliado (...) é um casal, tem que ter igualdade de gênero. O movimento vem nesta luta, nem só a mulher e nem só o homem.¹⁵⁷

O educando destaca o papel dos coordenadores da turma, escolhidos pelo coletivo e que são responsáveis por organizar os tempos educativos. Na mesma direção, Delvânia conta que “...a CPP organiza as aulas, os educadores e a programação. O resto é a turma mesmo que se coordena. A gente vê mesmo, tem um coordenador do dia, um casal, nunca é um sozinho, nem homem, nem mulher por causa da questão de gênero, tem a dupla coordenadora do dia”. Além disso,

...tem o grupo de disciplina, se começou conversa muito alta na sala (...) chama a atenção. E quando percebe que a aula tá muito cansativa, ou por metodologia do educador ou quando a gente trabalha muito num dia (...), porque têm dias que não dá tempo de acabar as atividades até dez e meia e, geralmente, quando está pra apresentar o livro do tempo leitura, que a gente organiza o seminário no sábado, a gente estuda até meia noite, meia

¹⁵⁷ - HARTMANN, Marcos. Entrevista citada.

noite e meia. E quem aguenta estudar até as duas horas da manhã? Vai emendando, sabe, aí no outro dia se torna cansativo. Aí a gente tá ali, a equipe de cultura pede licença para o educador. Porque quando o educador é do movimento, ele percebe que estamos cansados, ele mesmo dá uma pausa. Agora quando não é, ele entra no nosso ritmo, acostuma. Quem é acostumado a dar aula na escola tradicional realmente se surpreende.¹⁵⁸

Essa forma de organização, na opinião dos educandos é satisfatória, pois contempla os interesses da turma que se organiza em equipes para resolver as mais diversas situações, desde conversas que atrapalhem o bom andamento da aula até a reorganização do tempo e o ritmo. Para os educandos, o ritmo intenso dificulta o aprendizado, sendo necessário fazer algumas pausas ou reorganizar o tempo com atividades diferenciadas. Os educadores que não são do movimento sentem a diferença na metodologia, no desenvolvimento das aulas e na auto-organização dos educandos. “Têm dias”, afirma Delvânia, “... que a gente muda a sala de aula, vai na sombra de uma árvore, pois tem dias de verão que é muito calor dentro da sala de aula. Aí melhora o clima, a gente muda, a gente enfeita a sala de bananeira, de palmeira, pra mudar um pouco”¹⁵⁹. Essas atitudes de construção e mudanças no espaço demonstra que o processo ensino-aprendizagem se faz na vivência e no coletivo.

Para além do funcionamento do Curso pretende-se formar sujeitos que assumam e tenham capacidade de promover a organização de atividades e de grupos, de trabalhar e lutar coletivamente na organização do trabalho coletivo nos assentamentos. Há que se observar, também, que o MST vê a educação como um instrumento para a formação de quadros, ressaltando a ideia de organização coletiva nos assentamentos, onde devem participar tanto o homem quanto a mulher.

Neste sentido, também a avaliação das atividades realizadas nos Tempos é um dos momentos que estimulam a participação dos educandos. A avaliação ocorre ao final de um dia, ou depois de uma semana ou mais dias. Nos tempos educativos, a avaliação é diária, observando desde a participação em sala de aula às atividades individuais e coletivas. Por exemplo, após o período de cumprimento das atividades do Tempo Trabalho, existe um momento em que acontece o processo de avaliação com os educandos e toda a comunidade escolar. Através do diálogo, busca-se destacar: o crescimento que houve com a execução das tarefas, as metas que foram alcançadas, se houve avanço e se o planejado foi executado na

¹⁵⁸ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

¹⁵⁹ - Idem.

prática. Ao final da avaliação, discutem as notas e realizam o planejamento para as próximas atividades.

Também se faz a avaliação dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas. As notas atribuídas nas disciplinas são somadas com toda a área do conhecimento, no final de cada módulo convertidas pela CPP, em conceitos (A-B-C-D), que são usados pelo IFPR. Estes conceitos serão utilizados na aprovação ou reprovação dos educandos e consequentemente, na certificação dos mesmos.

A avaliação se dá em vários momentos. Nas disciplinas, que é conforme o trabalho, pode ser coletiva, individual, em forma de estudos, de várias formas, por parecer. Todo final de etapa o educando faz um parecer para sua base. Esse parecer vai com tudo que ele teve com a turma e fala quais são os limites que o educando tem que superar. Essa avaliação também é feita por eles mesmos, cada um faz uma autoavaliação. Ele escreve tudo que ele acha que tem que ser avaliado nele e depois o coletivo de base senta e vê se é isso mesmo. Se não for, vê onde tem que melhorar e ajudar. A avaliação passa por vários momentos como a avaliação das disciplinas e avaliação da vivência.¹⁶⁰

Na avaliação por disciplinas o educador atribui a nota, mas como o IFPR somente aceita conceito, uma das tarefas da CPP é transformar estas notas em conceitos. Assim o educador Alan Denizzard Limeira Coutinho¹⁶¹ fala sobre a forma de avaliação por ele aplicada:

Em grupo. A avaliação nunca é individual, você nunca trabalha sozinho. Primeiro que isso vai individualizar os trabalhos deles, segundo, que dentro desta metodologia tem que ter o costume de trabalhar em grupo e ter que perguntar uns para os outros. Por isso é coletivo, vão a biblioteca, pesquisam, analisam, sentam em grupo.¹⁶²

Busca-se, assim, afirmar a prática coletiva como princípio e dinâmica pedagógica, para a solução das dificuldades encontradas no processo de construção do conhecimento. O relato do educador Ademir Castro evidencia outras dimensões do processo de avaliação:

¹⁶⁰ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

¹⁶¹ - Formado Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com Mestrado na UFSC. cursou Pós-graduação em Agroecossistema pelo MST. Trabalha como Agrônomo do Assentamento Antônio Companheiro Tavares e é educador colaborador no ITEPA, com as disciplinas de química, análises de solos e grandes culturas.

¹⁶² - COUTINHO, Allan Denizzard Limeira. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu.

Além da nota propriamente dita convencional, tem o parecer descritivo que o setor pedagógico elabora a partir daquilo que o educando desempenha no Tempo Aula, a prática, e o trabalho. Todo trabalho é avaliado, o convívio entre os educando e os moradores do espaço, o comportamento é destacado no parecer descritivo ao final de cada etapa. E também no tempo comunidade, a organização, o núcleo da família em que ele vive, emite um parecer do comportamento do educando, do tempo comunidade e o educando traz esse parecer no final do tempo comunidade [...] o representante do núcleo em que ele está inserido avalia ele. E é atribuído nota também de cada disciplina, com nota conforme o desempenho.¹⁶³

O educador destaca que existem várias avaliações e que as mesmas são realizadas por vários sujeitos. Além do educador, a CPP e a comunidade do educando também realizam avaliações, cada qual com sua importância e característica específica, olhando para os vários ângulos do desenvolvimento humano e os valores dos educandos. Nas aulas, o educador avalia o desempenho nos conteúdos, mas também a prática, a convivência com a comunidade escolar e o comportamento. Além disso, o tempo comunidade possibilita à comunidade escolar avaliar diversos aspectos dos educandos nas mais variadas instâncias.

É possível, em suma, afirmar que existe uma participação coletiva na condução do processo de avaliação no ITEPA, onde, os educandos possuem espaços para fazer a autoavaliação, participando da avaliação do seu grupo de trabalho juntamente com os demais educandos, com o educador, com integrantes dos setores que compõem o ITEPA, os próprios pais e a sua comunidade. Neste sentido, procura-se seguir os princípios do MST para a avaliação democrática, envolvendo toda a comunidade assentada ou acampada e os próprios profissionais da educação em igualdade participativa de todos.

Além das atividades desenvolvidas no ITEPA, os educandos participam em atividades de luta do movimento, como mobilizações, marchas e fóruns. Também em eventos específicos de agroecologia, como cursos, seminários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) entre outros.

Procuramos nos inserir em momentos que consideramos educativos, como mobilizações, momentos de luta, jornadas de agroecologia que é prática no Paraná. Todo ano, há nove anos, vamos para o décimo, também é contado como pontuação a participação. Organizamos oficinas em momentos que eles podem estar realizando. Neste momento, os educandos estão em Curitiba, para uma jornada, reivindicando no INCRA, CONAB e outras instâncias. O movimento tem uma pauta organizada, onde esses educandos se inserem, participando e cobrando dos órgãos públicos. Temos palestras e estudos.¹⁶⁴

¹⁶³ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

¹⁶⁴ - Idem.

A jornada, mencionada no fragmento, ocorreu durante os dias de 30 de junho a 03 de julho de 2011, quando os educandos estiveram participando, em Curitiba, das audiências com o governo do Estado do Paraná. Secretários de Estado, como de Saúde, de Segurança Pública e de Educação, receberam grupos de integrantes de movimentos sociais em audiências. Houve uma pauta de reivindicação, entre elas, a *Campanha contra o uso de Agrotóxicos*, onde os educandos puderam questionar, expondo suas ideias e efetivamente contribuir com o debate.

2.2 - Educadores, Educandos e Comunidade: Construindo uma Relação Diálogica

Os educadores que formam o corpo docente do ITEPA são pessoas inseridas na luta social que dedicam um tempo de suas atividades para contribuir com o Curso. Não existe contratação formal pelo IFPR. Segundo Adriana de Andrade, “a parceria do IFPR, que seria responsável pela contratação dos educadores não se efetiva, tem que contar com a boa vontade dos que se dispõem a fazer serviço voluntário”. A maioria são professores da UNIOESTE ou simpatizantes do MST que se disponibilizam ao trabalho voluntário, entre eles está o educador Fernando José Martins,¹⁶⁵ citado ao longo deste trabalho. Os educadores que ministram as disciplinas técnicas também desempenham funções de técnicos no próprio assentamento ou em outros assentamentos da região.

Diante das dificuldades na composição de um quadro de professores do próprio MST, conta-se com a disponibilidade de profissionais vinculados a outras instituições, que tenham afinidade com o Movimento. Adriana de Andrade ressalta a inexistência de critérios mais rígidos na escolha de educadores:

Nós não temos critérios, a gente olha se o companheiro ou a companheira tem disponibilidade de trabalho voluntário [...], a outra coisa é a aproximação com o movimento, não quer dizer que seja do movimento. Que no mínimo vá para sala de aula e que dialogue com os educandos que são do movimento e que não fale mal do movimento dentro da própria sala de aula. Que goste da luta e acompanhe o movimento, não importa se nunca se inseriu em atividades do movimento, mas que olhe para o camarada e diga: Quero contribuir, eu acho que a luta é essa mesma e quero ajudar. Já é o avanço para o segundo passo, que é dar conta dos conteúdos básicos, tem que ter formação na área que quer trabalhar.¹⁶⁶

¹⁶⁵ - Professor da UNIOESTE, no campus de Foz do Iguaçu. Mestre em Educação pela UFPR e doutorado em educação pela UFRGS. É pesquisador com diversos artigos e livros escritos sobre o tema da educação no MST e ministra aulas no ITEPA como educador colaborador.

¹⁶⁶ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

Existem, pois, embora não estejam formalizados, determinadas questões/princípios observados para que o educador assuma aulas no ITEPA, dentre eles, a proximidade ou vínculo com os movimentos sociais, advinda de sua trajetória ou posição em relação ao MST.

Outro requisito é a disponibilidade de tempo para realizar trabalho voluntário. E neste sistema, o limitador é a rotatividade dos educadores, gerando um desencontro que se reflete na falta do planejamento conjunto entre os educadores, comprometendo a pedagogia do coletivo e a interdisciplinaridade. Embora os educadores estejam engajados na luta, o não contato, leva a um desacordo entre o projeto político pedagógico e a prática entre as diversas esferas que compõem a unidade escolar.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Curso, as aulas se dariam por área de conhecimento, mas na prática ocorrem aulas por disciplinas. Este fato tem gerando inúmeras dificuldades como a situação vivida pelo educador Alan Denizzard Limeira Coutinho. Segundo Adriana de Andrade: “ele não consegue dar aula de química, física, matemática e biologia. O educador que deveria trabalhar essas quatro disciplinas que estão dentro da área das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias não consegue contemplar”.¹⁶⁷ Ou seja, como alguns dos educadores se deslocam de longas distâncias, existe a necessidade de juntar as horas de aula do educador, adaptando os horários com aulas casadas.

O educador ministra as aulas e desenvolve as atividades teóricas e práticas, faz as avaliações e encaminha as notas para o setor pedagógico, que transforma as notas em conceitos para serem enviados ao IFPR. Como afirma Adriana de Andrade: “A parte boa é que a avaliação é melhor porque assimilam melhor o conteúdo, não é fragmentado, o educador pode ir além, em sala de aula. Porém, ainda se tem um limite de que não conseguimos trabalhar por área do conhecimento”. O educador que está ministrando disciplina em determinada etapa, no entanto, não encontra com nenhum dos outros educadores da etapa seguinte.

Desta forma, não existe um planejamento coletivo das aulas, devido ao fato dos professores não conseguirem se encontrar. É um limite do qual não se consegue, por enquanto, encontrar caminhos que possibilitem uma solução, pois depende da existência de um quadro de educadores que sejam remunerados para que estejam em permanente trabalho na escola. Diante deste quadro, se dialoga com o educador,

Através das ementas, que foram construídas coletivamente, o que tem que ser trabalhado. A CPP senta com o educador ou envia para ele, a partir disso

¹⁶⁷ - Idem.

o que é prioridade agora e o que vem no segundo. Ele faz o planejamento das aulas e esse planejamento vai vir para nós. Depois vão vir as relações das notas que ele tem naquela disciplina e uma lista de frequência dos educandos. Isso de fato vai comprovar que o educando participou daquelas aulas.¹⁶⁸

No entanto, há planejamento coletivo de parte das atividades por meio de reuniões: “O planejamento é coletivo quando tem reunião de todos os setores, sempre tem educando que se insere, ajuda a discutir emitindo opinião”.¹⁶⁹ Este planejamento é realizado com os trabalhadores colaboradores do ITEPA. Cada um tem uma tarefa específica em uma unidade de trabalho, que vão desde o setor de produção, do pedagógico ao administrativo.

A participação dos pais na vida da escola é limitada, pelo fato dos educandos virem de diferentes regiões do Paraná. A forma como os pais participam juntamente com a comunidade de onde os educandos se originam é através do diagnóstico que os educandos trazem consigo para a escola e das experiências acumuladas e compartilhadas durante o Tempo Comunidade.

Nos períodos em que não se tem a presença de educadores para ministrar disciplinas, a Coordenação Político-Pedagógica (CPP) desenvolve outras atividades com os educandos.

Acho que o coletivo mais permanente é o da Coordenação Político-Pedagógica (CPP), os demais educadores que vem, vem cumprir a carga horária da etapa, numa rotatividade. Não quer dizer que é rotatividade dos educadores dentro da disciplina, mas uma rotatividade nas etapas. Quem fica mais aqui é o corpo pedagógico que está presente na escola e que está aqui no acompanhamento do processo. Não tem como reunir todos os educadores. Isso hoje é uma limitação nossa.¹⁷⁰

A questão dos educadores não manterem contato entre si, demonstra a dificuldade de executar um planejamento coletivo, trocar experiências e organizar ações. Estas e outras limitações são percebidas na fala do educador Alan D. L. Coutinho, quando trata da questão do curto espaço de tempo das aulas e da rotatividade dos professores:

Quando dou aula de química o professor que vai dar aula de análises de solo não resgata a química, atrapalha, pois não existe um casamento nas aulas. Vai trabalhar como, aula de solo, para um menino que não viu química? E não existe agroecologia sem química. E ai tudo é calcado no professor que não vem.¹⁷¹

¹⁶⁸ - Ibidem.

¹⁶⁹ - CASTRO, Ademir. Entrevista citada.

¹⁷⁰ - Idem.

¹⁷¹ - COUTINHO, Alan Denizzard Limeira. Entrevista citada.

Se, por um lado, os educandos participam da construção dos tempos e do planejamento de atividades, por outro, os educadores não conseguem se reunir para fazer o planejamento coletivo acontecer. Sendo assim, a falta de tempo disponível dos educadores para estarem presentes nas atividades cotidianas do ITEPA, gera uma fragmentação no ensino das disciplinas, comprometendo muito do desenvolvimento do processo educativo.

As dificuldades também são vistas quando os educadores faltam, pois, como são voluntários, é necessário contar com o tempo que cada um dispõe. Nestes casos, a CPP realiza outras atividades educativas e as aulas são remarcadas para o momento seguinte, em que o educador possa comparecer.

Entre as necessidades para a efetivação da pedagogia do coletivo está a contratação de professores, porém sem recursos financeiros para esses contratos se torna difícil conseguir educadores que queiram permanecer na escola. Também a capacitação e formação dos educadores que estão atualmente na CPP é uma questão importante neste processo. Para o MST, como destaca Adriana de Andrade, é uma questão fundamental:

Licenciatura é uma demanda dos movimentos sociais e nós quando propomos Educação do Campo, nós também propomos que a educação dos professores seja de fato com a nossa perspectiva, com a pedagogia do Movimento. Não estou dizendo que é a melhor, nem que deveria ser. Mas ela tem que estar atrelada a uma pedagogia que no mínimo seja um agitador. Para que você fazer um curso e você ficar atrelada a um sistema do jeito que está? Não vai mudar nada. Não vai se somar ao processo. E em áreas do conhecimento que o nosso curso é dividido, também por causa desta demanda. Se nós olharmos para as escolas do campo hoje, na maioria das vezes os educadores que estão lá não tem formação para estar lá. É o professor de Matemática dando aula de Português, e o de Educação Física dando Biologia. E esta é uma limitação do Estado, é um problema do Estado. E nós de mãos atadas. Não podemos deixar o Estado resolver por si só. Nós temos que ajudar isso se resolver, por isso o movimento propôs o curso. Além de propor, bancou o curso, brigou por quem custeasse o curso, e o movimento sem terra é que mais tem educando dentro do curso. E as duas áreas, a de Ciências Agrárias e a de Ciências da Natureza e Matemática¹⁷², são justamente atreladas aos centros de Formação, que só no Paraná nós temos quatro.¹⁷³

¹⁷² - O curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação para as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio se organiza por áreas do conhecimento. Na turma em andamento a formação acontece em duas ênfases: Ciências Agrárias e Ciências da Natureza e Matemática. O curso se realiza por conta de um convênio com o FNDE/MEC e faz parte do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) da SECAD/MEC, apoiando a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país. Disponível em: http://www.cascavel.unioeste.br/index.php?option=com_content&view=article&id=599&Itemid=1181 acesso 24 fev. 2012.

¹⁷³ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

A entrevistada reflete sobre a importância dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de Pedagogia para Educadores do Campo,¹⁷⁴ os dois cursos são oferecidos pela UNIOESTE, campus de Cascavel/PR, como um referencial uma capacitação que atenda as demandas das escolas do Movimento. A formação de educadores para o campo parte da premissa de que o Estado é responsável pela educação, pela formação e qualificação dos educadores que nela atuam. Neste contexto, a Universidade Pública expressa uma abertura de relações com os movimentos sociais e dentre estes, com as populações do campo. Neste sentido, Benedita de Almeida e Clésio Acilino Antonio, afirmam:

A inserção dos sujeitos no Ensino Superior é considerada um âmbito educacional de expansão e qualificação profissional. A formação científica, como característica básica da socialização humana na Universidade, pode ser avaliada como fator de desenvolvimento humano e social. Educar ou inserir os sujeitos do campo na Universidade é democratizar o acesso a estas disposições – a formação profissional e formação científica.¹⁷⁵

Nesta perspectiva, dos seis integrantes da CPP, quatro deles, no momento, fazem cursos pela UNIOESTE, no campus de Cascavel. Sendo que destes, um faz curso de Pedagogia para Educadores do Campo e três fazem Licenciatura em Educação no Campo. Além disto, existem dois educadores da Ciranda Infantil que também estão fazendo o mesmo curso de Pedagogia em regime de alternância, em Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

A concepção e o objetivo central é atender uma demanda que está posta em nossas escolas, e fora delas. Não quer dizer que vai se formar num curso do Movimento e não vai trabalhar numa escola fora. Se ele tem consciência e de fato assume a luta do povo, então ele vai trabalhar igual em qualquer escola e talvez seja uma sementinha lá para ajudar a mudar.¹⁷⁶

A necessidade da formação continuada dos educadores abrange um campo maior que o Movimento, num aspecto mais amplo e que possibilite trabalhar em diversos espaços, visando assim, a transformação social, em qualquer contexto que a escola estiver inserida,

¹⁷⁴ - Curso de Pedagogia para Educadores do Campo foi implantado no segundo semestre de 2004 em regime especial, no Campus de Francisco Beltrão/PR. No Campus de Cascavel a segunda turma iniciou em 2008. Funciona no período integral, em 10 etapas distribuídas em 4 anos, ofertando 50 vagas. O tempo para integralização é de 4 anos. O grau obtido é de Licenciado em Pedagogia, com Habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Disponível em: http://www.cascavel.unioeste.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147&Itemid=551 acesso 24 fev. 2012.

¹⁷⁵ - ALMEIDA, Benedita de; ANTÔNIO, Clésio Acilio; ZANELLA, José Luiz. (Orgs). *Educação do campo: um projeto de formação de educadores em debate*. Cascavel: Edunioeste, 2008, p. 35.

¹⁷⁶ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

seja nas escolas do campo, em acampamentos e assentamentos, ou em escolas fora do Movimento.

Partindo dos aspectos até aqui analisados, cabe destacar que a capacitação de educadores perpassa o Movimento, devido à carência de educadores que estejam constantemente estudando para garantir um ensino de maior qualidade. E neste sentido, a formação dos educadores do Movimento, para além da formação didática e metodológica, considera a vivência na luta e assume a transformação social e a luta de classe em seus propósitos. O educador formado nos moldes do MST vai levar este discurso para qualquer espaço que for trabalhar.

Como enfatiza Maria Isabel Antunes Rocha,¹⁷⁷ a Educação do Campo, é uma instância de fundamental importância para ampliar a gama de possibilidades presentes na esfera cultural dos povos do campo, para assim potencializar, não só as práticas escolares, como também todas as esferas da vida dos sujeitos do campo.

Sendo assim, a perspectiva de formação dos membros da CPP, através da Licenciatura em Educação do Campo, é a de atuarem no ITEPA ou em outros espaços do Movimento, num projeto de transformação social, para o qual a construção coletiva da escola do campo é fundamental.

No que se refere à atuação no Curso de Técnico em Agroecologia do ITEPA, um dos desafios colocados aos docentes é a reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP). Este documento constitui um elemento articulador de todas as atividades de ensino teórico-práticas desenvolvidas, vinculando comunidade, escola, e a realidade social. O objetivo da CPP é de reformular o PPP, “de organizar e de reconstruir, para além do curso de agroecologia”¹⁷⁸. A ampliação visa integrar novos cursos, possibilitando a construção de um Centro de Educação que contemple desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A escola tem vida. A escola não pára quando o curso sair daqui, e isso tem que estar dentro do Projeto Político Pedagógico, então isso também é anterior. Essa versão do PPP foi feita em 2007 e não foi feita uma nova versão, readequando o PPP. Ele não tem nenhuma aprovação, nem pelo Estado, nem município e nada, não é legal. É algo nosso, construído por nós e feito por nós. E não tem nenhuma exigência de nenhuma instituição, tem que ser readequado. A idéia é organizar isso.¹⁷⁹

¹⁷⁷ - ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação do Campo. *Revista Presença Pedagógica*. v.15, n. 87, p.07-11, mai/jun. 2009.

¹⁷⁸ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

¹⁷⁹ - Idem.

A preocupação, a que se refere Adriana no fragmento, é que em não sendo mais realizado o Curso de Técnico em Agroecologia, a exemplo do que ocorreu o Curso de Saúde Comunitária, a escola (Centro de Formação ITEPA) não deixe de funcionar como espaço de educação. Embora exista diálogo entre a CPP e alguns educadores para a reelaboração do projeto que contemple a realidade do ITEPA, o que se percebe são dificuldades. Os profissionais do ITEPA não contam com o tempo disponível para participar da construção do PPP, assim, a CPP tem buscado profissionais da área de educação, da rede pública municipal e estadual e da UNIOESTE, para a referida discussão.

A proposta é uma briga de nós transformar esse espaço, a escola José Gomes da Silva, numa instituição escolar, mas não é qualquer instituição escolar. Nós queremos ser uma escola de ensino médio, não queremos ser só uma escola de 4º ao 9º ano. A ideia é transformar em um “Centro de Educação”, que tenha desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, então nós começamos umas conversas e vamos discutir com um grupo de amigos, professores que estão por ai, que tem disponibilidade de ajudar nós e de fato readequar o PPP, à um Centro Escola (Grifos meus).¹⁸⁰

A ideia é fazer da Escola José Gomes da Silva um espaço que seja um Centro Educacional de Ensino Fundamental e Médio, além de integrar novos cursos ao ITEPA, recebendo educandos de outros assentamentos localizados em municípios da região e de outras regiões do Paraná. A perspectiva é de oportunizar a realização de atividades que valorizem o sujeito enquanto pessoa humana.

Que dê oportunidade de quem tá lá em Diamante, em Ramilândia, em Vera Cruz de vir estudar aqui. [...] Por exemplo: Quero estudar ensino médio. Vem para o ensino médio um período fica na aula normal, no período da tarde tem o estudo, se some a uma unidade produtiva, faça um curso de informática, de administração, que consegue trabalhar. A ideia é avançar.¹⁸¹

Desta forma, como destaca Adriana de Andrade em sua fala: “é possível agregar novos Cursos ao ITEPA, seja de Administração, Contabilidade ou Agroindústria. Já estamos arquitetando, olhando para um horizonte maior”. Estrutura física para novos cursos existe. No entanto, embora a entrevistada indique essa possibilidade, não há uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. Entretanto, qualquer discussão neste sentido deve levar em conta os princípios filosóficos e pedagógicos da proposta de educação do MST e partir da

¹⁸⁰ - Ibidem.

¹⁸¹ - Idem, op. cit.

realidade atual do ITEPA. Ou seja, como ela diz, levando em consideração “... o que tem e qual função que queremos para este espaço aqui”¹⁸².

Um espaço que possa desenvolver a educação omnilateral, centrada no coletivo, na valorização do ser humano, no respeito e preservação do meio ambiente e em alternativas agroecológicas. Uma formação que alia saberes tradicionais dos trabalhadores, conhecimentos produzidos nas diferentes áreas das ciências e práticas políticas, como forma de viabilizar a produção agropecuária, as cooperativas e a comercialização dos produtos agroecológicos, objetivando a geração de trabalho e renda aos assentados.

O PPP, em geral, tem sido um formulário a ser preenchido para fins de controle pelo Estado, enquanto uma exigência burocrática. Para os educadores do MST, a concepção de educação no e do campo, conteúdos adequados à realidade do campo e prática política orientada para a transformação do ser humano e da sociedade devem nortear a elaboração do PPP. A perspectiva que apontam é que este deve ser elaborado coletivamente, a partir da realidade vivida e orientar as experiências educativas que, por sua vez, devem estar articuladas e inseridas nas relações vividas nos assentamentos, acampamentos e em outros espaços sociais. Como narra o educador Alan Coutinho:

Acho o PPP o maior referencial da escola, não é uma escola que vai ser dirigida por uma ação pedagógica, ela vai ser coletiva, construída em conjunto. Diferente da gente que o diretor chegava e falava: “faça isso, faça aquilo”. Aqui é uma construção coletiva entre educadores, o curso, os educandos e a administração pedagógica [...]. São os educandos que pedem, eles que constroem, a intenção é que a CPP acompanhe eles, mas que eles mais tarde vão tocar a escola. Eles falam que são a tese, a antítese e serão a síntese, pois vão virar a CPP. A CPP orientando até que eles comecem a tocar a CPP. Entra a contradição, mas sem ela não tem movimento.¹⁸³

Ou seja, objetiva-se a organização das atividades previstas no PPP de forma coletiva. Embora se tenha limites e problemas, destacados em páginas anteriores, existe uma participação dos sujeitos na construção das práticas educativas. Porém, a ideia seria que os próprios educandos dirigissem a CPP, como sugerem as entrevistas. No meu ponto de vista, essa seria uma forma de ir além da gestão participativa, promovendo a autogestão do Curso para uma educação emancipadora como propõe o MST. Nesta prática, “a coletividade é

¹⁸² - Ibidem.

¹⁸³ - COUTINHO, Allan Denizzard Limeira. Entrevista citada.

central no processo escolar e são os educandos a razão das unidades escolares e não o contrário”¹⁸⁴.

É o que se têm buscado, por meio de atividades realizadas nos diversos tempos educativos, no Curso de Técnico em Agroecologia. Embora, como afirmei, limites existem, o objetivo, conforme as fontes, é promover práticas de auto-organização e de gestão coletiva, da escola e do trabalho. Para tal é utilizada a pedagogia da alternância, através dos tempos educativos, podem ser compreendidos como um processo de construção da organização de referenciais para a constituição do trabalho coletivo.

A pedagogia da alternância é uma metodologia que possibilita ao educando colocar em prática os conhecimentos adquiridos e ou produzidos no Tempo Escola, promovendo uma integração entre teoria e prática, nos assentamentos, pré-assentamentos e acampamentos. A inserção se faz ligada ao Tempo Comunidade em um processo que possibilita ao educando desenvolver atividades práticas daquilo que vivenciou na teoria.

O tempo de alternância é importante pela experiência. Imagina esses meninos ficarem aqui o ano inteiro só com aula, aula, aula. Não estou criticando a escola tradicional ou regular, mas eles vem pra cá e tem todo um conhecimento aqui e vão para a comunidade onde tem a potencialidade ou a oportunidade de colocar isso em prática [...] tem os cadernos de reflexão do tempo comunidade, desenvolvem pesquisas, desenvolvem temas, tem a oportunidade de fazer oficinas como a de biofertilizantes, que são coisas relacionadas que eles tem aqui na escola e tem a oportunidade de trabalhar lá no assentamento. Isso vale a pena e importa naquele diagnóstico que os educandos trazem da sua comunidade que é uma realidade, eles vem para o ITEPA que é outra realidade. Assimilam o conhecimento e voltam e colocam em prática de novo a sua realidade. Os educandos tem que readequar muitas vezes, e isso é um fator que amadurece ainda mais, a cada um deles e a nós também [...] os educandos passam a pensar sobre a relação do conhecimento com a sua prática. Este é um período de estar vinculado à realidade.¹⁸⁵

A fala demonstra a importância dos tempos educativos ao possibilitar a teoria e a prática. O diagnóstico que o educando traz da sua comunidade de origem, é um dos instrumentos que oportuniza executar um levantamento prévio da realidade concreta, partindo para o passo seguinte que é o estudo científico que será ampliado e aplicado na prática. Esta pedagogia proporciona estudo, investigação, reflexão, ação e mudanças de atitudes.

Sem a presença da teoria e da atitude investigadora do sujeito não há um conhecimento da realidade. Assim, a pedagogia da alternância é um movimento do pensar-

¹⁸⁴ - MARTINS, Fernando José. *Ocupação da escola*. Op. cit. p. 130.

¹⁸⁵ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

fazer e do fazer-pensar inovador que oportuniza a percepção de elementos e de situações educativas. Alda Luzia Pessotti, a partir de sua pesquisa sobre as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs)¹⁸⁶ descreve:

A alternância consiste em repartir o tempo de formação do jovem em períodos de vivência na escola e na família. Esse ritmo alternado rege toda a estrutura da escola e busca a conciliação entre a escola e a vida não permitindo ao jovem desligar-se de sua família e, por conseguinte, do meio rural.¹⁸⁷

Durante o Tempo Comunidade, cada educando é desafiado a inserir-se na sua comunidade, desenvolvendo trabalhos pontuais junto às famílias, colocando em prática os conhecimentos adquiridos na perspectiva da agroecologia. Para Martins:

As atividades com e para a comunidade são pedagógicas em duplo sentido: além de ensinarem a comunidade, também aprendem com ela, pois ao promoverem esse diálogo educativo, ambas as partes do processo agregam conhecimentos.¹⁸⁸

Nesta organicidade, surgem desafios concretos com os quais é preciso saber lidar, exigindo de cada educando um maior aprofundamento. Por outro lado, as famílias têm muitos conhecimentos e experiências que ajudam a superar tais desafios, tanto na área produtiva como na área organizativa. Adriana de Andrade, na sua narrativa explicita aspectos importantes da relação entre Tempo Comunidade com a organização e atividades no ITEPA:

O Tempo Comunidade é um tempo que está dentro da carga horária do curso, como ele é em alternância, se a disciplina não for completada aqui durante o tempo escola, nas conversas com o educador, o educador encaminha tarefas também para o Tempo Comunidade. Basicamente são leituras, pesquisas, catalogação, estudo de livros e textos e depois repassam em seminário, nos diálogos, mas é sempre uma organização da grade curricular entre educandos, educadores e CPP. O educando tem que dar resposta pra isso, então eles vieram agora e trouxeram os trabalhos. Essa semana nós da CPP estamos nos organizando, lendo os trabalhos, fazendo um parecer de cada aluno individual e o que é de cada aluno vamos enviar para as disciplinas e o que é mais interno, a gente vê e depois conversa com

¹⁸⁶ - No Brasil, as EFAs surgem a partir de 1969, no Estado do Espírito Santo, através do Padre Humberto Pietogrande, pertencente à Companhia de Jesus, que percebeu a necessidade da pedagogia da alternância, devido ao enorme êxodo rural e à mão-de-obra não qualificada da maioria dos migrantes alemães e italianos desta região (GIANORDI, 1980; PESSOTTI, 1978). Funda-se assim, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), com inspiração no modelo italiano que se denominava de Escolas Famílias Agrícolas. O Espírito Santo foi pioneiro nas experiências concretas da pedagogia da alternância. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html acesso 24 fev. 2012.

¹⁸⁷ - PESSOTTI, Alda Luzia. *Escola da família agrícola: uma alternativa para o ensino rural*. Rio de Janeiro: IESAE, 1978. p.37. Dissertação.

¹⁸⁸ - MARTINS, Fernando José. *Ocupação da escola*. Op. cit. p. 262.

eles, vê os limites, os avanços. Se não conseguiu, terá o próximo Tempo Comunidade para fazer novamente.¹⁸⁹

Conforme o que foi dito, cabe a cada educando auto-organizar as atividades educativas que deverão ser cumpridas durante o Tempo Comunidade, tanto as tarefas de produção, quanto as de estudos científicos. Ao retornar, na etapa seguinte, ao Tempo Escola, deverão ter executado as referidas tarefas, expondo os resultados para a turma e a comunidade escolar através de diálogo, seminários e debates, além do registro no caderno específico do Tempo Comunidade, que será avaliado pela CPP e pelos educadores.

Nesta direção, como evidenciam as falas nas entrevistas orais, a capacidade organizativa dos educandos está ligada à disciplina de auto-organização, individual e coletiva no ITEPA, além de saber mobilizar as coletividades nas comunidades onde vivem os educandos. Essa dimensão representa, senão uma modalidade quando se trata de proposta de educação, certamente, uma maneira diferente. Como conta o educador Alan Coutinho:

O que a escola tem de diferente é o método de trabalho, o tempo de alternância. O trabalho que fazem na comunidade. Tem que fazer a pesquisa no ITEPA, voltar para a comunidade e depois voltar aqui. Não é como nós que fazíamos o tradicional. Eles devem fazer um trabalho voltado para a comunidade deles.¹⁹⁰

O entrevistado descreve a relação entre prática e teoria, da qual trata o primeiro princípio pedagógico do MST, é primordial para o curso de Técnico em Agroecologia. Esta relação também se faz de forma dialógica com a realidade na qual vivem as famílias dos educandos.

No Curso, as disciplinas são voltadas para a prática nos locais onde residem com suas famílias, bem como na ambiência da Escola. A experiência vivida no ITEPA se estende, se faz, recria e é recriada para além dela. Os educandos fazem um trabalho de retorno, em forma de conhecimentos práticos às comunidades de origem. E das suas comunidades, após desenvolvimento de atividades programadas, retornam contribuindo para o desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas do Curso. Ou seja, como aponta Adriana de Andrade as disciplinas estão relacionadas:

...mais, na prática da vivência de cada um, que é a partir da realidade da escola. A partir das demandas da escola e a partir da demanda que eles trazem das suas bases para poder trabalhar. Então por exemplo: tem as

¹⁸⁹ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

¹⁹⁰ - COUTINHO, Allan Denizard Limeira. Entrevista citada.

disciplinas técnicas, como o manejo do gado leiteiro, faz todo um apanhado do que tem nas comunidades e do que tem próximo aqui para trabalhar. A mesma coisa biologia, vai pensar a aula de biologia, vai pensar no que está causando, a educadora ou o educador que vai trabalhar biologia nesta etapa olha para a ementa, e se dentro da ementa tem educação ambiental, ela vai trabalhar educação ambiental a partir da realidade aqui que é a área de reflorestamento do assentamento, então parte de todo um processo maior.¹⁹¹

A educanda Andréia Constante Barboza em seu relato sobre as aulas, também aponta para a proposta de partir da realidade do educando, valorizando a sua cultura e os seus conhecimentos. Afirma que:

As aulas são essenciais para o aprendizado. Tem aulas técnicas, tem matéria de ensino médio normal, essencial para o aprendizado. Sentamos em círculo, tem debate, todos compreendem o assunto da nossa realidade e não tem como não compreender o que você está vivendo.¹⁹²

Neste sentido, se faz importante à valorização do conhecimento de todas as pessoas, independente das classes sociais das quais provêm, em conformidade com o pensamento de Paulo Freire que está em consonância com as diretrizes do movimento: “Relacionar prática e teoria nos processos pedagógicos, na escola, significa organizar o currículo em torno das situações que exijam respostas práticas dos/das estudantes”.¹⁹³

No depoimento da educanda Delvânia Gonçalves da Silva, a metodologia da escola relaciona teoria e prática, o trabalho e a cooperação, enquanto princípios fundamentais:

O trabalho e a cooperação estão presentes em tudo, pois para ter uma base teórica tem que ter trabalho [...], ninguém sobrevive dignamente sem trabalhar. O trabalho e o estudo são formas de dignificar, uma forma de consciência. Em agroecologia, para a gente ter a teoria tem que ter a prática e para ter a prática tem que ir para o campo, mexer na terra, roçar, fazer alporquia¹⁹⁴, enxerto, e buscar levar para o assentamento, para meu núcleo de base. Também no processo de profissionalização estar ajudando os assentados. Porque eu sei que se eu precisar de uma ajuda, o assentamento está disposto a me ajudar. Para mim estar aqui hoje, tem muita gente lutando.¹⁹⁵

¹⁹¹ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

¹⁹² - BARBOZA, Andréia Constante. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguazu.

¹⁹³ - Cf. MST. Coletivo Nacional do Setor de Educação. São Paulo, 1999. p. 11.

¹⁹⁴ - O método da alporquia é um dos métodos mais antigos usados para a reprodução de plantas. É recomendado para a multiplicação de espécies que produzem caules e ramos rijos e lenhosos ou que sejam difíceis de enraizar por estacas de galho.

¹⁹⁵ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

A abordagem acima reflete a relação entre teoria e prática, trabalho e cooperação e a auto-organização presentes no curso na relação com os assentados, demonstrando assim, que esta educação seja dentro das atividades educacionais ou não, está pautada nos Princípios Filosóficos da Educação, onde o trabalho é a fundamental ferramenta para manter o vínculo orgânico entre a escola e a comunidade.

A relação dialógica entre as atividades e sujeitos (educandos, assentados, educadores) culmina na elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, os educandos realizam as aulas de Metodologia de Pesquisa, onde cumprem com o requisito básico da elaboração do projeto de pesquisa integrado ao Diálogo de Saberes.

O Diálogo de Saberes é uma vivência que tem como objetivo conhecer as famílias. Especificamente nesta turma, os educandos estão trabalhando com suas próprias famílias e mais duas do assentamento, através de narrativas e entrevistas. Registram os relatos e, depois, juntamente com o orientador e a turma fazem uma análise da história e das atividades produtivas das famílias, assunto este, que será tratado mais adiante.

A educanda Luciane Aparecida Gresco, que mora no pré-assentamento “Sete de Setembro”, localizado em Renascença no Estado do Paraná, faz uma avaliação das atividades do Tempo Comunidade.

Quando saímos da nossa brigada no assentamento a gente senta e faz o planejamento. Quando a gente vem estudar faz oficinas e depois a gente tem obrigação de quando voltarmos para a base, no assentamento, estar repassando num grupo menor de pessoas, numa oficina, tudo o que a gente trabalhou [...] incentivando a agroecologia e os produtos saudáveis [...] no Tempo Comunidade vamos para casa e vão destinados os trabalhos que os educadores deixam para nós, inclusive o TCC. Conta como Tempo Aula. Temos obrigação de fazer todos os trabalhos, de participar da reunião na brigada, nas reuniões políticas, nos encontros e discussões, tem que estar inserido na comunidade. Se alguém não faz, corre o risco de reprovar, pois voltando para o curso tem que entregar todos os trabalhos. Se não fizer os trabalhos, tem que ver se o educador dará segunda chance ou não. O educando que não fizer os trabalhos e não der justificativas, pode ser retirado do coletivo.¹⁹⁶

O relato da educanda reflete que a avaliação é um instrumento obrigatório e de fundamental importância para que todos executem na prática as atividades previstas no Curso, inserindo-se na comunidade para conhecer mais da sua própria realidade. Mesmo para o educando que não conseguir realizar as atividades propostas, no tempo previsto, existe a

¹⁹⁶ - GRESCO, Luciane Aparecida. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu.

possibilidade de justificativa para o coletivo, que analisa e discute uma segunda oportunidade para realização das tarefas.

A avaliação no ITEPA é um instrumento que está contextualizado dentro de um processo contínuo de teoria e prática, que acontece em diversos momentos e de diversas formas, pois não existe apenas uma avaliação que verifique o desempenho do educando, mas sim, uma série de avaliações coletivas e individuais, onde os educandos possam demonstrar o conhecimento que de fato foi produzido e poderá ser aplicado, bem como, aquilo que ainda é possível ampliar ou ser modificado.

Neste sentido, a avaliação ganha o sentido de considerar o crescimento do sujeito, a participação em atividades comunitárias e o desenvolvimento intelectual através dos usos que fizer dos aprendizados em práticas que digam respeito à vida do e no campo. Ao mesmo tempo, de acordo com o MST, avaliação deve ser feita num processo democrático, envolvendo toda a comunidade escolar.

O desafio é que cada escola chegue a produzir um sistema de avaliação que possa contribuir com a leitura do processo educativo como um todo (do conjunto da escola) e o processo de aprendizagem de cada pessoa envolvida (inclusive as educadoras), bem como uma forma de registro do mesmo em vista de futuras comparações. Este sistema deve respeitar os ciclos da vida humana dos educandos, os princípios e os valores do MST, a participação das pessoas no processo todo (gestão, trabalho, lazer, atividades didáticas). [...] os critérios –de avaliação- precisam ter por base os VALORES que estamos querendo ajudar em formar em nossas crianças, nossos adolescentes e jovens.¹⁹⁷

Sendo assim, a avaliação no ITEPA está alicerçada em dois conjuntos de princípios: os filosóficos e os pedagógicos, atrelados a um projeto político maior de formação, baseada na concepção de homem nas suas mais variadas dimensões, visando à transformação social.

Neste sentido, a prática educativa se faz entre educação e vida, durante a própria vivência do educando inserido no Movimento, na produção de conhecimento e conteúdos científicos a partir da realidade social na qual está inserido. O que se pretende é a formação omnilateral do educando, onde suas dimensões intelectuais e políticas não estão separadas, mas interligadas no processo de ensino-aprendizagem.

O objetivo central do Curso é formar o técnico militante. De formar o técnico, mas também formar o militante. O técnico por si só não vai se

¹⁹⁷ - Cf. MST. Caderno de Educação Nº 09: *Como fazemos a escola de educação fundamental*. MST, nov/1999. p. 31-32.

somar ao processo. O militante por si só não vai dar assistência técnica. Nós queremos que o técnico seja o militante, aquela pessoa que se tiver que sair agora daqui e tiver que por o pé no chão, vai por o pé no chão. Vai por o pé no chão e vai fazer. Se tiver que largar a assistência técnica, vestir uma camiseta e um boné e ir para uma mobilização do grupo, vai fazer. O objetivo central é isso.¹⁹⁸

Neste sentido, a compreensão que se tem é de que todo técnico é ao mesmo tempo um agente político, não existindo a neutralidade da ciência e da tecnologia. O técnico em agroecologia, ligado aos movimentos sociais camponeses, necessita ter uma formação política profunda, possibilitando-o compreender os contextos sociais, culturais e das relações de poder, além de influir na organização coletiva dos camponeses.

O Curso de agroecologia vem ao encontro, com uma definição política que o movimento teve dos nossos espaços serem espaços orgânicos, agroecológicos, isso, lá em 2000, com o Congresso Nacional de Agroecologia, que é a maior instância do movimento. Quando decidimos para a questão que pegaríamos seria agroecológica, voltou-se para uma realidade. Como trabalhar a questão agroecológica se o sistema capitalista não trabalha isso? Ai partiu da demanda de ter os Cursos Técnicos de Agroecologia. Por que técnicos? Por que o técnico é a forma mais rápida que se tem de se ter um técnico na comunidade e de fato esse técnico tem que contemplar a vida do campo. Ele não pode ser só o técnico que vai ensinar plantar o feijão ou colher a alface. Ele tem que entender a família, por isso do Diálogo de Saberes. Tem que dialogar com a família, tem que ter as atividades práticas do trabalho cotidiano e ele tem que ter conversa de convencer o agricultor para o plantio agroecológico.¹⁹⁹

Para o MST, a educação (e também a escola), deve ser pensada, organizada, estruturada, gestada e conduzida a partir das necessidades da classe trabalhadora e do campo. Segundo Luiz Bezerra Neto, a partir do modelo de educação coletiva proposto pela pedagogia do Movimento, busca-se edificar uma educação com conteúdos e currículos que promova a hegemonia de um projeto político dos trabalhadores do campo na efetivação de uma consciência de classe.²⁰⁰

Nesta perspectiva, o processo pedagógico do ITEPA, deve surgir das inquietações dos assentamentos, como ponto de partida para a aprendizagem dos educandos. No cumprimento da sua função, a escola do Movimento deve formar o cidadão militante que assuma o seu papel social de atuação e luta dos trabalhadores do campo contra as injustiças sociais.

¹⁹⁸ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

¹⁹⁹ - Idem.

²⁰⁰ - BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. 1. ed. Campinas: autores associados, 1999.

CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO E ASSENTAMENTO: das experiências educativas para além do ITEPA

“Aqui sou cozinheira há dois anos. Quando os educandos estão aqui, eles lavam a louça, secam e guardam. Fazem a limpeza do refeitório. Quando não estão, ai eu faço tudo sozinha”,²⁰¹ explica Aparecida Leite de Oliveira (Cida), que está aguardando um lote a ser conquistado por acampados do MST e reside em uma das moradias do ITEPA, com seus três filhos menores. Cida me recebeu ao clarear do dia, concedendo a entrevista antes de dirigir-se ao refeitório para preparar o café-da-manhã.

A situação vivida por Cida é, possivelmente, uma das questões mais presentes no ITEPA. É indicativa de relações que se estabelecem neste espaço educativo e que se estendem para além dele. A exemplo de Cida, a presença de trabalhadores Sem Terra é uma constante. Cida não tinha para onde ir. A sua mãe, Dona Maria, já reside em uma das casas do Centro de Formação. Assim, optou em ir morar também em uma das outras casas enquanto aguarda um lote. A exemplo de outros trabalhadores, a condição de permanência é trabalhar para o funcionamento do Centro.

Há, portanto, uma relação entre os objetivos do MST, de promover o Curso de Técnico em Agroecologia, de formar militantes e de continuidade da luta pela terra, bem como relações entre os que estão na luta pela conquista de um pedaço de chão e os que estão assentados com os educandos do ITEPA, que também são assentados ou estão em pré-assentamentos e em acampamentos. Estas relações são consideradas fundamentais pelo MST para a formação dos técnicos. Assim, neste capítulo, abordarei como os educandos e educadores interpretam as experiências no Centro de Formação, na relação que estabelecem com os assentados no movimento da luta do MST.

3.1 - Espaço de Educação: Agroecologia e Política

Para iniciar as reflexões propostas, cabe fazer referência ao depoimento do educador, formado pelo MST, Alan Coutinho, ao responder a questão que fiz durante o processo de

²⁰¹ - OLIVEIRA, Aparecida Leite de. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

pesquisa: Qual o papel que a escola tem na vida dos assentados daqui? Ouvindo-me atentamente com o olhar distante, refletindo sobre o ITEPA, respondeu:

Não é dos assentados daqui, é dos assentados da região. A escola aqui na verdade é um centro, onde todos os assentados da região Oeste fazem um trabalho de formação aqui, na verdade a escola não é desse assentamento, ela faz parte de uma política de todo o Estado do Paraná. Estes jovens vem de várias regiões do Paraná. Este espaço aqui é um espaço de formação. Vem pra cá estudar, retornam às suas comunidades, alguns viram técnicos, outros retornam e outros acabam trabalhando aqui mesmo. Poderia falar de um trabalho de multiplicação.²⁰²

Partindo deste relato do educador sobre o ITEPA, se faz necessário destacar que nos documentos do setor de educação encontra-se a seguinte afirmação: “A escola que aqui apresentamos não existe em lugar nenhum na sua totalidade. Mas os seus principais aspectos estão presentes e em funcionamento em muitos lugares”.²⁰³ Ainda neste sentido, Caroline Bahniuk, afirma: “identificamos que a expectativa do MST para com a escola pressupõe alterar a lógica da escola capitalista, confrontando-a com seus objetivos, formas e intencionalidades”.²⁰⁴

Neste sentido, ainda, pode-se afirmar que estas intencionalidades estão vinculadas ao *fazer-se* de uma educação emancipadora e política, conforme esclarece Alan Coutinho, ao falar sobre a Proposta de Educação do MST:

Política. A gente nunca discute agroecologia sem antes falar do agronegócio. Você vai dar aula de adubação e não vai falar que só existe o agroecológico. Você vai falar de uréia e do super fosfato. Vai falar quem são os protagonistas da história que fazem isso? Quem são os exploradores que fazem? A aula de adubação não é uma aula que você vai dizer: jogue tanto de adubo aqui. Nós temos que pensar: Qual é o problema dessa adubação de síntese química e quem são as pessoas que fazem isso? Para que fazem isso? Por que quem vende uréia não explica que cinco por cento que tu aplica, tu perdes? [...] Tem que saber o porquê. Quando se estuda projeto tem que saber: por que o banco solicita qual adubo vai jogar? Para vender. Que esse jogo entre agroecologia e uma agricultura de química, não é uma questão de opção, mas *uma questão política*. Fazem isso para ganhar dinheiro. Não tem como ficar falando em *sustentabilidade*, para eles é lucro. Toda aula tem que fazer um histórico do processo, o educando tem que entender que nada surge de agora para à frente, tem uma construção. A gente ouve no materialismo histórico dialético que: *para construir o novo temos de*

²⁰² - COUTINHO, Alan. Entrevista citada.

²⁰³ - Cf. MST. 2005. p. 199.

²⁰⁴ - BAHNIUK, Caroline. *Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes nos acampamentos do MST*. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 98.

entender o velho, senão vamos acabar achando que foi a gente que fez (Grifos meus).²⁰⁵

Nesta dinâmica de produção de conhecimento, na fala do educador, percebe-se a importância da contextualização das aulas, num processo que envolve a realidade enquanto totalidade em movimento. Importa destacar que a escola do MST está interessada em responder às necessidades e aos objetivos do Movimento, tendo o “movimento social” como princípio educativo e como centro da aprendizagem.

Antes de ensinar o conceito existe a necessidade de conhecê-lo, através de um processo de reflexão filosófica (reflexão radical, rigorosa e de conjunto), avaliar em que medida aquele (s) conceito(s) responde(m) às problemáticas particulares, locais e estruturais de nosso tempo.²⁰⁶

Assim, ao estar organicamente ligada a uma organização social, a Pedagogia do Movimento nos mostra, empiricamente, que a educação escolar busca a transformação social, embora esteja dentro de um contexto de contradição e enfrente dificuldades de toda ordem. Desta forma, observa-se que tanto a linguagem dos educadores, quanto os conteúdos, a metodologia, o currículo e toda a vivência escolar dos sujeitos do ITEPA, objetivam uma educação emancipadora.

É importante destacar que uma educação emancipadora se faz com uma pedagogia nova, para uma nova sociedade e que venha romper com práticas educativas dominantes. Conforme Martins, a construção de uma educação emancipadora se faz no processo, conflituoso, de luta, na perspectiva de uma nova estrutura societal, em que o pensamento original de tal posição, é o marxismo e “se faz indissociadamente de uma realidade emancipada”.²⁰⁷

Neste sentido, a formação de Técnicos em Agroecologia se faz pensando em um processo de transição, ou seja, a formação/construção de novos sujeitos:

Capacitar técnicos para começar a fazer o processo de transição. [...] o primeiro processo é a ruptura mental: Eu vou mudar. O segundo processo de transição é: A gente capacita esses jovens para que? A agricultura convencional está falida, não tem capital, muitos agricultores estão falidos. E se pegarmos a história da agricultura familiar, muitos faliram no processo de compra de químicos (adubos ou agrotóxicos). Esse método está falido. Então

²⁰⁵ - COUTINHO, Alan. Entrevista citada.

²⁰⁶ - ZANELLA, José Luiz. *A educação escolar do campo à luz do materialismo histórico*. IN: ALMEIDA, Benedita de; ANTÔNIO, Clécio Acílio; ZANELLA, José Luiz. (Orgs). *Educação do campo*. Op.cit. p. 130.

²⁰⁷ - MARTINS, Fernando José. *Ocupação da Escola*. Op. cit. p. 9.

quem tem poder de mudar isso, não é o pai, é o filho. Por isso, a gente capacita esses jovens para na sua comunidade, mudar o processo produtivo.²⁰⁸

Quando o educador fala em ruptura mental, aponta a necessidade de esclarecimento sobre a mudança de atitudes em relação ao processo produtivo, onde a agroecologia aparece num sentido de rompimento ao uso indiscriminado de produtos químicos, na busca de oportunizar uma vida mais saudável, mas, também, de fugir aos interesses do agronegócio e das grandes empresas que lucram milhões com o uso indiscriminado de agrotóxicos ou demais produtos químicos, levando muitas famílias ao endividamento e muitas vezes obrigando-os a vender suas terras.

A importância em se capacitar Técnicos em Agroecologia está presente na Proposta de Educação do MST e tem objetivos específicos:

Primeiro porque é uma necessidade que nós temos. Se olhar para a matriz tecnológica hoje e para a matriz que o sistema capitalista nos impõem, é o sistema tradicional ou convencional. Nós temos que no mínimo, propor “um outro sistema”, nesta proposta de romper com o sistema que está dado, (o sistema de produção que é alto, a grande quantidade [...] que é a produção pensada para a exportação). Nós temos que pensar como manter os camponeses na terra, como trabalhar com os camponeses e como potencializar a vida no campo (Grifos meus).²⁰⁹

Diante destes elementos, os técnicos do movimento não são capacitados para servirem de mão-de-obra para atuação em benefício do agronegócio, mas sim, dos interesses dos camponeses e da agricultura familiar, portadores da proposta de um sistema transformador, que fuja ao convencional e a monocultura. Porém, se faz necessário lembrar que os técnicos depois de capacitados estarão inseridos no mercado, pois os assentamentos estão subsumidos pela lógica do capital.

Um dos grandes desafios do MST em relação à posse da terra refere-se à dualidade entre a continuidade das ocupações e a necessária viabilização dos assentamentos (saúde, escola, moradias, investimento em infraestrutura para a produção). Assim, opta-se em continuar ocupando os latifúndios improdutivos e, ao mesmo tempo, realizar a viabilização dos assentamentos através da formação de associações, criação de cooperativas e da agroecologia.

²⁰⁸ - COUTINHO, Alan. Entrevista citada.

²⁰⁹ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

Neste sentido, o movimento tem permanecido lutando, educando e fazendo a reforma agrária, procurando superar a lógica do capitalismo. Mas, ao viabilizar o assentamento, o MST coloca-os dentro da lógica do mercado, não existindo de forma autônoma ao sistema vigente. A comercialização dos produtos, e a própria transformação para a agroecologia, se faz dentro do sistema existente.

A transformação da produção convencional para a agroecológica se faz de forma lenta e gradual. Os assentados têm um histórico de práticas voltadas aos cultivos convencionais, bem como manifestam certa desconfiança em relação às possibilidades da agroecologia, sobretudo no que se refere à geração de renda. Essas, entre outras questões, apontam para certa resistência a mudanças. Os mais jovens, porém, no Curso Técnico em Agroecologia, adquirem a oportunidade de participar desta mudança de pensamento e prática (com a produção em grande escala e o plantio de monoculturas com o uso de agrotóxicos), para uma produção baseada na agroecologia.

Segundo estudos feitos pelo pesquisador Sérgio Barcellos,²¹⁰ no que diz respeito, às políticas públicas (PPs) para a agricultura, no início do Governo Lula em 2003, passaram por um aumento dos investimentos para atender especificamente demandas de agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas e comunidades tradicionais. Para essa finalidade, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) foi um dos órgãos que atuou nesse contexto, influenciando os espaços e criando campo político-institucional de constituição das PPs. Assim, a agroecologia e as tecnologias de produção agrícola nessa linha, como a valorização dos produtos agrícolas considerados orgânicos, passaram a receber crédito e apoio à comercialização.

O autor afirma ainda que o discurso da agroecologia no MST além de sustentar-se por preceitos de preservação em relação ao meio ambiente e aos sistemas de produção agropecuária tem em sua pauta, questões ambientais mais amplas, tais como, as suas relações com o estágio atual de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e internacionalmente, a apropriação dos recursos naturais e territórios por parte de indústrias transnacionais

²¹⁰ - BARCELLOS, Sérgio B. *A formação do discurso da agroecologia no MST*. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DO%20DISCURSO%20DA%20AGROECOLOGIA%20NO%20MST.pdf> acesso 05 agos. 2012.

instaladas em nosso país e vinculadas ao agronegócio, além do estímulo dado pelo Estado ao crescimento e estabelecimento dessas empresas.²¹¹

Sobre os limites da agroecologia, o sociólogo e pesquisador Jalcione Almeida²¹² destaca que existem resistências de caráter ideológico da intervenção técnica e social mais geral, como a falta de diálogo e troca de experiências entre agentes sociais (individuais e coletivos), que atuam na mesma área e, muitas vezes, enfrentando os mesmos problemas. Além disto, o insuficiente acompanhamento de campo e sistematização das experiências agroecológicas, os esforços com os pacotes tecnológicos da agricultura “convencional”, que não deram certo, causaram grandes desigualdades sociais e impactos ambientais, por outro lado, existem as dificuldades tecnológicas na prática agroecológica e a baixa capacitação profissional para enfrentamento da complexidade dos sistemas produtivos e da agroecologia.

Neste sentido, durante o Curso, no Tempo Comunidade, os educandos têm a oportunidade de desenvolver atividades práticas nos assentamentos onde vivem com suas famílias e no Assentamento Antônio Companheiro Tavares. Ou seja, deve desenvolver seus conhecimentos científicos, dialogando com as famílias assentadas, potencializando o saber acumulado por estas. As experiências vividas com os assentados deve levar a elaboração de propostas para o manejo agroecológico. Estas devem ser discutidas amplamente com os assentados.

Além disso, segundo o que se propõe no Curso de Técnico em Agroecologia, o resultado final não pode limitar-se apenas à aplicação de fórmulas prontas, como a aplicação de biofertilizantes, adubação verde ou pastagens com piquetes, acredita-se que o diálogo deve visar às necessidades do camponês, aliada ao conhecimento adquirido, respeitando-o culturalmente e incentivando novas fórmulas de produção.

Esse esforço, na avaliação do Gilberto Britzke, filho de pequenos agricultores, do município de Céu Azul/Paraná, e, atualmente assentado, torna o ITEPA “fundamental para o assentamento”. A atenção à saúde se fez a partir de uma concepção de saúde alternativa, preventiva, fitoterápica e comunitária, alicerçada por uma prática educativa entre escola, movimento social e as famílias moradoras do Assentamento durante o período em que o curso de Saúde Comunitária esteve em funcionamento. Para Gilberto, “na área de educação e saúde,

²¹¹ - Idem.

²¹² - ALMEIDA, Jalcione. *A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado*. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/734/986> acesso 05 agos. 2012

as hortas comunitárias que o pessoal fez, os núcleos escolhiam a família para fazer a horta de ervas medicinais”,²¹³ evidencia-se essa relação. A expressão “que o pessoal fez” refere-se ao trabalho de docentes, estudantes e lideranças que atuam no ITEPA, um coletivo se fazendo na relação e envolvimento das famílias.

A educanda Francieli Hermes, nascida no município de Pérola do Oeste, no sul do Estado do Paraná, conta que está a dezesseis anos no MST e que aos quatro anos de idade, acompanhando seus pais (que motivados, a partir de uma palestra realizada por integrantes do movimento), passou a segui-los de acampamento em acampamento, participando de diversas ocupações até chegarem à ocupação do assentamento “Dorcelina Folador” em Araongas/PR, onde residem.

Lá no meu assentamento tem muita gente que não é aberta a agroecologia. É com o tempo que vai aplicando. Começamos na aplicação de produtos naturais para combater os carrapatos, nas vacas. Não é simples. Temos dois alqueires e meio, com minhoqueiro e mucuna para melhorar o solo. E no centro comunitário (eu, meu irmão e o Luquinhas)²¹⁴, vamos fazer uma horta Mandala e o bosque. Muitos olham e perguntam: Como recuperar o solo que está muito degradado? E assim estamos puxando as pessoas que moram lá no assentamento para a agroecologia. A questão toda vem dos alimentos saudáveis, sem veneno. Às vezes vem veneno da fazenda que fica do lado do nosso lote e plantamos feijão guandú para proteger a horta. A agroecologia, se a gente pegar firme a gente consegue. É uma coisa demorada, mas que dá certo sim.²¹⁵

A educanda fala das técnicas que são aplicadas no assentamento, de acordo com a necessidade das famílias, não como algo pronto, que aprenderam no Curso e que será simplesmente aplicado, mas, como forma de melhorar o solo e os cultivos agrícolas. Neste processo o diálogo é fundamental para a transição no sistema produtivo. A narrativa de Adriana de Andrade também reflete este pensamento:

O Curso é uma consequência de uma ação. Então o Curso em si talvez diretamente não mude a mentalidade do assentado, mas um técnico dando tarefa ou trabalhando lá no assentamento, ele vai fazer uma atividade mais direta com o assentado, então, de certa forma, ele consegue mudar a mentalidade do assentado.²¹⁶

²¹³ - BRITZKE, Gilberto. Entrevista citada.

²¹⁴ - Em sua fala a educanda Francieli Hermes, cita outros educandos que fazem o Curso, e que são moradores no mesmo assentamento em Araongas/Pr.

²¹⁵ - HERMES, Francieli. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçú.

²¹⁶ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

As falas deixam transparecer que os educandos percebem a formação de técnicos como o ponto de partida para o contato com os assentados, através das ações de mudança na produção e na maneira de pensar, em que os conhecimentos adquiridos durante o Curso visam melhorar as condições de cultivo, numa perspectiva voltada para a questão da alimentação saudável e do cuidado com a natureza.

Na parte da agroecologia é um tipo de sistema que você trabalha com a biodiversidade e agroecossistema, que são vários sistemas. A própria casa onde você mora é um agrosistema, aquilo que tem vida e é transformado [...] no momento que trabalha com a agroecologia temos que ver que o ser humano é parte da natureza e automaticamente ele já é o coletivo. Ao contrário, tem gente que diz que macaco prego tem que ficar de um lado e o ser humano de outro, que não existe convívio. Tem que ter o social e até nós, primatas de origem, sempre convivemos em sociedade. Nunca sozinho. Sempre em trabalho coletivo. Não podemos perder esta visão de que o trabalho da agroecologia é um trabalho coletivo que é entre o ser humano e a natureza. Trabalho em conjunto.²¹⁷

A relação entre seres humanos e natureza, vistos como um “conjunto”, é um fator relevante no estudo da agroecologia, é algo que deve estar em equilíbrio, afirma o narrador. Mas como falar em equilíbrio quando se exploram os recursos naturais de forma descontrolada? Quando se polui e contamina o meio ambiente para desenvolver a produção? São questões revisitadas durante o Curso do ITEPA na busca pela formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, como afirmam alguns educadores²¹⁸ do referido Centro, com um saber sistematizado e que atuem no campo e na cidade.

Desta forma, o educando Lucas Nogueira Carvalho que aos cinco anos de idade saiu juntamente com os pais da cidade de Marilândia/PR, para ocupar a Fazenda São Carlos, onde hoje é o assentamento “Dorcelina Folador”, relata:

Sobre a aplicação do curso na comunidade dá para dizer que é técnica, mas trata-se também de organizar politicamente o assentamento na intenção de

²¹⁷ - COUTINHO, Alan. Entrevista citada.

²¹⁸ - A utilização da expressão “intelectual orgânico” por parte de alguns educadores/lideranças indica a incorporação de reflexões do filósofo Antônio Gramsci. Para ele, diferente do intelectual teórico que não tem contato com o empírico, a ação do intelectual orgânico é vista de forma ampliada e original, ou seja, ensinando, conduzindo, organizando e integrando-se à construção de uma nova visão de mundo e de uma nova cultura. Para Gramsci, na luta da classe operária, era necessário um novo intelectual, não afastado do mundo produtivo ou coberto de retórica abstrata, mas capaz de ser, simultaneamente, especialista e político, exercendo função dirigente. Assim, para o autor, o “intelectual orgânico” está ligado à emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, dando coesão e consciência a essa classe. O “intelectual tradicional”, por sua vez, se mantém relativamente autônomo e independente, mesmo tendo desaparecido a classe à que pertencia no passado. Ambos os tipos de intelectuais trabalham para formação da consciência da classe a que estão ligados. Cf: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv80.htm> acesso 02 fev. 2012; e COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 123.

que daqui a algum tempo, outros jovens façam o Curso. Vai sair um curso na Escola Milton Santos e a gente já conseguiu organizar um pessoal. Já surgiu interesse nas atividades [...] Como a gente participa organicamente no assentamento, tem tarefas, vão surgindo propostas aqui no curso e vamos aplicando.²¹⁹

O relato aponta a questão da necessidade de formação política na organização dos assentamentos para a ação de continuidade no estudo e na luta pela produção agroecológica. Neste contexto, se faz importante a formação de intelectuais orgânicos dentro do Movimento, para que o homem do campo esteja inserido enquanto um sujeito social consciente dos seus direitos, pela cidadania e dignidade do seu povo.

O Movimento Sem Terra assume essa discussão da agroecologia. Nunca se falou da agroecologia. Somente quando os movimentos sociais assumiram. É outro momento, com camponeses que estudaram e a Jornada de Agroecologia é uma força fantástica, a última foi em Londrina no Paraná, em julho. Assim, a questão técnica não é problema. A questão da agroecologia é política.²²⁰

Embora o educador aponte os movimentos sociais como responsáveis pelo surgimento da discussão agroecológica, esta questão se apresenta como uma proposta recente e ao mesmo tempo antiga na História da Humanidade, reportando-se a experiências anteriores, ligada aos saberes dos agricultores, dos povos indígenas, dos povos pescadores, dos quilombolas, dos povos da floresta, bem como de diversos sujeitos sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial do local onde estes sujeitos vivem.

Enquanto matriz disciplinar integradora, a agroecologia objetiva apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, de maneira que passou a ser um dos principais enfoques científicos da nossa época, quando o objetivo é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura insustentáveis para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis.

Embora a bibliografia historiográfica seja escassa, é possível encontrar na internet vários sites com materiais produzidos por Organizações não Governamentais (ONGs),

²¹⁹ - CARVALHO, Lucas Nogueira. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu.

²²⁰ - COUTINHO, Alan. Entrevista citada.

próximas ao MST, que abordam o tema.²²¹ As práticas agroecológicas, de acordo com Marcelo Hansen Schlatcha:

...implicam em valores, entre os quais a autonomia do homem do campo [...] possibilitando relações que se voltam para uma maior justiça social [...] a agroecologia é vista como prática política que possibilita solidariedade, autonomia, soberania alimentar e fortalece a luta pela reforma agrária. Todavia, a defesa dela enquanto prática política do MST, para a permanência do assentado no campo e para a continuidade da luta pela reforma agrária, parece ser a mais recente. Nesta direção, percebe-se que a segunda metade da década de 1990, assinala para uma certa mudança de postura do Movimento em relação as suas políticas para os assentamentos.²²²

No *Caderno de formação n°25* do MST²²³ estão elencados alguns dos elementos do contexto no qual o Movimento tem lutado, entre os quais: o avanço do capitalismo no campo, o crescente processo de urbanização da sociedade, a dependência da economia de nosso país ao capital estrangeiro, o avanço das tecnologias e a abertura do mercado atrelada aos interesses externos, trazendo um grau de complexidade maior à luta do movimento pela terra e justiça social.

É nesta conjuntura que a preocupação com a capacitação dos técnicos em agroecologia passa a abranger a formação de um ser humano especialista, com formação científica e técnica, e político-dirigente, com formação humanística-histórica.²²⁴ A formação técnica, para o MST, está associada à formação política e se fazem necessárias à formação dos sujeitos, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Neste sentido, o objetivo principal do Curso Técnico em Agroecologia não está em apenas aplicar os conhecimentos no ITEPA, é ir além, buscando multiplicar através da prática dos educandos em seus assentamentos de origem.

3.2 – A Atuação nos Assentamentos

²²¹ - Entre outros: ANCA/MMA. *A agroecologia como alternativa*. Brasília, 2006. p. 12; GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante*. Contribuições de Enio Guterres. São Paulo. Expressão Popular, 2006. p. 86; ZONIN, Wilson João. *Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba*. UFPR. Curitiba, 2007.

²²² - SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *O MST e a questão da reforma agrária...*, op. cit. p. 17-18.

²²³ - Cf. MST, 1997.

²²⁴ - Sobre os conceitos de formação humano especialista e político-dirigente, ver: NOSELLA, Paolo. A dialética da administração escolar. In: *Educação e sociedade*. São Paulo: Cedes e Cortez, n.11. 1987. p. 128-129.

Para quem anda pela estrada de terra vermelha do assentamento Antônio Companheiro Tavares é possível enxergar o cuidado que se tem com as moradias e lotes. No pátio, as flores e plantas são abundantes. De longe, o que chama a atenção, é que muitos adotam o sistema agroecológico, plantando ao redor da casa uma vegetação própria. Entre as principais plantas, pode ser encontrado o feijão guandu²²⁵, por ser arbustivo, forma uma espécie de cercado verde, que auxilia na recuperação do solo e serve para “proteger” o lote da ação nociva dos agrotóxicos que chegam pelo ar.

Saindo do ITEPA, que fica na entrada do assentamento, seguindo pela estrada principal, as casas são próximas umas das outras, e em parte delas é possível visualizar a bandeira do MST, tremulando pendurada em mastros improvisados, ou na varanda das casas. Essa visibilidade exalta a importância da reforma agrária para os trabalhadores assentados, e a valorização da luta da conquista e permanência naquela terra.

Os assentados contam com boa infraestrutura. As hortas servem para a alimentação das famílias e o excedente é vendido na cidade. Em todos os lotes existe um pedaço de pastagem, (grama) fonte de alimento para o gado leiteiro, sendo o leite, o principal produto do assentamento. Outras criações são vistas, como galinhas, ovelhas e porcos, destinados para o abastecimento familiar e o excedente comercializado.

Na tarde de sábado, 25 de agosto de 2012, chego no lote da educanda Delvânia Gonçalves da Silva, onde mora juntamente com sua mãe Vani e seus dois irmãos menores. Encontramos²²⁶ Delvânia, passando um pano na varanda, fazendo a “faxina do sábado”. Ela está no Tempo Comunidade, finalizando o Diálogo de Saberes, com muito trabalho para escrever e auxiliar a mãe no trabalho com as plantações no lote e as vacas leiteiras.

De boné na cabeça com a estampa do Che Guevara, convida para sentar e recebe com muita hospitalidade. A mãe Ivone, está com o forno ligado, fazendo cucas que serão entregues por meio da Cooperativa ao PNAE. Ela conta que com as aulas do Curso, os trabalhos do lote ficam todos por conta da mãe. A mãe a incentiva nos estudos. Ela, Dona Ivone, conta que

²²⁵ - O feijão guandu é um adubo verde, que produz abundante matéria orgânica e protege o solo, liberando nutrientes de forma gradual, atendendo à necessidade das árvores. Possui alta capacidade de fixação de nitrogênio, um nutriente químico essencial ao crescimento das plantas. As raízes penetram na terra dura em busca de água profunda, abrindo espaço para raízes mais frágeis de plantas, como o milho. Seus grãos podem ser cozidos, servindo de alimento. Sobre este assunto ver mais em: <http://www.noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2007/01/22/28991-feijao-guandu-reduz-a-mortalidade-e-acelera-o-crescimento-de-especies-florestais.html> acesso 15 nov. 2012.

²²⁶ - Me acompanharam na visita e participaram da entrevista os professores da UNIOESTE, Davi F. Schreiner e Carla Conradi.

voltou a estudar. Sonho que acalentava há muitos anos. Atualmente, separada, segue toda noite à cidade de São Miguel do Iguaçu. Vai de ônibus, fazendo o supletivo, pois sabe da importância do conhecimento para o sujeito.

Para a educanda Delvânia Gonçalves da Silva, “é interessante o processo de mudança que vai ocorrendo a partir do Curso”:

Eu percebo desde então, que alguns dos companheiros que compõem a equipe técnica do assentamento foram formados aqui no ITEPA. Antes de se formar a equipe técnica, não existia junto a COOPERCAM, projetos de PAA e de merenda escolar. Acho que incentivou bastante a partir da formação dos nossos companheiros, os técnicos que a gente tem formado, agora estão contribuindo com o assentamento, pois antes era muita burocracia para você mexer. Se quiser fazer um projeto agora a gente tem mais disponibilidade técnica que facilita a vida dos assentados. Durante o Curso a gente pouco tem vínculo com o assentamento, a gente tem um centro comunitário, mas não tem participação de massa. Se a gente tem que fazer experiências práticas, visitar uma família, ai sim, os assentados sempre estão dispostos a ajudar nessa integração.²²⁷

A fala revela a participação dos educandos na vida do Assentamento durante o Curso. A atuação melhorou com a formação de técnicos que passaram a atuar junto às famílias assentadas. A procura pela cooperativa, embora ainda pequena, ampliou com o incentivo e assistência dos novos técnicos às famílias em projetos do governo. A interação dos educandos com os assentados ocorre em momentos de visita aos lotes, nas quais os educandos realizam atividades para conhecer na prática questões voltadas à produção, outras vezes, realizam trabalhos coletivos e oficinas junto às famílias. A participação dos moradores do assentamento nas atividades do ITEPA, no entanto, ainda é pequena.

A participação dos assentados com a escola é muito limitada. Tem algumas pessoas que vem e se dedicam, que ajudam na mão-de-obra e no trabalho prático, que fazem a construção desde o pensar até o fazer e tem outras que nem se envolvem, então é muito limitada. Mas, a escola tem que estar dentro de um processo de organicidade do assentamento, então tem uma pessoa da escola, que no caso sou eu e o Jairo²²⁸, que vamos para o assentamento, discutir sobre o assentamento e sobre as questões da escola. Mas, fica nesta limitação. Não tem um olhar de totalidade do assentamento para o conjunto da escola. Ele é de algumas pessoas.²²⁹

O pouco envolvimento nas atividades do ITEPA por parte dos assentados se apresenta como um desafio, para conquista de melhorias, novos cursos, projetos, trabalhos

²²⁷ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

²²⁸ - Refere-se ao assentado Jairo de Souza, que faz parte do coletivo permanente da escola, a CPP.

²²⁹ - ANDRADE. Adriana de. Entrevista citada.

coletivos e para a própria comunidade. Por um lado, esta ausência é justificada pelo fato dos moradores estarem cuidando do lote, das plantações e da criação de animais, trabalho este que requer muita dedicação e desta forma, estariam somente participando de algumas reuniões no ITEPA, mas por outro lado, é uma forma de acomodação que não soma à luta do processo de conquistas. Entretanto, há uma relação institucional com os assentados por meio do ITEPA.

Tem parcerias, mas que são voluntárias, não diretamente. O assentamento procura o ITEPA pela institucionalidade, de projetos, de convênios, de programas. Parte dos convênios passa por dentro do ITEPA. Da liberação de técnicos. Passam dentro da instituição aqui para liberar para o assentamento, mas são coisas bem limitadas.²³⁰

No trabalho com os assentados ainda são encontradas resistências de ordem diversas, que são tratadas pelos educandos como limites a serem transpostos:

Tem muita resistência. O MST vem lutando bastante por essa questão da agroecologia nas jornadas, mas dentro do nosso assentamento tem gente que trabalha com veneno. Depois que se forma o assentamento fica a luta do MST mesmo mais fragilizada, muitas pessoas pensam “conseguir um pedaço de terra e agora quem tem que lutar é quem está no acampamento, eu to aqui”. Não tem aquela ideia de que pra mim tá aqui, ter o lote, outras pessoas lutaram, muita gente morreu pra gente estar aqui. E a luta não termina aqui, começa na verdade e a gente tem que lutar muito mais. Muitas pessoas tem vergonha de morar aqui no assentamento (Grifos meus).²³¹

Neste sentido, a fala aponta para uma diversidade de interesses, demonstrando a heterogeneidade dos sujeitos que dividem o espaço do assentamento. Em outros termos, também é possível seguindo os passos de Martins, chegar a seguinte reflexão:

Em termos mais amplos, há uma acomodação sensível por parte de muitos integrantes do movimento depois que conquistam “sua” terra. Afloram as manifestações individualistas e o sentido da coletividade diminui. Essa é uma grande contradição que traduz os desafios de um movimento de cunho socialista, mas dentro de uma sociedade capitalista, que o leva a ter, em primeira instância, como uma de suas finalidades, a propriedade privada da terra.²³²

Se por um lado a contradição aponta para a acomodação de alguns assentados a partir do momento que recebem o lote de terra, por outro lado, a formação de técnicos possibilita aos assentados a assistência necessária para participarem de projetos do governo (como o PAA e o PNAE), na venda dos produtos através da cooperativa e do apoio disponibilizado

²³⁰ - Idem.

²³¹ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

²³² - MARTINS, Fernando José. *Ocupação da escola*. Op. cit. p. 102.

pelos técnicos, além das mudanças em termos do cultivo, cuidado com uma produção livre de agrotóxicos e de adubação química. Isso tem sido considerado melhoria pelos assentados e pela comunidade escolar, como avalia Adriana de Andrade:

Nós tínhamos um número muito alto de famílias endividadas. E quando eles pararam de plantar em “grande escala” conseguiram se reorganizar na propriedade. É a vida deles que está em jogo. E aqui na nossa região mais específico é o leite. É uma região que tem muita gente que produz leite e como nós sentamos, fizemos um planejamento de potencializar os assentamentos na área do leite, da fruta e da horta. Nós pensamos nisso também, pois estamos dizendo para os assentamentos terem suas vacas e melhorar a ordenha, melhorar a genética para produzir, para melhorar o pasto e o piqueteamento. Se estamos fazendo uma força-tarefa para que de fato isto aconteça, nós temos que ter onde industrializar e onde vender, por isso se criou a cooperativa. Temos que criar alternativas. Mesma coisa a horta. Se temos uma horta, tem que ter assistência técnica para esta horta, se tem assistência técnica e produção, temos que comercializar. Seja diretamente ou indiretamente, mesma coisa com as frutas (Grifos meus).²³³

Há, pois, uma preocupação com o acompanhamento técnico às famílias, além do destino que é dado à produção e a comercialização da mesma. Ou seja, “não basta apenas melhorar a produção é necessário criar meios para vender e investir novamente”. O fato de acabar com a produção “em grande escala”, com a prática da monocultura, passando a produzir uma diversidade de alimentos, oportuniza, além da melhoria da saúde e da qualidade de vida, uma melhora na renda das famílias.

Assim, o relato do assentado Gilberto Britzke, citado em páginas anteriores, por exemplo, evidencia não apenas o reconhecimento da importância do ITEPA, das plantas medicinais e das hortas comunitárias para a prevenção de doenças pelos moradores do assentamento.

No seu relato, a expressão “as hortas comunitárias *que o pessoal fez*”²³⁴ (grifo meu) indica não apenas uma ação coletiva, de sujeitos organizados no desenvolvimento de uma ação, mas um sentido de coletivo que se fez a partir de um lugar, no qual o narrador parece não se incluir ou não se reconhece totalmente. Esta expressão ganha maior amplitude ao ser cotejada com a trajetória do assentado. Ela revela a sua participação na luta pela terra desde os primeiros dias da ocupação, a convite do irmão. Talvez, a participação signifique uma adesão ou concordância parcial com as propostas do MST e que há outros significados e sentidos atribuídos pelos trabalhadores à luta pela terra e as perspectivas no tempo presente. Sua

²³³ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

²³⁴ - BRITZKE, Gilberto. Entrevista citada.

narrativa a exemplo de outras, indica, também, certa descontinuidade de práticas educativas para além dos períodos de existência dos cursos promovidos pelo ITEPA.

Neste sentido, se faz necessário destacar que existe uma carência de projetos permanentes, envolvendo aspectos extra-escolares como: produção, formação comunitária e trabalho cooperativo. Um dos exemplos, neste sentido, é o projeto da despulpadeira de frutas. Neste projeto, a Itaipu²³⁵ liberou recursos para comprar as peças de uma despulpadeira de frutas no ano de 2010. A despulpadeira serviria para fabricar doce em pasta, em conserva e em polpa.

Nós tínhamos um projeto em 2010 com a Itaipu, da despulpadeira de frutas. O projeto era curto e grosso: a Itaipu liberaria recursos para comprar as peças, mas não liberaria o técnico para fazer assistência. Quando nós iniciamos o projeto com a Itaipu, intensificamos ainda mais. Como faz pouco tempo, sem produção, ela está parada. Mas, mesmo assim, está dando resposta. Porque não é de graça que um assentado anda 90 km, lá do assentamento da Andria, em Diamante do Oeste, que busca o equipamento, leva para lá e fica um ano, faz polpa e entrega em um projeto do governo que é o PAA, recebendo seis a sete reais e meio, o quilo de polpa de abacaxi. Não é de graça que a gente faz isso. Mas, aquela família percebe isso e tem uma valorização por isso. A renda dela melhorou, é o produto dela que está saindo, e a Andria é o assentamento da nossa brigada que desde o início - são quase dez anos- não plantam nada com veneno. É só agroecológico, só orgânico. Tem toda uma definição política das famílias na produção do assentamento [...] e com tudo isso buscar certificação, que daí é um outropasso. Tem umas lutas pra ver se conseguem certificação em parceria. Não é fácil, nem um pouquinho fácil. Então, quem planta agroecológico diz que tem selo, significa que tem muito investimento, não só de mão-de-obra, mas, financeiro também. Não é barato não.²³⁶

A exemplo desta parceria com a Itaipu, os equipamentos oriundos de projetos não ficam apenas no assentamento Antônio Companheiro Tavares, sendo destinados aos outros assentamentos de acordo com as necessidades e possibilidade de funcionamento, ou de fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra. “Classificador de sementes temos na “Andria”, cozinha comunitária em Ramilândia, outra em Matelândia no acampamento “Chico Mendes”, as hortas comunitárias estão na “Andria”, em Matelândia e Ramilândia”, informa

²³⁵ - A Usina Hidrelétrica de Itaipu é uma empresa binacional localizada no Rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai. Construída por ambos os países no período de 1975 a 1982, Itaipu é hoje a maior usina geradora de energia do mundo. Durante a instalação da Itaipu, foi necessária a desapropriação de 42.444 pessoas onde 38.440 eram trabalhadores e trabalhadoras do campo, o que gerou inúmeros problemas sociais. Parte dessas famílias viviam às margens do rio Paraná e foram desalojadas, a fim de abrir caminho para a represa. Algumas dessas famílias vieram, eventualmente, a ser membros do MST. Com a inundação, as Sete Quedas (ou Salto Guairá), até então a maior cachoeira do mundo em volume de água, desapareceu. O município de Guairá recebe royalties da Itaipu pelo alagamento das Sete Quedas, antes um atrativo aos turistas. Ver mais In: <http://www.infoescola.com/geografia/itaipu-binacional/> acesso 24 jan. 2011.

²³⁶ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

Adriana.²³⁷ O objetivo, além da realização de um processo de melhoria na renda das famílias, é a produção agroecológica.

A despoldadeira ficou durante um ano no assentamento em Diamante do Oeste (Andria), onde teria contribuído nas atividades agroecológicas lá desenvolvidas, o equipamento, recentemente, foi devolvido ao ITEPA, mas não está sendo utilizado, porque, segundo as lideranças, não têm técnicos para dar assistência. Possivelmente, ela não esteja funcionando, necessitando de reparos. Existe o pomar, mas só o suficiente para a escola. Há a necessidade de ampliar a produção para viabilizar a utilização da despoldadeira. Ao que tudo indica houve falta de planejamento adequado para a utilização do equipamento no ITEPA e de adesão das famílias do Assentamento Antônio Companheiro Tavares à proposta de produção de frutas.

A certificação também é um elemento importante neste contexto, sendo uma exigência nos dias atuais.

Quem certifica na região é uma rede, a Ecovida²³⁸. E para a Ecovida certificar, ela tem que acompanhar a família durante um bom tempo. Se a família vai plantar a horta agroecológica, significa que o adubo que usa na horta não pode ter nada com química, não pode nem dar químico para as vacas, nem para as galinhas, nem para o suíno, é uma rede tudo isso. O vizinho não pode passar veneno lá. A água que vem não pode ser contaminada. Por isso que é muito amplo e que vem de muito tempo para poder ser certificado.²³⁹

Para o educador e engenheiro agrônomo Alan Coutinho a certificação apresenta muitas dificuldades:

Enquanto não mudar o sistema, não tem como. Só existirá agricultura com sustentabilidade neste país e no mundo, quando mudar o sistema político. Se o sistema político for: *eu tenho que plantar, colher, vender, obter lucro e acumular. Não vai resolver. Lucro não combina com sustentabilidade. A gente tem que gerar renda. Agora, acumular é outro tipo. Sustentabilidade com lucro? Não existe a discussão com as famílias em obter 30% no preço. A discussão com a via camponês quebrou a discussão antiga de discutir com o camponês de 30% no PAA. Não é isso que a gente quer. Se a gente for*

²³⁷ - Idem.

²³⁸ - O funcionamento da Rede é descentralizado e está baseado na criação de núcleos regionais. O núcleo reúne membros de uma região com características semelhantes que facilita a troca de informações e a certificação participativa. Atualmente, a Rede Ecovida conta com 23 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização. Ver mais: <http://www.ecovida.org.br/a-rede/> acesso 08 jan. 2012.

²³⁹ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

discutir a agroecologia com as nossas bases no intuito de mais dinheiro, aí é erro, não vai ter mudança. Tem que ser agroecológico. Nossa briga não é certificado. Se a gente parar nossos trabalhos de militância e trabalhar para discutir certificação, desde quando certificação gerou discussão política? Se certificar tudo bem, vou vender com 30% a mais no PAA, no PNAE, na merenda escolar, posso botar uma banca com os produtos orgânicos a dez reais o quilo do produto. Mas, e o benefício político para a sociedade? Se tem mais renda, tudo bem. Por isso que, para nós, a agroecologia se faz no debate político, a gente não faz mais debate técnico (certificado), em agroecologia o primeiro passo é a conscientização da nossa base produtora sobre a agroecologia. A Ecovida é interessante, mas não sei qual é o problema que eles tem. Qual é a razão que não é transgênica? E aí é difícil, não vai certificar ninguém. A lei foi feita pela burguesia. Participam técnicos com boa concepção de agroecologia, mas não tem consciência política. Ao invés de destravar, amarra a certificação. Se tudo que o colono fizer for podado. Ai acabou o colono (Grifos meus).²⁴⁰

O relato aponta para a questão da sustentabilidade vinculada à geração de renda, aliada à necessidade de mudança no sistema. Para que isso ocorra de maneira satisfatória, a COOPERCAM desenvolve trabalhos junto aos assentados com o intuito de agilizar a comercialização dos produtos, para melhorar a renda e as condições de vida no assentamento e de introdução dos produtos agroecológicos no mercado. O principal objetivo da cooperativa, segundo o assentado Gilberto Britzke, é a construção de uma agroindústria de leite, envolvendo famílias de assentamentos da região.

A COOPERCAM, não é objetivo só do assentamento, é da região como um todo, de outros assentamentos, mas com a facilidade de ter a sede aqui pela localização, pela estrutura que tem, inclusive do ITEPA. É uma cooperativa das famílias que estão se associando e tentando construir [...] na linha do leite, na venda para merenda escolar, prefeituras da região e feiras. Temos feito um trabalho para estar vendendo em Foz do Iguaçu. Além do leite, tem pão, bolacha, todos os derivados de fruta e doces. Em parceria com a CONAB, tem a venda direta que acaba proporcionando para a gente uma renda extra.²⁴¹

Para os assentados e para os educandos, a cooperativa é um facilitador na comercialização dos produtos e que, vinculada ao ITEPA, proporciona aperfeiçoamento aos produtores assentados. Nas palavras da educanda Delvânia Gonçalves da Silva:

Aqui é um local que ajuda na formação dos assentados, pois tem um instituto que tem a cooperativa vinculada. Ao mesmo tempo, esse centro aqui ajuda na comercialização de produtos através da COOPERCAM, tem a ligação, como é um centro para os produtores assentados, tem cursos da EMATER, cursos de profissionalização de alguns dias, até Encontro Nacional do MST.

²⁴⁰ - COUTINHO, Alan D. Limeira. Entrevista citada.

²⁴¹ - BRITZKE, GILBERTO. Entrevista citada.

Os jovens de outros assentamentos vem aqui. É um espaço de formação, tanto para os produtores quanto para nós.²⁴²

Os educandos que residem no assentamento Antônio Companheiro Tavares participam das atividades da cooperativa e percebem este momento como aprendizado, que oportuniza o trabalho de colaboração aos assentados. “Eu e a Delvânia estamos inseridos na cooperativa. A gente cuida do PNAE,²⁴³ do controle e entrega dos alimentos. Vemos que é preciso mais higiene e cuidado com os produtos entregues”, relata Marcos Hartmann.

O educando aponta questões importantes que estão sendo trabalhadas pelo Curso, como a melhoria e o cuidado com os produtos entregues, desde a higienização até o armazenamento. Necessidades estas que se fazem presentes e podem ser feitas a partir de orientações básicas, como por exemplo, quando os educandos buscam mobilizar a comunidade para questões de maior cuidado com os produtos entregues ao PNAE, valorizando ainda mais a produção e o manejo.

O Curso incentiva, ainda, o educando a avaliar a história da agroecologia, como o momento em que se desencadeou a Revolução Verde,²⁴⁴ conceituando assim, o modelo capitalista de produção, os fatos históricos e o surgimento dos principais movimentos alternativos de agricultura. As aulas visam abordar os sistemas agroecológicos de produção animal e vegetal, com base na compreensão dos fatores ambientais, adotando estratégias ambientalmente corretas no manejo e conservação do solo e água, na escolha de espécies, raças e variedades, fertilização do solo, no controle de pragas e de plantas espontâneas, sendo necessário que os educandos tenham conhecimento da atual legislação brasileira sobre a produção orgânica.

²⁴² - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

²⁴³ - O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Ver mais In: <http://www.acaofomezero.org.br/> acesso 10 jan. 2012

²⁴⁴ - O programa teve início em meados do século 20, quando o governo mexicano permitiu os EUA, a fazer estudos sobre a fragilidade de sua agricultura. Cientistas criaram novas variedades de milho e trigo de alta produtividade, fazendo com que o México aumentasse sua produção. Essas sementes foram, em seguida, introduzidas e cultivadas em outros países, também com ótimos resultados. "O impacto social da revolução verde, na medida em que ajudou a erradicar a fome no mundo, fez com que Norman Ernest Borlaug, considerado o pai do movimento, ganhasse o Prêmio Nobel da Paz em 1970", diz o engenheiro agrônomo Fábio Faleiros, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Mais tarde, o programa passou a sofrer críticas. Questiona-se a sustentabilidade de um projeto que toma por base monoculturas, fazendo uso em grande escala de fertilizantes, agrotóxicos e insumos de alto custo, além dos maus tratos ao meio ambiente. Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml acesso 10 jan. 2012.

O desenvolvimento de práticas agroecológicas nas comunidades de origem envolve esclarecimento e convencimento dos assentados. Sabedor de que este é um processo lento, o educando Edelvan Carvalho relata como ocorre esse processo no pré-assentamento “Eli Vive hoje”, localizado em Londrina/PR e que possui aproximadamente seiscentas famílias:

Várias coisas do nosso dia-a-dia de aula, estamos repassando. Estamos fazendo uma horta Mandala, ela é em círculo e no meio tem um reservatório. Essa horta, nós iniciamos, fizemos um projeto e o povo falando que não iria dar certo. Conseguimos concretar o meio e fizemos os canteiros e o povo não acreditava - pois nosso povo é teimoso – eu construí com outras pessoas. Estamos em cinquenta pessoas no Setor de Produção. Também trabalho no escritório, no controle das plantas e do combustível. O povo tem confiança em mim, mas muitos ficam em dúvida. Estamos tentando construir o PNAE e o PAA no assentamento para a parte econômica, mostrando que a agroecologia é possível, trabalhando com os técnicos que estão lá, mas é um processo longo.²⁴⁵

A realidade do assentamento onde reside o educando Edelvan não é muito diferente da realidade de outros assentamentos. O fato dos assentados conhecerem a pessoa do educando gera confiança no trabalho desenvolvido por este, porém, as dúvidas estão relacionadas à introdução de práticas estranhas às formas tradicionais da cultura das famílias assentadas. Como ocorre nas atividades realizadas no pré-assentamento “Valmir Motta de Oliveira” em Jacarezinho/PR:

No assentamento estamos desenvolvendo a horta. Os educadores passam trabalho no Tempo Comunidade, que é onde podemos mostrar o que aprendemos aqui na escola [...] sabemos da dificuldade que o movimento encontra para ter técnicos, pois queremos técnicos que entendam a realidade e que possam contribuir. Aplicamos a técnica de *biofertilizantes*²⁴⁶, estudamos aqui, pesquisamos em livros e fazemos as *composteiras*²⁴⁷, também já fizemos *alporquia*, que é simples, mas se não exercer na prática não aprende. Além disso, estamos sempre atuando nas questões políticas, na

²⁴⁵ - CARVALHO, Edelvan. Entrevista citada.

²⁴⁶ - Os biofertilizantes ou fertilizantes orgânicos, não geram problemas referentes à salinização do solo e níveis de desertificação como ocorre com o uso de fertilizantes químicos. Auxiliam na autossuficiência da propriedade rural, seu custo é baixo, geram uma produção mais saudável, propiciam o manejo agroecológico da área produtiva e a manutenção do equilíbrio nutricional das plantas, a defesa perante as pragas, gerando maior formação de proteínas. Em geral, são compostos bioativos, formados a partir de resíduos finais de fermentação de compostos orgânicos com células vivas, bactérias, leveduras, algas e fungos filamentosos. Disponível em: <http://www.infoescola.com/ecologia/biofertilizantes> acesso 10 fev. 2012.

²⁴⁷ - É um sistema de reciclagem dos resíduos orgânicos onde minhocas e microorganismos transformam restos de alimentos em adubo, utilizando-se de um reservatório que pode ser construído de diferentes formas: barril, tonel, recipiente confeccionado de tijolo, de madeira ou tela de arame. Este reservatório geralmente é aberto no fundo e pode ser tampado em cima para proteger o composto do excesso de umidade. Disponível em: <http://www.recicloteca.org.br/Default.asp?ID=37&Editoria=5&SubEditoria=15&Ver=1> acesso 10 fev. 2012.

organicidade, ajudando na coordenação e nos trabalhos em grupo na comunidade (Grifos meus).²⁴⁸

Para o educando Lucas Nogueira Carvalho, do assentamento “Dorcelina Folador”, de Araçongas/PR:

O assentamento já nasceu com a idéia da agroecologia e, com o tempo passando, estamos em doze anos de assentamento. Como trabalha muito com gado, as técnicas estão voltadas ao pasto e ao manejo. O pessoal vai absorvendo as informações e vai avaliando o mesmo processo que a gente tem aqui. Mas é lento. Tem o cultivo de café. Meu pai foi vender o café e todo mundo elogiou, tenta-se trabalhar com a agroecologia, com a quantidade de material orgânico no solo, qualidade de conservação. O café por não ser carpido, cresceu o mato e ficou melhor ainda. Os vizinhos também começam a aplicar a adubação verde²⁴⁹, vê que dá certo, mas vai se dando lentamente [...] muitas vezes não temos os meios, as sementes, mas tudo que conseguimos produzir já é alguma coisa.²⁵⁰

Os educandos falam da aplicabilidade das técnicas estudadas no Curso, não como uma receita pronta, mas como uma forma de iniciar os trabalhos empiricamente, de acordo com as necessidades encontradas nos assentamentos. Estas são formas de valorização da cultura camponesa e de ampliar a teoria aprendida, por meio de diálogo e de trabalho.

Ao entrevistar Alcides Hartmann, morador do assentamento Antônio Companheiro Tavares, foi possível perceber algumas contradições. Mesmo tendo formado um filho Técnico em Agroecologia e ter o outro filho estudando no ITEPA, ele conta sobre a dificuldade de manter-se no sistema agroecológico de produção:

A proposta do INCRA foi de mil reais para arvoredo (...) agora tem a reserva legal, (...) era pra cada um, de inicio, fazer um cantinho, no investimento de 20 mil reais, mil era pra isso e teve um pessoal que plantou arvoredo. (...). O movimento e o INCRA sustentaram essa proposta por uns dois ou três anos. Aqui temos vaca de leite, milho (...) veneno temos umas manchas, a gente planta milho. Nós no começo não usávamos veneno, estávamos naquela proposta, mas aqui em roda todo mundo “abriu as pernas”. Nós somos contra o veneno, na horta e

²⁴⁸ - BARBOZA, Andréia Constante. Entrevista citada.

²⁴⁹ - O manejo correto do solo é essencial para a agricultura orgânica, pois, prioriza a manutenção da matéria orgânica, através da adubação verde, cobertura de solo e outras práticas que não agredem o meio ambiente. Diferentemente do cultivo convencional que utiliza insumos modernos, fertilizantes químicos que são violentos acidificadores do solo e que aumentam o custo da produção das culturas que adicionado aos agrotóxicos contaminam o meio ambiente, causam prejuízos à vida do solo e a saúde das pessoas. Parte dos adubos químicos são lixiviados, ou seja, vão parar nos rios, lagos e lençóis freáticos e parte evapora, como os nitrogenados (uréia), que sob a forma de óxido nitroso pode destruir a camada de ozônio, uma das causas do aquecimento global. Ver mais: <http://www.jvanguarda.com.br> acesso 15 jan. 2012.

²⁵⁰ - CARVALHO, Lucas Nogueira. Entrevista citada.

arvoredo não usamos. Mas hoje não tem como, aqui tudo em roda tem veneno (Grifos meus).²⁵¹

O Sr. Alcides aponta ainda outra questão importante que justifica a pouca participação do assentamento junto ao ITEPA:

Tem um “raxa” na escola, uma birra das pessoas que não querem que as coisas se desenvolvam. Na verdade a escola foi mais [proposta] da estadual e da nacional. Aqui o pessoal já tinha um pouco de resistência, não queria a escola. Sei lá, o movimento pensou. Já tinha até umas vacas, aí o movimento pensou na escola, no agroecológico, pra formar militância, formar militante e tudo. Mas sabe que o movimento também mudou a questão política não é como vinte anos atrás, que todo mundo era da roça, todo mundo tinha vocação pra terra, tudo filho de agricultor e que morava com o pai. Hoje, num acampamento você vai ter que pegar gente da favela, (...) eu estou com quatro filhos, tenho dois já assentados, todos na roça, (...) mas tem gente aí que os três filhos estão na cidade trabalhando. (...). Mudou as coisas, a sustentação no movimento é fraco. Quem tem uma proposta coletiva no assentamento pra você “guntar” não é fácil (Grifos meus).²⁵²

Na fala do Sr. Alcides percebe-se que a construção do ITEPA não era do interesse de todos os moradores do assentamento, mas foi proposto por algumas lideranças e dirigentes do Movimento. Talvez, a resistência não tenha sido exatamente em relação à escola, mas ao tipo de escola pretendida e para qual finalidade. A escola foi pensada pelas lideranças para ser espaço de formação dos assentados e seus filhos, visando o fortalecimento das práticas coletivas e agroecológicas, bem como para a formação de militantes.

A maior parte das famílias, entretanto, resistiu já nas primeiras semanas à proposta das lideranças de coletivizar a terra. Assim, ocuparam os lotes individualmente, sendo seguidas, meses depois pelas demais famílias que cultivavam a terra em conjunto. Nos lotes, a preocupação passou a ser de cultivar e de se manter na terra. Além disso, segundo o entrevistado, a maioria dos assentados tem um sentimento de desconfiança em relação à militância do Movimento, por pregarem a produção agroecológica sem exercerem diretamente as atividades na terra.

A narrativa aponta para um “raxa” no ITEPA, e isso é possível verificar nas falas dos integrantes da CPP, colaboradores e com os próprios educandos, ao relatar a falta de abertura que mantém com os assentados e a pouca participação nas atividades do ITEPA. Entretanto, nos trabalhos com a COOPERCAMP, parte das famílias do Assentamento têm participado,

²⁵¹ - HARTMAN, Alcides. Entrevista realizada por Davi Félix Schreiner e Simone Tatiana Pedron em 25 de agosto de 2012 no Assentamento Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguauçu.

²⁵² - Idem.

talvez por entenderem que seus esforços sejam recompensados na valorização da produção e geração de renda através dos programas do governo como o PNAE e o PAA. Segundo informes da COOPERCAMP, atualmente estão cadastradas, para os referidos programas, 42 famílias do Assentamento e outras 348 da Região Oeste do Paraná.

No entanto, como observa Sr. Alcides, houve mudanças políticas nos últimos 20 anos no Movimento. Para ele, o MST já não tem mais a mesma força e sua base social, ao contrário de alguns anos atrás, quando era em sua maioria formada por trabalhadores que viviam no campo, atualmente grande número é oriundo das periferias das cidades. Pessoas que nasceram no campo e pela expansão do capitalismo foram empurradas para as cidades, em busca de melhores condições de trabalho, mas tentam retornar, ingressando no MST.

Neste sentido, a fala retoma a ideia da valorização do modo de vida do camponês, modificado na experiência da vida da cidade, mas que passa a ser recriado e resignificado na luta pela terra e por práticas educativas, como as desenvolvidas no Curso de Técnico em Agroecologia. A educanda Luciane Aparecida Gresco, que reside no acampamento “Sete de Setembro” em Renascença/PR, indica para esse processo. Conta ela que,

Nas brigadas, o projeto do PAA e da merenda escolar, aquisição de alimentos, onde todos os educandos participam, orientando nas questões agroecológicas. Estamos fazendo uma agrofloresta e alporquia para aumentar a plantação de frutas [...] foi tirado um pedaço de terra para a gente plantar. Da brigada, somos dois companheiros, mas não moramos no mesmo acampamento. Influenciamos, conversamos e tem um grupo de oito pessoas que trabalham com a agroecologia, não usam veneno. Foi aos poucos. Deu certo e falaram que foi a melhor coisa que aconteceu para eles. Estou dois anos no curso e espero contribuir mais e com o máximo de pessoas, lá são cinquenta e duas famílias.²⁵³

Conforme a fala da educanda, os projetos do governo são uma forma de distribuição dos produtos agroecológicos, reconhecidos na sociedade pela sua qualidade, livres dos agrotóxicos e saudáveis para o consumo humano. Ao mesmo tempo em que o assentado tem um retorno econômico para investir e melhorar a produção. O Brasil, no entanto, ainda está em primeiro lugar em consumo de agrotóxicos. Venenos, proibidos em diversos países, ainda são utilizados em nosso País. Os agrotóxicos, sobretudo se utilizados de forma indiscriminada e sem controle adequado no manuseio, implicam em contaminação dos ecossistemas, das matrizes híbridas e atmosférica, produzindo sérios problemas à saúde dos moradores do campo e da cidade. Sobre este tema o MST destaca em seu site que:

²⁵³ - GRESKO, Luciane Aparecida. Entrevista citada.

Entidades nacionais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) vem alertando a Presidência da República sobre essa questão. É urgente e necessário um maior controle, por parte do Estado Brasileiro, no registro de agrotóxicos e ao mesmo tempo dos produtos que não são permitidos no país. Estudos do campo da Saúde Coletiva evidenciam que, o nível e a extensão do uso dos agrotóxicos no Brasil está comprometendo a qualidade dos alimentos e da água para o consumo humano. Neste contexto, é importante destacar que o direito à alimentação e nutrição adequada, de acordo com a emenda constitucional 64/2010, está sendo violado. As práticas de pulverização aérea desses biocidas contaminam grandes extensões para além das áreas de aplicação, impactando toda a biodiversidade do entorno, incluindo as águas de chuva. Um caso recente e emblemático, sobre o papel da saúde coletiva para evidenciar esses impactos, foi o estudo sobre contaminação de leite materno com agrotóxicos no Mato Grosso. Os pesquisadores Wanderlei Pignati e Danielly Cristina Palma, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso, conduziram uma importante pesquisa, com impacto na mídia nacional. Infelizmente, esses sanitaristas vêm sofrendo pressões de toda a ordem em função da gravidade de seus achados. Isso remete à necessidade de uma reflexão no âmbito da Abrasco voltadas para a criação de mecanismos que garantam proteção a cientistas que estão sendo ameaçados por grupos de interesses comerciais, nesse caso o agronegócio. A bancada ruralista e as corporações transnacionais, responsáveis pelo agronegócio e pela indução e ampliação do pacote tecnológico agrotóxicos-transgênicos-fertilizantes, também fazem pressão constante sobre os órgãos reguladores, no sentido de flexibilizar a legislação.²⁵⁴

No dia 07 de abril de 2011 (Dia Mundial da Saúde), foi lançada a *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*, pela Via Campesina juntamente com as organizações sociais, academia e instituições de pesquisa. A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) foi convocada para aderir a esta campanha, conforme moção aprovada no I Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental, realizado em Belém(PA), em dezembro de 2010. Em seu 5º Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, realizado entre os dias 17 e 20 de abril de 2011, na Universidade de São Paulo (USP), alertou a população e as autoridades públicas responsáveis para a necessidade de medidas emergenciais a serem tomadas neste sentido.

Observei durante a pesquisa de campo, que os educandos do ITEPA se engajaram nesta campanha contra o uso de agrotóxicos, a partir da realização de debates durante as aulas e fazendo uso de materiais de apoio como artigos, textos, filmes e cartazes, prepararam oficinas que aconteceram em diversas turmas de escolas públicas do município de São Miguel

²⁵⁴ - Disponível em: <http://www.mst.org.br/> acesso em 12 jan. 2012. E <http://www.contraosagrototoxicos.org/>. A campanha tem apoio de várias entidades, entre elas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), MST, Via Campesina, Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MBA), Assembleia Popular e outras. O site reúne reportagens, pesquisas e notícias além de trazer um documentário sobre o tema. De acordo com dados publicados no site, o brasileiro consome até 5,2 litros de agrotóxico por ano.

do Iguazu, durante a semana de 16 a 22 de outubro de 2011, levando o assunto para além das comunidades dos assentamentos.

Por ser uma região agrícola, onde o uso de agrotóxicos é quase que uma unanimidade, a conscientização de jovens estudantes das escolas municipais e estaduais que não fazem parte do Movimento, é um novo passo na luta por mudança de atitudes. Como uma forma de alerta e buscando unir forças na sociedade local em relação aos malefícios provocados pelas práticas convencionais, as oficinas buscaram multiplicar conhecimento e iniciar um trabalho significativo contra o uso de agrotóxicos.

Neste sentido, para o MST é necessário produzir conhecimentos no diálogo com os assentados, visando mudanças de atitudes e a adoção de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis.

3.3 – O Diálogo de Saberes

Entre os princípios pedagógicos da Educação do MST está a “atitude e habilidade de pesquisa”,²⁵⁵ relacionando-se à necessidade de compreender a realidade para transformá-la. Propõe-se, assim, que a forma de socializar criticamente o conhecimento apreendido durante o Curso, “o estranhamento da realidade (que rompe com a naturalização do olhar), o inquirir/pesquisar, deve ser uma *postura de vida*”²⁵⁶. Neste sentido, o Seminário Nacional “O MST e a pesquisa”, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, em março de 2007, deu origem a um documento-síntese que aborda a questão da pesquisa:

O Movimento compreende e assume a pesquisa enquanto produção e socialização de conhecimento novo em pelo menos duas dimensões: (i) como uma necessidade essencial, vital e orgânica para a Organização, pois sem pesquisa não há conhecimento científico para fazer a transformação, ou seja, a pesquisa é também “ferramenta” da luta política; (ii) como princípio educativo que deve perpassar o trabalho das escolas e cursos, portanto como uma “estratégia de formação” de quadros no Movimento.²⁵⁷

²⁵⁵ - Cf. MST. *Caderno de Formação nº 8*. op. cit. p. 22.

²⁵⁶ - ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. *Instituto de Educação Josué de Castro: Método pedagógico*. Veranópolis: Cadernos do ITERRA, n. 9, 2004. p. 32.

²⁵⁷ - ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. *II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”*. Veranópolis: Cadernos do ITERRA, ano VII, n. 14 nov. 2007. p. 112.

A pesquisa no MST, além de ser instrumento de capacitação dos técnicos, está atrelada a própria organização do Movimento, como fundamental na organização para a transformação política. Ou seja, a mudança de atitudes em relação ao cultivo e as técnicas já existentes, a concepção de sustentabilidade, a promoção e o cuidado com o meio ambiente estão associados a necessidade de continuar a luta pela construção de um sistema social menos desigual e mais justo. Neste sentido, formar técnicos capacitados para a atuação nos assentamentos visa também formar militantes engajados na luta pela reforma agrária e permanência na terra.

É nesta perspectiva que é desenvolvido o “Diálogo de Saberes, no encontro de culturas”, durante e a partir do Tempo Comunidade na relação com o Tempo Escola, no Curso de Técnico em Agroecologia, enquanto pesquisa para a elaboração dos Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Diálogo de Saberes é uma forma pedagógica desenvolvida em escolas técnicas do MST, na capacitação de Técnicos em Agroecologia (níveis médio, pós-médio, tecnológico). Trata-se de um método de atuação técnico-político na organização dos trabalhadores pelos movimentos sociais do campo, em favor da agroecologia e de formação política. Surgiu, a princípio, para problematizar a atuação dos profissionais da assistência técnica dos assentamentos de reforma agrária e, desde 2005, vem sendo trabalhado em uma unidade didática nos cursos. Em 2007, o Diálogo de Saberes, tornou-se um instrumento fundamental para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Técnicos em Agroecologia.

Durante o II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”, citado anteriormente, passou-se a uma discussão maior sobre a qualificação das pesquisas desenvolvidas, num sentido de considerar as especificidades dos Cursos de Agroecologia, como uma iniciação à ciência, vinculando o Diálogo de Saberes ao TCC, já no ensino médio, pois a graduação é oferecida apenas na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA).

Conforme Nilciney Toná, o Diálogo de Saberes fundamenta-se na produção científica em três campos: na pedagogia freiriana (diálogo, antidiálogo, tema gerador), na agroecologia e no materialismo histórico. Além disto, é inspirado na experiência histórica das comunidades camponesas e na educação popular, como o *Programa Campesino a Campesino* (que ocorre em diversos países da América Central). Com vista nestes propósitos, a partir dos estudos realizados por Toná:

O Diálogo pode questionar as próprias relações na família, desta com a comunidade e/ou movimento social e a perspectiva de suas práticas em relação aos interesses de sua classe. Tanto no aspecto de promoção da Agroecologia quanto nas relações e práticas sociais, o método pode (e deve, de acordo com seus objetivos) apontar os limites e possibilidades de superação.²⁵⁸

O Diálogo de Saberes busca tratar de um campo diverso de referências, colocando a necessidade de pesquisa a partir da investigação das mediações, conexões e contradições entre estes campos. Como ponto de partida tem-se a história de vida da(s) família(s) e sua relação com a história da agricultura, da luta pela terra e do movimento social nos quais os sujeitos estão inseridos, enquanto classe trabalhadora. Além disso, proporciona o repensar de conteúdos que sejam significativos na interpretação das experiências de vida desses sujeitos e da própria compreensão da visão de mundo.

Neste sentido, a ideia de fazer o Diálogo de Saberes advém de contextos mais amplos, de tempos e espaços sociais vivenciados pelos trabalhadores em suas trajetórias e pelos conhecimentos produzidos e ou adquiridos no Curso. Neste sentido, o relato de Delvânia Gonçalves da Silva é significativo:

A imagem que a população tem de um camponês, é aquela pessoa atrasada, que não sabe muita coisa (...) eles conhecem a gente na cidade só pelo jeito de andar, só pelo tranco. Veio a questão do diálogo de saberes por que o camponês tem um conhecimento enorme, como a gente trabalha focalizado na produção alternativa, a gente procura trocar conhecimento, na verdade é mais uma troca de conhecimento do que uma pesquisa. A gente trabalha métodos alternativos, para estar trabalhando a agricultura. De certa forma muita coisa se perdeu. Ele sabe muita coisa, mas não sabe que sabe. A própria pessoa se torna reprimida, de tanto impulsionarem aquela ideia de dizer, “olha tu não sabe”, a pessoa do campo é atrasada. Então é trocar conhecimento. Como a gente tá aprendendo novos processos alternativos de trabalhar, novos estudos, novas experiências, e ele tem. A pessoa do campo, que se criou no campo, tem muitas práticas, até de trabalhar com os alimentos, pelo fato de antigamente não existir geladeira, freezer (...) a intenção é trocar conhecimento mesmo. Ir lá no fundo, jogar questões pra gente obter este conhecimento dele. E também estar repassando porque aponta limites, dúvidas, a gente vai ver as contradições (...) a intenção é essa: trocar conhecimento da cultura.²⁵⁹

A fala trata da busca pela significação de uma cultura camponesa, na valorização de um conhecimento que não é, muitas vezes, reconhecido. No seu reconhecimento, como do

²⁵⁸ - TONÁ, Nilciney. *Elementos de reflexão sobre o “diálogo de saberes” nas experiências formativas dos movimentos sociais no Paraná*. Guararema: ENFF e URRJ, 2008. p. 8. Monografia.

²⁵⁹ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

campo, é visto na cidade pelo seu jeito, sua fala, seu andar e, por isso, muitas vezes tratado como uma pessoa sem conhecimentos, que “por não ter estudo” ou “por estar na roça”, é considerado atrasado para a sociedade, levando o próprio camponês a pensar que nada sabe. Mas, ele próprio “não sabe que tem” e não atribui sentido às práticas alternativas de produção, que estão esquecidas e poderão ser retomadas, articulando-as a novas técnicas produtivas ecologicamente mais adequadas. Nesta atividade, os educandos poderão levantar tais questões e, ao mesmo tempo, mostrar, por exemplo, os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos.

Esta atividade de pesquisa é trabalhada no ITEPA, enquanto unidade didática para a realização de atividades coletivas, durante o Tempo Escola, coordenadas por um educador ou pela CPP. Os educandos ainda realizam atividades individuais durante o Tempo Comunidade, com três famílias do próprio assentamento de origem, que são avaliadas posteriormente sob a forma de relatórios. As trocas de experiência ocorrem através de oficinas e debates entre os educandos, o educador e a CPP.

Para além de ser parte fundamental da pesquisa na realização do TCC, o Diálogo de Saberes, como mostra José Maria Tardin, tem como objetivo:

A busca de um sistema de compreensão e planejamento dos agroecossistemas familiares ou coletivos, partindo-se da história dos indivíduos e do ambiente que gestionam, de modo a valorizar seus processos históricos [...] correlacioná-los e problematizá-los à luz da história da agricultura e dos movimentos sociais a que pertençam e das potencialidades e limitações ecológicas e agrícolas do ambiente local, de modo a alcançar o desencadeamento da experimentação em agroecologia.²⁶⁰

A valorização dos processos históricos das famílias dos trabalhadores é instigador para a realização das investigações. O fato do Diálogo de Saberes ser integrado com o TCC é construtivo, sob a ótica da pesquisa, pois a elaboração vai sendo realizada ao longo do Curso, e não apenas ao final. Conforme esclarece Adriana de Andrade:

Existe a monografia. Por mais que seja um Curso Técnico com nível de ensino médio, tem que apresentar um trabalho de conclusão de curso. Não é nada muito aprofundado, mas tem que cumprir com a exigência do IFPR e os educandos tem aulas de Metodologia de Pesquisa. Nesta etapa terão que escrever o projeto de pesquisa. Para as atividades práticas, a proposição é casar esse projeto de pesquisa com o Diálogo de Saberes que a gente faz. Diálogo de Saberes é uma vivência, de fato para conhecer a si e as famílias. Estamos trabalhando especificamente nesta turma, em conhecer a sua

²⁶⁰ - TARDIN, José Maria. *Diálogo de saberes no encontro de culturas: Sistematização nº 02*. Lapa: nov. 2006, p. 1. Mimeo.

própria família e mais uma. Conhecer a vida do pai, da mãe, através de entrevistas, de conversa que vão registrando tudo, do jeito que a família conta, eles anotam. E depois junto com o educador vão fazendo uma análise crítica da história de sua própria família. É conhecer mesmo a realidade. Desenvolvendo um processo de monografia.²⁶¹

Especificamente na turma em questão, os educandos estão pesquisando três famílias, na turma anterior o número de famílias pesquisadas era de oito. Optou-se pela redução do número de família devido à amplitude de informações e contextos a serem analisados. Através do Diálogo de Saberes, o educando busca conhecer, pesquisar e resignificar a própria história. Ou seja, a pesquisa não ocorre separada da vida prática.

A gente trabalha com três famílias. É um encontro de culturas. O diálogo de saberes não é uma entrevista como vocês fazem é um diálogo, mas a gente conversa com a família. Puxa todo o resgate histórico da família. As práticas alternativas que eles praticavam lá dentro da família a infância, o que foi se perdendo através da revolução verde, ai tem um processo de análise. A gente analisa o que o camponês aprendeu lá atrás e que vem se perdendo através da revolução verde. A gente focaliza muito isso, voltado pra nossa área. O que influenciou isso, ai a gente vem trazendo até a realidade atual, a opinião deles sobre o mundo, tenta perceber se tem uma visão ingênua, uma visão mais crítica sobre a sua realidade e tudo.²⁶²

Ao finalizar o diálogo de saberes a educanda escolheu trabalhar com o tema da produção leiteira, pois foi o que norteou o diálogo com as três famílias e também por ser a base econômica do assentamento em que vive. “Não tem nenhuma família que não produz leite aqui dentro. Só que a gente percebe que nenhuma das três famílias faz o manejo correto do gado, nem na minha própria família a gente faz o manejo correto do gado”²⁶³.

Já o educando Marcos Hartmann vem desenvolvendo seu trabalho junto aos assentados na área da fruticultura, pois se trata, segundo ele, de “uma dificuldade que todo mundo apresentou, tem pouco conhecimento nesta área. Ai eu estou fazendo mais pela importância que a fruticultura tem pra nós, tanto pelo econômico quanto na alimentação da gente”²⁶⁴.

As atividades realizadas junto aos assentados, desde o levantamento de dados da propriedade, da produção, das trajetórias das famílias e dos projetos desenvolvidos nos lotes, resulta, como já vimos, em uma monografia. O trabalho de conclusão de curso, como também

²⁶¹ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

²⁶² - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

²⁶³ - Idem.

²⁶⁴ - Hartmann, Marcos. Entrevista citada.

é conhecido a monografia, é exigido em todas as escolas de agroecologia do Paraná, com defesa perante uma banca examinadora. Para Célia Regina Vendramini “o MST ousa ao incluir os TCC nos cursos de nível médio. E faz muito bem. Não considero que esta seja uma exigência incompatível com os jovens que estudam neste nível de ensino”²⁶⁵.

Todavia, Vendramini, ainda aponta para as condições em que são realizadas as pesquisas, perpassadas por inúmeros fatores limitantes, entre eles, a falta de recursos materiais como (laboratórios, equipamentos, livros de orientação teórica e metodológica), além dos educadores que não possuem tempo disponível para dedicar-se a escola, ao curso e a pesquisa, pois atuam como voluntários. Esta realidade é encontrada em diversas escolas do MST, não apenas do ITEPA.

Existem, ainda, fatores como as deficiências da própria formação dos educandos, que é um limite na educação do campo, ainda não superado nos diferentes níveis de ensino. Neste sentido, a pesquisadora Maria da Glória Gohn aponta para a questão da insuficiência na apropriação teórica e para a precariedade de investigação, que limita a pesquisa a mera descrição, não apenas nas escolas do MST: “nas pesquisas acadêmicas sobre o cotidiano da escola, é raro encontrarmos exemplos que superem a descrição de sua aparência, que expliquem, de forma crítica e abrangente, o pesquisado”²⁶⁶.

Neste contexto, o MST ainda está num processo de construção da concepção sobre agroecologia, entendendo-a como parte de um projeto político de transformação da sociedade, buscando tecnologias que restaurem a harmonia entre homem e natureza e que não se reduza aos interesses da acumulação capitalista. Há que se aliar a metodologia com o saber elaborado pelas vivências das famílias assentadas e não apenas contrapondo o popular ao científico.

Desta forma a pesquisa no ITEPA enfrenta limitações que estão ligadas a várias questões como:

A questão das disciplinas por área de conhecimento e alguns tempos educativos que são muito mecânicos, tem que organizar o tempo de reflexão escrita e o tempo leitura. Potencializar, criar mecanismos para potencializar isso dentro do ITEPA, uma das coisas do curso que vai para além do curso na escola, é a pesquisa de fato. De fazermos experiência mesmo e pesquisa

²⁶⁵ - VENDRAMINI, Célia Regina. *Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo*. Campinas: Cad. Cedes, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.p. 100.

²⁶⁶ - GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas*. *EccoS* – Revista Científica, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005. p. 269.

científica, ter alguém que no tempo, que não estão aqui acompanhar essa pesquisa, essa é uma limitação.²⁶⁷

Adriana de Andrade comenta que a questão da rotatividade dos educadores dificulta o trabalho de acompanhamento da pesquisa e o envolvimento dos mesmos nas atividades do ITEPA. Ao mesmo tempo em que existe a necessidade da pesquisa perpassar todo o Curso, extrapolando os limites de uma única disciplina, no caso Metodologia de Pesquisa.

Além disso, a potencialização dos tempos educativos (como o Tempo Leitura e o Tempo Escrita), que poderiam estar voltados à pesquisa, com educadores preparados no campo da agroecologia e responsáveis diretos pelas atividades, contribuindo no avanço da pesquisa desenvolvida no ITEPA.

Outra questão diz respeito às informações recolhidas sobre as práticas das famílias assentadas, por vezes riquíssimas, que necessitam ser problematizadas e comparadas a outros estudos existentes, todavia, da forma fragmentada como são trabalhadas as disciplinas, dificulta-se o trabalho coletivo e permanente dos educadores e educandos. Existe a necessidade de olhar para a totalidade, tornando o Diálogo de Saberes uma metodologia utilizada em cada disciplina e para estabelecer a relação entre elas. É preciso que a pesquisa “extrapole os limites de uma única disciplina e perpasse todo o curso”,²⁶⁸ pois, a dificuldade com os instrumentos teórico-metodológicos, que limita a leitura e a interpretação da realidade, deve ir além do saber dos assentados.

Dominique Guhur e Irizelda Silva, em seus estudos sobre a pesquisa nas escolas do MST/PR, afirmam que “a insuficiente apropriação dos conhecimentos agroecológicos e freirianos, vem colocando obstáculos a que o esforço em se construir uma relação dialógica camponês-técnico, por meio do Diálogo de Saberes, seja concluído a contento”, além disto, os autores enfocam ainda a separação ocorrida entre trabalho manual e trabalho intelectual estimulada na sociedade capitalista, responsável pela segregação da pesquisa científica aos centros de pesquisa e às universidades.²⁶⁹

Entretanto, Guhur & Silva, ao analisar os cursos das quatro escolas técnicas do MST/PR, apontam que se faz necessário abordar as avaliações positivas do Diálogo de Saberes como base para os TCC:

²⁶⁷ - ANDRADE, Adriana de. Entrevista citada.

²⁶⁸ - Idem.

²⁶⁹ - GUHUR, Dominique Michele Periotto & SILVA, Irizelda Martins de Souza. *Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST*. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/015.pdf acesso 20 jan. 2012.

Trata-se de instrumento que instiga a olhar para os agroecossistemas camponeses como uma totalidade, considerando as várias dimensões (produção, consumo, relações sociais, participação política, recursos naturais, etc.), e como parte de totalidades maiores (a economia local/regional, o modo de produção capitalista na agricultura, o bioma regional, o movimento social a que pertencem às famílias), malgrado as dificuldades. Também não se pode menosprezar a busca pela superação do processo anti-dialógico, muito presente nos TCC, mesmo com a mencionada insuficiência teórico-conceitual. A relação anti-dialógica evidenciou-se como um problema a ser enfrentado, não apenas nas relações técnico-camponês, mas também no interior das instâncias orgânicas do MST, como em outros processos sociais.²⁷⁰

No ITEPA, as pesquisas estão no estágio final e como conta a educanda Delvânia “a turma atrasou muito esta questão, por não vencer e estudar tudo, fechar toda a carga horária”. Assim, a turma, juntamente com a CPP, decidiu que o trabalho científico a ser produzido será um artigo: “não vamos fazer um TCC, pra gente poder dar conta vamos fazer um artigo, porque a nossa formatura está escalada pra março”²⁷¹.

A exemplo da avaliação de todos os educandos entrevistados acerca do Diálogo de Saberes, a de Marcos Hartmann também é positiva.

O Diálogo de saberes foi uma coisa nova quando o professor (...) começou dar, esquisita e complicada. Mas, depois que você vai a campo, conversando com os camponeses é uma coisa que eu gosto. Você vai interagindo com a família, ganha confiança e vai indo. O diálogo busca o todo da família, a vivência que a família teve e pra você fazer tem que ir a campo, tem que ir na família, tem que ter tempo disponível (...). Hoje a agroecologia é tudo pra mim, quando entrei tinha outra visão. Acho que a gente consegue produzir sem colocar veneno, sem contaminar tudo. Acho que a gente consegue produzir de outra forma, a natureza também te ajuda. Você percebe a mudança que dá trabalhar com a agroecologia. Mais diversidade. Muitas vezes no lugar que você vai não tem nada, só um desertão. A biodiversidade, os passarinhos tudo vai aumentando.²⁷²

Todos os educandos entrevistados demonstraram o interesse em atuar na área da agroecologia, continuando os estudos e, ao mesmo tempo, participando das atividades políticas do MST. É o que pretende Luciane Aparecida Gresco: “... vou ter possibilidade de fazer outros cursos, incentivando aqueles que não querem a agroecologia, incentivando a formação política. Tenho muitos planos: ajudar a brigada, os companheiros de casa, repassar os conhecimentos que adquiri”²⁷³.

²⁷⁰ - Idem. p, 13.

²⁷¹ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

²⁷² - HARTMANN, Marcos. Entrevista citada.

²⁷³ - GRESCO, Luciane Aparecida. Entrevista citada.

O incentivo que receberam das famílias e das comunidades de origem é exaltado nas falas, demonstrando o intento em retornar para desenvolver trabalhos em suas bases. Neste caminho iniciado, tem muito chão pela frente, como destaca Marcos Hartmann: “Na verdade eu quero aprender mais, conhecer mais. Pretendo fazer agronomia pelo Movimento. E aplicar os conhecimentos”²⁷⁴. Ou como sugere Andreia Constante Barboza:

Eu pretendo exercer as técnicas, exercer minha função de técnica no assentamento, mas também contribuir o máximo que puder com o Movimento porque uma oportunidade desta é muito boa e futuramente vai ajudar muito. Espero estudar mais, pois a agroecologia é um processo contínuo. A gente nunca vai estudar que chega.²⁷⁵

De forma bastante firme, Marcos Hartmann fala sobre a mudança que o Curso provocou na sua forma de pensar e fazer a leitura do mundo. Diz que se via como “... mais um que concordava com que o capital. Hoje não, eu já discordo”, e defende a mudança do seu próprio jeito de ser, de ser sujeito, bem como do modelo de produção no campo: “...penso que tem que ser diferente, (...), questionar também na questão de produzir. Eu tinha o sonho de ser fazendeiro, hoje não, hoje eu sou Sem Terra mesmo”²⁷⁶.

Neste processo educativo, de apreensão e produção de conhecimentos, entre os quais está a agroecologia, os sujeitos constroem trajetórias de vida, parte da qual, inseridos em uma escola diferente, com práticas e falas marcadas por um processo de construção, de luta, visualizando na capacidade do ser humano, a transformação social.

²⁷⁴ - HARTMANN, Marcos. Entrevista citada.

²⁷⁵ - BARBOZA, Andreia Constante. Entrevista citada.

²⁷⁶ - HARTMANN, Marcos. Entrevista citada.

CONSIDERAÇÕES...

O conhecimento continua e tem muito mais para ser conhecido. Essa luta não vai parar aqui. A gente vai dar continuidade. Hoje, nós precisamos lutar. Com armas não fazemos nada hoje. Mas com estudo e estratégia, sim.²⁷⁷

Ao trilhar o caminho que me trouxe até aqui, deparei-me com muitas incertezas, as quais foram diminuindo ou clareando. As certezas aos poucos foram sendo derrubadas, uma a uma no transcorrer do percurso, dando espaço para um conhecimento novo sobre práticas educativas. A realidade que acreditava conhecer passou a ter outros sentidos, outras formas e nuances. Muitos dos sujeitos que eu entrevistei, conhecia-os dos livros, das leituras teóricas, e das visitas de estudo de campo, na época da graduação.

Esta pesquisa possibilitou-me conhecer sujeitos com histórias de vida, experiências e trajetórias de lutas muito fortes, que expressaram a vontade de construir um novo sistema socioeconômico e político, um modelo de produção agropecuário alternativo, agroecológico. Nessa perspectiva a educação é considerada fundamental.

Para estes sujeitos a formação do homem omnilateral é um princípio que está vinculado ao trabalho coletivo e a auto-organização. A educação se faz no Movimento e com sujeitos vindos de diversos lugares, de diferentes culturas, com linguagens e saberes diferenciados, mas que vão se constituindo como sujeitos individuais e como coletividade. Como Adriana de Andrade declarou em sua fala: “Somos de uma única “família”, e nesta “família” tem que estender a mão, tem que ajudar, tem que vestir, tem que saber trocar a troca do conhecimento”, é um processo coletivo. Nesta troca de conhecimento, divide-se o que tem com os que chegam para aprender. E ter a oportunidade de aprender com estes sujeitos me faz acreditar cada vez mais em uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores.

Embora em meio a condições desfavoráveis, como a falta de um quadro de educadores permanentes e remunerados, contando assim, com os trabalhos voluntários dos educadores e colaboradores, sem um PPP atualizado e com dificuldades de recursos

²⁷⁷ - CARVALHO, Edelvan. Entrevista citada.

financeiros e de parcerias, o ITEPA mantém a proposta pedagógica de uma educação voltada a valorização da cultura camponesa, formando técnicos militantes, capazes de ampliar a teoria aprendida, por meio de diálogo e do trabalho, de luta pela reforma agrária e pela permanência na terra.

No que diz respeito à reformulação do PPP, existe a iniciativa de um processo de construção, em que haja a participação da comunidade, educadores, educandos, pais e colaboradores, para que de fato seja reformulado coletivamente de acordo com as necessidades e a realidade, como mecanismo fundamental para a melhoria do processo educacional.

A educação, desenvolvida no Curso de Técnico em Agroecologia, está alicerçada nos princípios filosóficos e pedagógicos do MST e, ao mesmo tempo, vinculados a um projeto político maior de formação. Essa, baseada na concepção de homem nas suas mais variadas dimensões, objetiva a transformação social por meio da atuação dos próprios trabalhadores. Neste sentido, o Curso visa a formação de técnicos militantes.

Neste movimento, o ITEPA conta com a possibilidade da auto-organização dos educandos nas atividades, de forma criativa e diferenciada. A participação no processo educativo possibilita questionamentos sobre a realidade e formas de agir para transformar o que está exposto, contrariando o atual modelo de agricultura convencional.

O Curso organiza-se por tempos educativos que interagem entre si, marcado por um processo de avaliação coletivo, pela vivência da mística, pela presença constante dos princípios filosóficos e pedagógicos em todos os tempos educativos, pela resignificação do espaço da sala de aula e da prática junto os assentados. Ultrapassa, assim, os limites do ITEPA, sai a campo, estudando e transformando-a.

As vivências e experiências junto às comunidades de origem oportunizam aos educandos uma prática voltada às teorias do Curso, mas também o contato e troca de saberes com os assentados. No diálogo com as famílias assentadas, os educandos procuram recuperar saberes tradicionais, por vezes esquecidos, passam a ser articulados a novas técnicas produtivas, aprendidas e ou experimentadas no Curso, no âmbito da agroecologia. Este aprendizado oportuniza também aos jovens conhecer processos históricos da sua própria família e de outras famílias de trabalhadores rurais sem terra. E, ao mesmo tempo, propor

técnicas voltadas ao cuidado da saúde, através da produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e em favor da recuperação e preservação do meio ambiente.

A interação dos educandos com os assentados e a presença e atuação do MST junto aos assentados, a conquista da terra, da infraestrutura nos lotes e do ITEPA, a produção e comercialização de produtos por meio da Cooperativa em Programas do Governo Federal, mostram que a qualidade de vida melhorou em muito para as famílias. Mas, os caminhos estão se fazendo. A agroecologia se mostra uma das possibilidades de trabalho e geração de renda para as famílias assentadas e, neste sentido, também um campo de atuação dos técnicos em agroecologia formados ou em formação no ITEPA.

Atualmente a necessidade de manter as famílias de pequenos agricultores na terra, passa pela valorização da produção agroecológica. Não haveria sentido em produzir sem ter para quem fornecer, sem obter um retorno financeiro que venha compensar o investimento e continuar produzindo. Neste sentido, os projetos do governo, (como o PNAE e o PAA) tão comentados durante a pesquisa, são os meios encontrados para realização deste processo. Porém, é necessário ir além daquilo que o sistema oferece, buscando possibilidades e alternativas, como a criação da cooperativa. A cooperação pode ser um instrumento importante de mudanças econômico-sociais e política para os trabalhadores.

Considero fundamental destacar o que diz respeito às mudanças percebidas durante o processo de pesquisa. Um exemplo está no fato dos membros da CPP e outros colaboradores do ITEPA, estarem buscando capacitação em cursos do Movimento como Licenciatura em Educação do Campo e Pedagogia do Campo, iniciativa importante para melhorar os trabalhos com a educação, aprofundando discussões, estudando e assegurando a escola como um direito dos trabalhadores do campo.

O ITEPA, além de um Centro de Formação é também espaço de encontro de culturas, vivenciadas nas práticas agroecológicas, nos momentos de mística, em estudos científicos, na troca de experiências, no diálogo com as famílias dos diversos assentamentos. Além disso, novas relações de solidariedade e amizade são construídas durante a vivência do Tempo Escola, nos momentos de estudo e na diversão, que é organizada pelos próprios educandos, sem precisarem sair deste espaço.

Considero que o ITEPA, através do Curso de Técnico em Agroecologia, mantém a sua função maior que é inserir os educandos enquanto sujeitos sociais capazes de agir em

benefício da coletividade, compreendendo a realidade, intervindo e trabalhando pela melhoria da relação entre homem e natureza, pelo respeito ao ser humano e à vida, conscientes dos limites do solo e demais recursos naturais.

Para os educandos, a busca pelo conhecimento não se finda com o término do Curso Técnico em Agroecologia, como nas palavras de Edelvan Carvalho citadas no início destas considerações, a luta se faz com a educação, através de estudo, e de estratégias capazes de realizar a transformação social. Ou como afirma Delvânia “a luta não para aqui no Assentamento, começa aqui”,²⁷⁸ o que nos indica o sentido do fazer-se histórico, da luta se fazendo nas experiências dos sujeitos sociais. Como, também, nesta perspectiva, o presente trabalho. Ao mesmo tempo uma contribuição ao entendimento das vivências de mulheres e homens na luta pela terra e permanência nela, em especial, relacionada à educação, e que apresenta questões em aberto, indicando a necessidade de novos estudos.

²⁷⁸ - SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevista citada.

FONTES

Cadernos de Formação do MST

MST. Coletivo Nacional do Setor de Educação. São Paulo, 1999.

MST. 6ª Jornada de Agroecologia. *Terra Livre de Transgênicos e Agrotóxicos*. Cascavel: 2007.

MST: 16 anos de lutas e conquistas. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2000.

MST. Caderno de Educação Nº 06: *Como fazer a escola que queremos: o planejamento*. MST, 1995.

MST. Caderno de Educação Nº 08. Princípios da educação no MST, 1996.

MST. Caderno de Educação Nº 09: *Como fazemos a escola de educação fundamental*. MST, nov/1999.

MST. Caderno de Formação Nº 18: *O que queremos com as escolas de assentamentos*. MST, 3ª ed., São Paulo: Secretaria Nacional do MST, março/1999.

MST. Caderno de formação nº 25 do MST, 1997.

MST. Coleção Saber e Fazer nº 2. *A questão da Mística no MST*, 1991.

MST. *Dossiê MST Escola*. Documentos e Estudos 1990-2001. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. *II Seminário Nacional "O MST e a Pesquisa"*. In: Cadernos do ITERRA. Veranópolis, nº. 14, ano VII, nov. 2007.

ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. *Instituto de Educação Josué de Castro: Método Pedagógico*. In: Cadernos do ITERRA, n. 9, Veranópolis, 2004.

Entrevistas orais

ANDRADE, Adriana de. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 13 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

BARBOZA, Andreia Constante. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

BRITZKE, Gilberto. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 25 de maio de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

CARVALHO, Edelvan. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

CARVALHO, Lucas Nogueira. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

CASTRO, Ademir. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 01 de junho de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

COUTINHO, Alan Denizzard Limeira. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

GRESKO, Luciane Aparecida. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

HARTMANN, Marcos. Entrevistas realizadas por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011 e em 25 de agosto de 2012 no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

HARTMAN, Alcides. Entrevista realizada por Davi Félix Schreiner e Simone Tatiana Pedron em 25 de agosto de 2012 no Assentamento Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu/ Pr.

HERMES, Francieli. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

LOPES, Everaldo Matias. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 01 de abril de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

OLIVEIRA, Aparecida Leite de. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

SILVA, Delvânia Gonçalves da. Entrevistas realizadas por Simone Tatiana Pedron em 14 de outubro de 2011, e por Carla Conradi, Davi Félix Schreiner e Simone Tatiana Pedron em 25 de agosto de 2012 no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCA/MMA. *A agroecologia como alternativa*. Brasília, 2006.

ALMEIDA, Benedita de; ANTÔNIO, Clécio Acilio; ZANELLA, José Luiz. (Orgs). *Educação do Campo: um projeto de formação de educadores em debate*. Cascavel: Edunioeste, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006.

ANDRADE, Adriana de; SILVA, Mariano da; SCHARDOSIM, Mariano M. G. *A Escola José Gomes da Silva: Um espaço em construção*. 2010. Mimeo.

ANTONIO, Clésio Antônio.; GEHRKE, Marcos & SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. *Currículo e escola itinerante: pressupostos, conteúdo, vivências geradoras e avaliação*. 2009. Mimeo.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *O embate marxiano com a construção dos sistemas educacionais*. IN: LOMBARDI, Claudinei José & SAVIANI, Demerval. (Orgs). *Marxismo e Educação: Debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2005.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. *A pesquisa nos cursos Normal Médio e Pedagogia da Terra: uma parceria entre o MST/BA e a UNEB*. In: ITERRA. *II Seminário Nacional "O MST e a Pesquisa"*. In: Cadernos do ITERRA, ano VII, n. 14. Veranópolis, nov. 2007. p. 79-86.

ARROYO, Miguel González. *Administração da educação, poder e participação*. In: *Educação e sociedade*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, Janeiro, n. 2. 1979.

_____; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica. (Orgs), *Por uma educação básica no campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Trabalho – educação e teoria pedagógica*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BAHNIUK, Caroline. *Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes nos acampamentos do MST*. Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação.

BARCELLOS, Sérgio Botton. *A formação do discurso da agroecologia no MST*. Rio de Janeiro-RJ. CPDA/UFRRJ. 2010. Dissertação.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. 1.ed. Campinas: autores associados, 1999.

BOFF, Leonardo; BETO, Frei. *Mística e espiritualidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BOGO, Ademar. Desafios permanentes do MST. In: *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. (Brasília) 4o Congresso Nacional MST, 2000.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. Assis: UNESP, 2004. Tese.

_____. *As fontes orais e a terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três lagoas, V. 1. Ano 1, novembro 2004. p. 38-53.

BORGES, Juliano Luis. *A transição do MST para a agroecologia*. Londrina: UEL, 2007. Dissertação.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. IN: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica. (Orgs), *Por uma educação básica do campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Educação em movimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Por uma educação no campo: traços de uma identidade em construção*. IN: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica. (Orgs), *Por uma educação básica no campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Escola é mais do que escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. “Reforma Agrária e educação”. *Revista Caros Amigos - especial educação*. São Paulo: Editora Casa Amarela, jul. 2011, p. 26.

CAMINI, Isabela. *Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

FÉLIX, Maria de Fátima Costa. *Administração escolar: um problema educativo ou empresarial*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. & MOLINA, Mônica. O campo da Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica C. e JESUS, Sônia M. S. (Orgs). *Por uma educação do campo 5: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação no Campo*. V. 5. Brasília, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo. & CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete. & MOLINA, Mônica. (Orgs.) *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. & BETO, Frei. *Essa escola chamada vida*. Depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1986.

FREITAS, Luis Carlos. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. 5 ed. Campinas: Papirus, 2002, p.111.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. p. 177. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p. 143-179.

GONÇALVES, Maria Dativa de Salles. *Dimensões críticas no estudo da especificidade da administração educacional*. Curitiba: UFPR, 1980. Dissertação.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas*. *EccoS – Revista Científica*, n. 2, v. 7. São Paulo, jul./dez. 2005. p. 253-274.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante*. Contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. *Ecopedagogia planetária*. São Paulo: Cortez, 1999.

HADJI, Charles. *A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos*. 4ª ed., Portugal: Porto, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. *Da cruz à bandeira: A construção do imaginário do Movimento Sem Terra/ RS, 1985-1991*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese.

KOLLING, Edgar Jorge. (et. all.). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: UnB, 1999.

_____; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. (orgs) *Por uma educação do Campo*. Educação do campo: Identidade e Política Públicas. V. 4. Brasília, 2002.

LEANDRO, José Benedito. *Curso Técnico em Administração de Cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no Assentamento da Fazenda Reunidas de Promissão-SP*. Campinas: UNICAMP, 2002. Dissertação.

LOMBARDI, Claudinei José & SAVIANI, Demerval. (Orgs). *Marxismo e educação: Debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2005.

MACHADO, Ilma Ferreira. *A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva da formação omnilateral*. Campinas: UNICAMP, 2003. Tese

_____. *Conflitos em avaliação de aprendizagem*. Campinas: UNICAMP, 1996. Dissertação.

MAKARENCO, Anton Semyonovich. *Problemas da educação escolar - experiências do trabalho pedagógico*. Moscovo: Edições Progresso, 1986.

MANACORDA, Mario Agliero. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. *Poema pedagógico*. 3 vols. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986

_____; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2005.

MARTINS, Fernando José. *Gestão democrática e ocupação da escola: O MST e a Educação*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. *Organização do trabalho pedagógico e educação do campo*. IN: ALMEIDA, Benedita de; ANTÔNIO, Clécio Acilio; ZANELLA, José Luiz. (Orgs). *Educação do campo: um projeto de formação de educadores em debate*. Cascavel: Edunioeste, 2008.

_____. *Formação continuada de professores, MST e escola do campo*. IN: ANGLINONE, Celso [et al]. MARTINS. Fernando José (Org). Porto alegre: EST Edições; Campo Mourão: FECILCAM, 2008.

_____. *Ocupação da escola: uma categoria em construção*. Cascavel: Edunioeste, 2011.

MARROU, Henri Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Herder, 1966.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- MENEGAT, Alzira Salete; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba; MARSCHNER, Walter Roberto. (Orgs.) *Saberes em construção: experiências coletivas de sem terra e a Universidade Federal da Grande Dourados*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOREIRA, Vagner José. *Memória e Histórias de Trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis – SP, 1946-1964*. Uberlândia: UFU, 2009. Tese.
- MUNARIM, Antônio. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo. In: MOLINA (Org). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA, 2006.
- NEUTZLING, Pe. Inácio. *As mudanças no mundo e os desafios civilizatórios*. IN: Biodiversidade. Organização Popular. Agroecologia. 5ª Construindo o Projeto Popular e Soberano para Agricultura. MST/ Via campesina. 2006.
- NOSELLA, Paolo. A dialética da administração escolar. In: *Educação e sociedade*. São Paulo: Cedes e Cortez, n.11. 1987.
- _____. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Escola ou empresa?* Petrópolis: Vozes, 1998.
- PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: uma introdução crítica*. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PELOSO, Ranulfo. *A força que anima os militantes*. São Paulo: MST, 1994.
- PESSOTTI, Alda Luzia. *Escola da família agrícola: uma alternativa para o ensino rural*. Rio de Janeiro: IESAE, 1978. Dissertação.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *Fundamentos da escola do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- PORTELLI Alessandro. Tentando Aprender um Pouquinho. Algumas Reflexões sobre Ética e história oral. *Projeto História*. São Paulo: Educ, 1997.
- PPP. Escola José Gomes da Silva. São Miguel do Iguaçu, 2007. Mimeo.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação do Estado do RS. *Caderno Pedagógico – Semana Pedagógica: Paulo Freire*. Porto Alegre: 2001.
- ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação do campo. *Revista Presença Pedagógica*. v.15, n. 87, p.07-11, mai/jun. 2009.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *O MST e a questão da reforma agrária: Uma cultura política em Movimento*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. p. 219-243.

SANFELICE, José Luis. *Dialética e pesquisa em educação*. IN: LOMBARDI, Claudinei José & SAVIANI, Demerval. (Orgs). *Marxismo e educação: Debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2005.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. p. 219-243.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da Memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SCHREINER, Davi Félix. Tecendo cidadania. A educação de crianças e trabalhadores no fazer-se do MST (Paraná, década de 1990). In: _____. et. al. Org. *Infâncias brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

_____. *Entre a exclusão e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). São Paulo: USP, 2002. Tese.

SILVA, José Gomes da. *Caindo por terra*. Crises da reforma agrária na Nova República. Rio de Janeiro: Busca Vida, 1987.

_____. *Buraco negro*. A reforma agrária na Constituinte de 1987/1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SNYDERS, Georges. *Pedagogia progressista*. Coimbra: Livraria Almeida, 1974.

STÉDILE, João Pedro. O modelo agrícola do governo inviabiliza a verdadeira reforma agrária. In: *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Brasília: 4º Congresso Nacional MST, 2000.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997

TARDIN, José Maria. *Diálogo de saberes no encontro de culturas: Sistematização nº 2*. Lapa: nov. 2006. Mimeo.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONÁ, Nilciney. *Elementos de reflexão sobre o “diálogo de saberes” nas experiências formativas dos movimentos sociais no Paraná*. Escola Nacional Florestan Fernandes e Universidade Rural do Rio de Janeiro. Guararema, 2008. TCC.

TSE TUNG, Mao. *O livro vermelho*. São Paulo: Global Editora, 1972.

_____. *Obras escolhidas de Mao TseTung*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1974.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo*. Campinas: Cad. Cedes, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. In: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. A Reconstrução da Ruralidade e a Relação Sociedade/ Natureza. Curitiba: UFPR, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *Marxismo e literatura*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1979.

ZANELLA, José Luiz. A educação escolar do campo à luz do materialismo histórico. IN: ALMEIDA, Benedita de; ANTÔNIO, Clécio Acílio; ZANELLA, José Luiz. (Orgs). *Educação do Campo: um projeto de formação de educadores em debate*. Cascavel. Edunioeste, 2008

ZONIN, Wilson João. *Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba*. Curitiba: UFPR, 2007.

Sites e artigos consultados na Internet

Ação Fome Zero. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Disponível em: <http://www.acaofomezero.org.br/> acesso 10 jan. 2012.

AgenciaEducaBrasil . *Dicionário Interativo da educação brasileira*. DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais). Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=96> acesso 11 de jun. 2011.

Agrotóxico mata. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Disponível em: www.contraosagrototoxicos.org/ acesso 12 jan. 2012.

ALMEIDA, Jalcione. *A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado*. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/734/986> acesso 05 agos. 2012.

Ambiente Brasil. *Feijão guandu reduz a mortalidade e acelera o crescimento das espécies florestais*. Disponível em: <http://www.noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2007/01/22/28991-feijao-guandu-reduz-a-mortalidade-e-acelera-o-crescimento-de-especies-florestais.html> acesso 15 nov. 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. *A formação do discurso da agroecologia no MST*. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DO%20DISCURSO%20DA%20AGROECOLOGIA%20NO%20MST.pdf> acesso 05 agos. 2012.

BRUNO, Regina & CARVALHO, Abdias Vilar de Carvalho. Entrevistam José Gomes da Silva. *Estudos sociedade agricultura*, 6, julho 1996. <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/regina6.htm>, acesso 23 jul. 2012.

Câmara Legislativa. *Banco Bamerindus*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpiproer/relatoriofinal/cap3bamerindus.pdf> acesso 17 nov. 2012

CARVALHAES, Claudio. *Desafios e avanços para a educação do campo*. Disponível em: <http://www.claudiocarvalhaes.com/pt-br/uncategorized-pt-br/pronera-os-desafios-e-avancos-para-a-educacao-do-campo/> acesso 12 jun. 2011.

COELHO, Fabiano. UFGD. *A mística no tempo: resignificação pelo MST, um novo fazer*. Disponível em: http://www.ufgd.edu.br/tesesimplificado/tde_arquivos/4/TDE-2011-01-12T070830Z-119/Publico/FabianoCoelho-3.pdf acesso 09 fev. 2012.

COGGIOLA, Osvaldo. *Crise ecológica, biotecnologia e imperialismo*. Instituto Rosa Luxemburgo, 2006. Disponível em: <http://www.insrolux.org/textos2006/coggiolaecologia.pdf> acesso 20 jan. 2012.

Conab. *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html acesso 25 de jan. 2012.

Direito2.com. *Justiça Federal indefere pedido de prioridade de ex-funcionários de fazenda para assentamento*. Disponível em: http://direito2.com/cjf/2004/abr/16/justica_federal_do_pr_indefere_pedido_de_prioridade acesso 16 jul. 2012.

Época. *Modelo em ruínas*. Disponível em: <http://epoca.globo.com/edic/19991101/brasil9.htm> acesso 16 jul. 2012.

Fórum Eja Espírito Santo. *Educação do Campo*. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/es/?q=node/205> acesso 05 agos. 2011.

GUHUR, Dominique Michele Periotto & SILVA, Irizelda Martins de Souza. *Contribuições do Diálogo de Saberes à Educação Profissional em Agroecologia no MST*. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/015.pdf acesso 20 jan. 2011.

Localização do Município de São Miguel no Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres> Acesso 12 mar 2012.

MAIER, Félix. Usina de Letras. *As Brigadas do MST, o exército revolucionário de Lula*. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=9120&cat=Ensaios&vinda=S> acesso 17 fev. 2012.

MENDES, Mariana Ceccato. *Desenvolvimento sustentável*. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html acesso 04 mar. 2012.

MORAES, Dênis de. Textos Estante. Gramsci e o Brasil. *Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv80.htm> acesso 02 fev. 2012.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. - *Escola família agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural*. Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004 on line. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html acesso 24 fev. 2012.

PACIEVITCH, Thais. Info Escola. *Itaipu Binacional*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/itaipu-binacional/> acesso 24 jan. 2011.

Paraná Online. *Invasões de terras crescem, mas com menos mortes*. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/79752/?noticia> acesso 16 jul. 2012.

REBOUÇAS, Fernando. Info Escola. *Biofertilizantes*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/ecologia/biofertilizantes> acesso 10 fev. 2012.

Recicloteca. *Métodos de compostagem*. Disponível em: <http://www.recicloteca.org.br/Default.asp?ID=37&Editoria=5&SubEditoria=15&Ver=1> acesso 10 fev. 2012.

Rede de Agroecologia Ecovida. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/a-rede/> acesso 08 jan. 2012.

RIBEIRO, Pedro. Documento reservado. *Grupo denuncia “armação” do MST na antiga Fazenda Mitacoré*. [http://documentoreservado.com.br/blog/grupo-denuncia-%E2%80%9Carmacao%E2%80%9D-do-mst-na-antiga-fazenda-mitacore/;](http://documentoreservado.com.br/blog/grupo-denuncia-%E2%80%9Carmacao%E2%80%9D-do-mst-na-antiga-fazenda-mitacore/) http://www.folhawe.com.br/?id_folha=2-1--586-19980903 acesso 16 de jul. de 2012.

Secretaria Nacional do MST. *MST: Lutas e Conquistas*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf> acesso 11 de jun. 2011.

SILVA, Antonio Carlos Ferreira da. *Jornal Vanguarda. Adubação verde e o manejo de plantas de cobertura do solo – Parte I*. Disponível em: www.jvanguarda.com.br acesso em 15 jan. 2012.

UNIOESTE. *Curso de Licenciatura em Educação do Campo*. Disponível em: http://www.cascavel.unioeste.br/index.php?option=com_content&view=article&id=599&Itemid=1181 acesso 24 fev. 2012.

UNIOESTE. *Curso de Pedagogia para Educadores do Campo*. Disponível em: http://www.cascavel.unioeste.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147&Itemid=551 acesso 24 fev. 2012.

VALADÃO, Adriano da Costa. *Agroecologia e assentamentos rurais do Estado do Paraná: colonização e autonomia*. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br> acesso em 10 set. 2011.

VASCONCELO, Yuri. *Planeta Sustentável. O que é a revolução verde?* Disponível em: http://www.planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml acesso 10 jan. 2012.

ANEXOS

Área do conhecimento	Disciplinas
ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS (750 HORAS AULA)	Literatura, comunicação e expressão.
	Comunicação rural
	Língua estrangeira
	Artes e cultura
	Educação Física
	Cultura Brasileira
ÁREAS DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS (750 horas aula)	Física
	Química
	Matemática
	Biologia
	Ecologia e ecossistemas
	Meteorologia e climatologia
ÁREAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS (500 horas aula)	Filosofia
	Ética
	História
	Geografia
	Sociologia
	Psicologia social
	Economia Política
	Direito e legislação
ÁREA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS (770 horas aula)	Introdução a agroecologia
	Agricultura geral
	Dimensão Biológica da Agricultura
	Planejamento e gestão de sistemas agrários
	Uso e manejo de solo
	Manejo dos recursos naturais e conservação da biodiversidade
	Grandes culturas regionais
	Olericultura e plantas medicinais
	Fruticultura
	Produção animal
	Produção e manejo florestal
	Engenharia agrícola
	Cooperação agrícola e processamento da produção
	Administração rural
Métodos e técnicas de pesquisa	
ÁREA DE ENSINO: PRÁTICA PROFISSIONAL – TEMPO COMUNIDADE (630 horas aula)	Prática de campo
	Ler e elaborar resenha de quatro livros
	Elaborar relatórios
	Elaborar projetos
	Desenvolver a comunicação rural
TOTAL	3.400 HORAS AULA